

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA
FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

LUIS FELIPE CARNEVALLI DA SILVA

**DO “NEOLIBERALISMO” AO “NEODESENVOLVIMENTISMO”: AS
REPRESENTAÇÕES SOBRE AGENDA MACROECONÔMICA DO
GOVERNO LULA
(2003 - 2010)**

**FRANCA
2019**

LUIS FELIPE CARNEVALLI DA SILVA

**DO “NEOLIBERALISMO” AO “NEODESENVOLVIMENTISMO”: AS
REPRESENTAÇÕES SOBRE AGENDA MACROECONÔMICA DO
GOVERNO LULA
(2003 - 2010)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho, como pré-requisito para a obtenção do título de Mestre em História.

Área de concentração: História e Cultura Política.

Orientador: Prof^o Dr^o Marcos Sorrilha Pinheiro

**FRANCA
2019**

Silva, Luis Felipe Carnevalli da
S586 “Do “neoliberalismo” ao “neodesenvolvimentismo” : As
representações sobre a agenda macroeconômica do
governo Lula. (2003-2010) / Luis Felipe Carnevalli da
Silva. -- Franca, 2019
138 p. : tabs.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista
(Unesp), Faculdade de Ciências Humanas e Sociais,
Franca
Orientador: Marcos Sorrilha Pinheiro
1. História Política. 2. “neoliberalismo”. 3.
Neodesenvolvimentismo. 4. Partido dos Trabalhadores. I.
Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca. Dados fornecidos pelo
autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

LUIS FELIPE CARNEVALLI DA SILVA

**DO “NEOLIBERALISMO” AO “NEODESENVOLVIMENTISMO”: AS
REPRESENTAÇÕES SOBRE AGENDA MACROECONÔMICA DO
GOVERNO LULA
(2003 - 2010)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho, como pré-requisito para a obtenção do título de Mestre em História.

Área de concentração: História e Cultura Política.

Orientador: Prof^o Dr^o Marcos Sorrilha Pinheiro

BANCA EXAMINADORA

Orientador: _____
Prof. Dr. Marcos Sorrilha Pinheiro (Unesp/Franca)

Membro Titular: _____
Profa. Dra. Rita de Cássia Biason

Membro Titular: _____
Prof. Dr. Cássio Garcia Ribeiro Soares da Silva

Franca, 27 de setembro de 2019

Agradecimentos

Agora que me vejo diante do iminente fim de minha trajetória na UNESP-Franca, lembrei-me do dia em que meus amigos me levaram para conhecer o litrão por R\$2,70... Daí em diante, seguiram os agradecimentos àqueles que em algum momento compartilharam um pouco do seu tempo comigo, me fazendo entender o tamanho da saudade que há neste instante. Seguindo os agradecimentos:

Ao apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Aos professores Clayton Romano e Rita BIASON por todo apoio e ajuda durante a qualificação. As recomendações serviram para ajustar prontamente o trabalho.

Ao professor Cássio, um exemplo como orientador. Obrigado por ter me ajudado no início deste trabalho, por ter me apoiado numa empreitada que parecia longe de existir. Sua presença e paciência foram fundamentais para o início desta etapa.

Sempre, e sem qualquer sombra de dúvidas, aos meus pais, Edna e Reginaldo. Vocês fizeram do meu sonho, o objetivo de vocês, e a realidade concretizou todo esforço para que eu possa escrever estas palavras hoje. Se neste instante eu sei o peso da minha profissão e a exerceo com dedicação e carinho, é por conta do exemplo que sempre me fazia sombra quando as coisas pareciam difícil. A vocês todo amor que cabe em mim. Muito obrigado!

Aos meus tios, Luciana e Everson, e minha prima, Lauane. Obrigado por me acolherem nessa Franca que me pareceu tão solitária no começo da trajetória. Vocês são, e serão para sempre, parte importante da minha vida. Deixo também meu agradecimento a toda a família que me abraçou nesses anos, representados pela matriarca, Dona Maria. Vocês são sensacionais. Obrigado por me aguentarem! Amo todos vocês!

Ao André e ao Leandro, amigos de estrada! Agradeço de todo meu coração por toda ajuda e por me ensinarem o que é um pneu 165/70/14. O caminho Franca-Mogi sempre foi um espaço de muito aprendizado. Obrigado por tudo!

Ao Cris, por toda ajuda e amizade. Suas orientações são imprescindíveis para este trabalho. Muito obrigado!

Aos meus amigos desta longa vida: Vinícius, Ikaro, Costinha, Renan, Nelsinho, Calefi, V. Fera e Relâmpago Marquinhos, obrigado! Obrigado por toda alegria, ousadia e companheirismo. Vocês são únicos! Me desculpem se em algum momento não estive presente e não os pude retribuir tudo que me deram, cabe a mim apenas lembrá-los que não há nada no mundo que me impeça de dizer o quanto os amo. Todo sucesso a nós!

Ao meu time de coração: Cachaça Dortmund. Quero agradecer a todos os jogadores desta equipe maravilhosa, por me incentivarem a faltar às aulas para jogar bola e ter um pouco de diversão em meio ao turbilhão de coisas que aconteciam na universidade. David, Maverick, Parreira, Churros, Henrique, Hermione, Renato, Woody, Matheus e Gallo, podemos não ter sido o melhor time dessa Unesp (afinal, perdemos sempre), mas ninguém há de se esquecer: ELES SÃO BOM, MAIS NÓIS É RUIM! Ter sido companheiro de vocês é algo que eu guardarei por toda vida. Obrigado!

À Natália. A mulher que me ajudou e continua me ajudando. Que me inspira todos os dias e que me conhece como ninguém. Como de costume, sua presença tão contínua me faz falta e, como disse o poeta: “A tua ausência é qualquer coisa como a luz e a vida”. O tamanho do seu amor se faz nesse trabalho, minha dedicação é reflexo de tudo que você já fez por mim! Minha gratidão eterna. Amo você!

Por último, aos meus amigos de moradia: Damas, Jaque, Bizu, Joselito, Dri, Meiri, Gabriel, Fabi, Monique, Hugo, Bronquite, Ângelo, Mil Grau e Bruninho. Dizer que eu poderia escrever um livro sobre o quanto eu amo vocês, seria uma mentira, mas eu confesso que nunca foi tão difícil escrever um parágrafo. Chegar em Franca e viver com vocês foi a experiência mais intensa da minha vida. De tudo, fica a saudade e a certeza de que vocês são como irmãos para mim. Dedico, ao menos, as últimas linhas àqueles que compartilharam momentos na eterna Só Monstrão comigo: Damas, obrigado por ter sofrido com o Verdão comigo; Jaque, obrigado por invocar espíritos que fechavam a porta de casa; Bizu, obrigado por ter me apresentado ao futebol unespiano; Meiri, obrigado por ter sido a culpada por acabar com a Fundap; Gabriel, obrigado por ter ido ao Pereira comigo; Joselito, obrigado por ter sido meu companheiro nas quintas da solidão; Hugo, obrigado por me ensinar a usar um extintor.

Foi uma honra!

SILVA, Luis Felipe Carnevalli da. Do “neoliberalismo” ao “neodesenvolvimentismo”: As representações sobre a agenda macroeconômica do governo Lula. (2003-2010). 138 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2019.

RESUMO

Desde o início do mandato do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva várias propostas de interpretação de suas políticas vieram à luz, entretanto, no que corresponde às políticas macroeconômicas, dois pontos de vista são fundamentais, para compreender o Partido dos Trabalhadores sob uma perspectiva histórica. À priori surgiram análises que davam um foco maior acerca das políticas que, para alguns autores, eram neoliberais, todavia, com o apogeu destas críticas surgiram respostas que orbitavam sob o prisma de uma negação deste “neoliberalismo” nas políticas petista, reação que gerou a designação do partido como sendo neodesenvolvimentista. Fato é que a caracterização do PT tal qual despreendida de preceitos neoliberais, como uma das hipóteses desse trabalho, surgiu como uma tentativa de desvincular a legenda de qualquer coisa que ia contra suas bandeiras históricas. Logo compreender o papel exercido pelos atores que cunharam no PT a ideia de um partido que se afasta dos ideais do “neoliberalismo” é compreender como frentes intelectuais operaram a construção de uma visão sobre a legenda, legitimando-a diante de questões históricas que a precederam.

Palavras-chave: História Política. História das Ideias. Neodesenvolvimentismo. Neoliberalismo. Partido dos Trabalhadores. História do Brasil República.

ABSTRACT

Since the beginning of former president Luiz Inácio Lula da Silva's mandate, several interpretation proposals of his politics emerged, however, on what concerns the macroeconomics politics, two points of view are fundamental for understanding the "Partido dos Trabalhadores" under a historic perspective. First came to issue several analysis focusing politics which some authors considered "neoliberal"s, although with it's rise came replications that orbited the abnegation of the "neoliberalism on the party's politics, generating a designation of the party as neo-developmental. As a matter of fact, the characterization of PT as one disconnected from "neoliberal"s precepts, such as one of the hypothesis presented in this paper, emerged from an attempt of unlink the party from its historic ensign. Therefore, comprehend how the PT's founding actors constructed an idea of a party far from the "neoliberal"s ideals is mandatory for understanding how a mass of intellectuals built the way the party was perceived, besides it's history.

Key-words: Political History. History of Ideas. Neo-developmentism. Neoliberalism. Partido dos Trabalhadores. History of Brazilian Republic.

Lista de tabelas

Tabela 1 - Receita do governo federal em % do PIB.....	73
--	----

Sumário

Apresentação do trabalho	11
Primeiro capítulo: Desenvolvimentismo, partidos e a trajetória de formação petista.	17
1.1. Do desenvolvimentismo ao “neoliberalismo”.	17
1.2. O partido como espaço da luta ideológica: o caso do Partido dos Trabalhadores.	30
1.3. Do primeiro ao quinto encontro: o PT sobre si mesmo.	39
Segundo capítulo: Projeto em crise: críticas sobre a Agenda macroeconômica petista.	49
2.1. O PT entre a cultura política do petismo e ação política do lulismo.	49
2.2. Reflexões sobre o “neoliberalismo”lulista.	68
2.3. O discurso lulista endereçado aos empresários (ou início da contradição).	78
2.4. A ressignificação latino-americana do conceito de “neoliberalismo”.	82
Capítulo três: “Neodesenvolvimentismo” petista e o “neodesenvolvimentismo” teórico.	90
3.1. Entre o novo e o “neo”: novas abordagens sobre o desenvolvimentismo no Brasil.	90
3.2. A propaganda política enquanto moderação partidária, ou quando a classe operária não vai ao paraíso.	96
3.3. “Neodesenvolvimentismo”: Um discurso disruptivo, a luta pelo fim da continuidade.	100
3.4. A construção da “verdade histórica”. O que fica do governo Lula?	110
3.4. Políticas trabalhistas, industriais e econômicas em prol do novo-desenvolvimentismo.	115
3.4.1 - Políticas públicas, saúde e educação.	120
Conclusão	126
Referências Bibliográficas.	130

Apresentação do trabalho

Enquanto conceito, o “neoliberalismo” sempre aparentou estar bem definido no imaginário coletivo. Contudo, trabalhos recentes (como veremos ao longo do trabalho) demonstram como o que se aplica como sendo “neoliberal”, pouco se relaciona com a origem real do conceito, sendo, na realidade, atrelada a uma forma mais moderada do liberalismo clássico, onde o Estado deveria intervir nas relações entre agentes econômicos, ao mesmo tempo que não abandonaria o campo das políticas públicas. Ao longo dos anos, o que se imaginou como “neoliberal”, teve sua gênese muito relacionada ao Chile comandada por Pinochet e suas políticas repressivas, e com orientação voltada ao mercado. De certa forma, idealizada, o “neoliberalismo” seria a representação dos interesses burgueses em detrimento das políticas públicas que amparavam a classe operária. Dessa maneira, o “neoliberalismo”, ao longo da história de seu surgimento, nunca se destacou por uma precisão teórica no que concerne ao seu entendimento. Suas aplicações apresentam características difusas e de difíceis conclusões, mas, sem dúvidas, quase sempre são relacionadas a algum fundamentalismo de mercado.

O ideário político que se formou ao redor do “neoliberalismo”, define um Estado-mínimo, sem que este interfira nas ações dos agentes financeiros, garantindo autonomia aos atores econômicos para que atuem livres das amarras do Estado, uma vez que a intervenção deste na economia inibe o desenvolvimento da nação. Não obstante, a ideia de um Estado-mínimo, vinculada a ditadura chilena, parecem ter fortalecido a ideia do “neoliberalismo” como projeto antidemocrático, posto sua visão excludente quanto a atores importantes na lógica do trabalho, no caso, a classe operária.

Dessa forma, a origem do Partido dos Trabalhadores, como instituição política com o intuito de representar os proletários, assume uma postura de negação frente a esta ideia que respalda politicamente os interesses de uma elite econômica e política, excluindo do processo de atuação toda a sociedade civil. Na mentalidade do partido, há somente uma reprodução da lógica de mercado, onde os interesses trabalhistas são reprimidos por uma convivência do Estado em não intervir contra a democracia burguesa. O PT, dessa forma, sempre se posicionou contra a expansão “neoliberal” que se avizinhava na América Latina, após a experiência chilena.

O fim da ditadura militar no Brasil, também levou consigo toda uma estrutura de projeto de desenvolvimento no país, já que o nacional-desenvolvimentismo não encontrava mais espaço para erro depois de perder fôlego e ver o aumento exponencial dos números inflacionários na economia, levando ao reordenamento do seguimento macroeconômico nacional. Junto a isso, o enfraquecimento das políticas heterodoxas, parecem ter influenciado na chegada do “neoliberalismo” no Brasil durante os anos de 1990.

Assim, os governos de Fernando Collor de Mello, de Itamar Franco e de Fernando Henrique Cardoso, agiram como precursores do “neoliberalismo” em solo brasileiro. O receituário “neoliberal” apregoava um Estado enxuto, em vistas do equacionamento dos gastos nacionais. Sob este olhar, o país poderia focar seus esforços somente em setores primordiais como: saúde, educação e segurança. Relegando aos atores financeiros a ação apenas na esfera econômica. O corte em setores sociais parecia romper com a ideia de um Estado provedor do bem-estar social. Ao mesmo tempo em que os números das privatizações foram as maiores da história do país.

Apesar da aplicação das ideias neoliberais que foram se consolidando na nação, para além da rápida recuperação no início do Plano Real, a economia não apresentou forças para se manter em alta, o que culminou em um período de estagnação econômica, principalmente após a aplicação do tripé macroeconômico: estabelecimento de um superávit primário, câmbio flutuante e metas de inflação. Dito isto, a empolgação com a criação do Real – que garantiu a eleição e reeleição de FHC – não foi o suficiente para classificar a passagem “neoliberal” no Brasil como satisfatória, pelo contrário, o “neoliberalismo” foi duramente taxado pela oposição como um fracasso em atender as demandas da população brasileira.

A oposição que se construiu na esquerda política pôde se amparar no PT como ator no papel de antagonista em relação a situação econômica enfrentada durante todo este período. O PT apresentou-se durante toda sua existência – e em especial neste momento – como alternativa política frente aos dilemas neoliberais, assim, no campo discursivo reforçou seus ataques a tais práticas, tomando para si a responsabilidade de negar todos os projetos apresentados pela situação no Congresso. Dessa forma, o PT foi definindo a atuação “neoliberal” no imaginário coletivo, ao mesmo tempo que se reforçava como agente oposto ao conceito. Enquanto instituição o PT teve papel primordial na formação do que se concebe como “neoliberalismo” na opinião pública, mesmo que isso reduza o conceito como total oposição às ações petistas.

Logo, o Partido dos Trabalhadores ajudou a consolidar ideias negativas ao “neoliberalismo”, como políticas conectadas a classe empresarial, que quando compactuam com as instituições financeiras internacionais prestam-se a retrain os investimentos com gastos

sociais. Como situação oposta, ao PT interessou exibir-se com uma apresentação no qual o partido se ligou a um Estado intervencionista, preocupado com aplicações de políticas públicas que alteram a realidade social da classe trabalhadora, trazendo esta camada cada vez mais perto de um Estado democrático que acolhe, ao contrário daquele que isola. A imagem do “neoliberalismo”, junto a tudo isto que passou a carregar na América Latina, transfigura-se em algo pejorativo, que fracassa e não conclui o desenvolvimento desejado, imagem ideal ao PT que se consolidou, então, como negação ao conceito.

Dessa maneira, este trabalho baseia-se, então, no estudo dos conceitos de “neodesenvolvimentismo” e “neoliberalismo” em uma análise que compreende o período do início do mandato do ex-presidente Lula, até o seu final. O Partido dos Trabalhadores, desde seu surgimento em 1980, colecionou derrotas eleitorais no âmbito presidencial, tendo nos anos de 1989, 1994 e 1998, os momentos de seus fracassos. Foi apenas nas eleições de 2002 que, por meio de uma nova candidatura de Luiz Inácio “Lula” da Silva, a legenda venceu. Com o triunfo, Lula e outras lideranças do PT ousaram, dessa vez, fazer algo novo: o discurso combatente que outrora fazia parte dos enunciados petistas foi substituído por uma frente mais apaziguadora, com o intuito de atrair novos eleitores.

Nosso objetivo é analisar o surgimento do conceito “neodesenvolvimentismo” no léxico político petista, como uma resposta - e defesa - do partido diante das acusações de que o PT seria um dos reprodutores de políticas voltadas ao mercado, de que seria um partido “neoliberal”. Destacando como o conceito “neodesenvolvimentista” se relaciona como uma negação às práticas neoliberais.

Assim, para que nossas premissas se cumpram, daremos início ao nosso primeiro capítulo abordando as políticas desenvolvimentistas que foram o norte macroeconômico brasileiro até o fim do período da ditadura militar, visto que uma passagem por estas políticas irá nos auxiliar no melhor entendimento daquilo que se caracterizou por “neodesenvolvimentismo” petista. Abordaremos também como se deu a derrocada do desenvolvimentismo nas políticas econômicas do governo Sarney, a expansão de políticas mais fiscalistas e integradas à economia mundial, caracterizada como “neoliberal”, nos governos Collor e Cardoso, e como a exposição dessas políticas destaca o antagonismo petista, que enfrentava um conflito externo contra outros partidos no Congresso, posto as derrotas nas eleições presidenciais e sua condição de oposição. A imagem correlata entre ditadura e desenvolvimentismo, além do enfraquecimento do comunismo ao redor do globo, auxiliaram no fortalecimento do programa “neoliberal”, principalmente na América Latina. Após o

Consenso de Washington em 1990, no primeiro governo Collor, o Brasil pôde colocar em prática algumas premissas que norteavam tal agenda econômica.

O PT, que como veremos, nasceu, cresceu e se desenvolveu como partido antagônico a tais concepções, colocando-se como principal opositor ao crescimento das políticas ortodoxas no país. O discurso que foi se cristalizando, apresentava uma legenda totalmente desalinhada com o “neoliberalismo” que ajudou a alcinhar, ainda mais em sua posição de defensor dos trabalhadores e a imagem pró mercado e anti-trabalhista que carregava dito conceito. Além disso, apresentaremos uma reflexão sobre como se constituíam os partidos no período de surgimento do PT, seguindo uma literatura versada no tema, o que permitirá termos uma visão mais clara sobre a estrutura interna do Partido dos Trabalhadores, fato que nos conduzirá à última parte do capítulo, no qual realizaremos uma leitura, a partir das resoluções publicadas de encontros oficiais do PT, sobre o conflito interno que se acentuava no partido. Desse modo, chegamos ao grande mote do capítulo, onde observaremos um partido que, em meio aos fracassos obtidos nas eleições presidenciais, foi se afastando de um discurso mais radicalizado a respeito das estratégias políticas - fator que acentuou o conflito interno com alas ligadas a tal visão. Concomitantemente sofreu com a oposição externa a si mesmo, um embate que aconteceu no campo eleitoral em que se apresentava como uma negação às políticas econômicas de seus adversários.

Acontece que, na realidade, as transformações propostas por FHC, não produziram resultado esperado e, diante disso, o PT desenvolveu sua capacidade de aglutinar interesses ao apaziguar um pouco a radicalidade discursiva que sempre lhe foi marca para se apresentar enquanto uma alternativa ao quadro de estagnação gerado no governo de seu adversário. No entanto, ironicamente, tal “guinada” que garantiu sua ascensão à presidência também provocou o surgimento das primeiras críticas que irão caracterizar o Partido dos Trabalhadores como “neoliberal”.

Isto posto, durante o segundo capítulo, poderemos observar que a literatura que aborda o tema é variada e, por ter sido elaborada na época em que se deu a chegada de Lula ao poder, pode ser entendida como textos analíticos e não teóricos, fato que nos fez toma-la como fontes secundárias. A temática abordada é ampla, mas todos tiveram o intuito de desenvolver o conceito de “neoliberalismo” dentro das políticas petistas. Em seguida, poderemos entender melhor a relação negativa que o PT carrega com o “neoliberalismo”, mediante uma leitura acerca de sua cultura política e as condições que confluíram para a gênese da sigla. Além de observarmos a relação entre as críticas ao “neoliberalismo” e uma leitura equivocada sobre o conceito. O “neoliberalismo”, ao invés de repousar sua significação sob as ideias que lhe deram

origem, acabou sendo ligado as políticas adotadas por Pinochet no Chile. Isto explica como tais apreciações foram, posto isto, concebidas como negativas ao partido. Tendo em vista a origem operária da sigla, uma guinada ao “neoliberalismo” representaria uma desvinculação ao passado combativo do PT. O fator da visão crítica das análises do “neoliberalismo” repercutia que o PT seria um partido redundante – aqui, no caso, lê-se uma possível repetição de políticas do PSDB –, que nada novo foi proposto, somente um continuísmo político.

Por conseguinte, no último capítulo, como resultado, e conforme a noção de conceitos antitéticos assimétricos – leitura desenvolvida por Koselleck em sua obra *Futuro passado: contribuições à semântica dos tempos históricos*¹ –, defenderemos que o “neoliberalismo” petista teria se afirmado excluindo uma agenda mais progressista em relação à condução da sociedade,² mas, o mais sensível ao trabalho foi que o conceito “neoliberal” empregado ao PT naquele momento, anulava a possibilidade de o partido se apresentar como novidade política. Em um cenário onde a sigla se fortaleceu em torno do discurso do novo em oposição ao velho, ao ser acusado de “neoliberal”, o PT foi colocado no mesmo nível das siglas que combatia nos anos 90. Assim, o “neoliberalismo” não só definia o que o PT era, como também o proibia de ser aquilo que dizia ser.

Consequentemente, a legenda não ficou apática diante de tal situação. Em resposta, foram diversos os textos que, em negação à pecha “neoliberal”, apontaram para um caráter “neodesenvolvimentista” do partido, desvinculando a sigla de quaisquer noções que negassem a luta em prol da classe operária. E esse fator nos é importante, posto que, segundo defendemos, demonstra o seu caráter de defesa e tentativa de desatrelamento do partido para com o “neoliberalismo”. Por fim, a expansão da ideia do PT como sigla “neodesenvolvimentista” está, antes de tudo, ligado pela tentativa de manter o partido atrelado a suas raízes históricas.

Assim, para a execução deste trabalho, é importante que a observação desse movimento petista em perspectiva histórica requer que nos debruçemos em alguns documentos desenvolvidos pela própria sigla. Estes documentos serão nossas fontes, sendo que as análises das mesmas deverão nos indicar a relação da legenda com o “neoliberalismo”. Primeiro,

¹KOSSELLECK, Reinhart, 1923-2006. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos** / Reinhart Koselleck; tradução do original alemão Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira; revisão da tradução César Benjamin.- Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006. – A ideia que Koselleck apresenta é de um conceito que se define pela negação a outro. Assim, algo só existe como antagonico ao outro.

²Por exemplo, não houve, durante o governo Lula, ações em prol da reforma agrária, ou do fortalecimento da autonomia sindical, dessa forma, tais elementos, que outrora faziam parte de uma agenda progressista do partido, não ganharam vida com a vitória petista. Sendo assim, alguns elementos históricos do partido foram afastados, ao mesmo tempo em que políticas neoliberais se fizeram presentes em algumas decisões de Lula. O “neoliberalismo”, para alguns pensadores, se afirmou, desta feita, pela exclusão de elementos progressistas.

teremos toda a gama de documentos tirados em Encontros e Congressos do PT antes da vitória de Lula, sendo possível termos uma visão mais lúcida de como o partido se posicionava diante de sua base e quais os temas tratados nesses espaços. Segundo, vamos analisar um importante documento escrito pelo ex-presidente Lula a altura das eleições de 2002: Carta ao povo brasileiro. Documento contraditório, foi destinado, apesar do nome, ao mercado financeiro, posto a preocupação dos atores econômicos com os discursos radicalizados ligados ao PT. A preocupação do mercado com o desalinhamento político que a vitória de Lula poderia produzir, gerou certa instabilidade. O documento, dessa forma, vem para trazer maior tranquilidade ao mercado, assim, Lula se compromete a respeitar os contratos e negócios que se estabeleceram no Brasil. A leitura deste documento parece-nos indicar a guinada do partido a um caminho diferente daquele que outrora o PT se propunha. Por último, um documento síntese, Brasil: 2003 a 2010. Texto de caráter conclusivo produzido pelo governo Lula, onde o texto almeja uma auto-avaliação da gestão ao longo dos dois mandatos. O estudo do documento é excessivamente repetitivo em sua forma, posto a exaustiva fórmula de comparar as gestões neoliberais com a de Lula, numa tentativa de reforçar a diferença entre o “neoliberalismo” fracassado e um novo modelo econômico com reiterado sucesso.

Primeiro capítulo: Desenvolvimentismo, partidos e a trajetória de formação petista.

1.1. Do desenvolvimentismo ao “neoliberalismo”.

Passemos, então, a uma síntese do pensamento desenvolvimentista, para que possamos compreender como este perdeu espaço para o “neoliberalismo” durante os anos 90, e qual a retomada do PT para com essa linha de atuação política.

Em perspectiva histórica, o desenvolvimentismo é comumente visto como parte integrante das políticas brasileiras a partir da crise de 29, pois foi nesse período com Getúlio Vargas exercendo ações políticas que auxiliaram o mercado interno do café – tais quais como a compra dos excedentes da colheita e a moratória das dívidas dos cafeicultores – que temos o Estado interferindo diretamente na economia nacional. Tal ação foi elucidativa quanto ao papel central do Estado quando voltado ao desenvolvimento. Foi justamente neste contexto que houve uma crise das economias desenvolvidas³, quando se evidenciou os problemas de se gerir nações que possuíam seu setor produtivo voltado ao mercado externo, como no caso dos subdesenvolvidos, posto que, com a crise, houve um decréscimo das exportações – grande fonte de evasão da produção nacional. Sendo assim, segundo pesquisadores estruturalistas, a crise de 29 gerou um impulso espontâneo à industrialização, uma vez que a produção exclusiva de matérias primas para as nações com maior industrialização gerou uma dependência entre os países subdesenvolvidos e desenvolvidos, destarte a própria demanda interna dos povos menos industrializados exigiu um crescimento industrial, gerando um caminho ao desenvolvimento industrial.⁴

Seguindo pela mesma perspectiva, o desenvolvimentismo pode ser entendido tanto como ideologia, quanto como ação, não se configurando como coisas distintas. O primeiro pode ser entendido como a visão do mundo na qual a industrialização é o principal objetivo e que as ações para alcançá-la devem ser conduzidas pelo Estado – muito ligado, a visão comumente presente em países subdesenvolvidos, nos quais uma intervenção estatal é

³Países com maior desenvolvimento tecnológico e maior industrialização.

⁴BELLUZZO, Luiz G. (2009). “Um novo estado desenvolvimentista?”. **Le Monde Diplomatique Brasil**, ano 3, n.27, p. 4-5.

necessária a fim de lidar com problemas sócio-político-econômicos advindos de seus passados coloniais -, já o segundo está voltado para as práticas executadas com vistas à afirmação e concretização desse progresso.⁵

Sendo assim, o Estado desenvolvimentista se caracteriza como intervencionista, buscando a industrialização como forma de realização de um projeto nacional de desenvolvimento não apenas econômico. Sobre nacionalismo e projeto nacional, Bresser-Pereira destaca:

[...] seu nacionalismo era a ideologia para fortalecer a capacidade do Estado e formar Estados nacionais genuinamente autônomos; era a afirmação de que, para se desenvolverem, os países precisavam definir suas próprias políticas e instituições, suas próprias estratégias nacionais de desenvolvimento.⁶

Alguns projetos que precederam o desenvolvimentismo, não questionavam uma suposta universalidade das Ciências Econômicas, ou seja, não pensavam nas idiossincrasias características de cada localidade. Consideravam perguntar, dessa forma, o que faltava para alcançarem o mesmo progresso de outras nações, tidas pelos intelectuais dessa linha como desenvolvidas. Essas importantes questões levantaram uma noção imprescindível para notórios autores do desenvolvimentismo, que passaram a pensar os processos exclusivos das diferentes conjunturas globais, o que gerou a afirmativa de que os problemas eram estruturais.⁷

O desenvolvimentismo apresenta-se, imediatamente, em contraposição ao pensamento liberal, visto que este último acredita nas leis da economia, e como a mesma deve agir sem nenhuma interferência do Estado em momentos de autorregulação; enquanto os desenvolvimentistas enxergam o sistema econômico como uma instituição que pode ser regida pelo Estado. Portanto, para os desenvolvimentistas, o foco não está nos benefícios do mercado, mas, sim, naquilo que julgam se enquadrar melhor no planejamento nacional.⁸

Seguindo por essa linha, o Estado seria o motor do progresso, logo, negar o controle de algum aspecto da vida social aos homens – estes caracterizados pelo Estado - seria o mesmo que negar a natureza humana. Para esses pensadores do desenvolvimentismo, a Revolução Francesa colocou os sujeitos comuns como agentes da História, conduzindo, então, a elevação

⁵FONSECA, Pedro C. D. Desenvolvimentismo: a Construção do Conceito. In: Calixtre, A. B.; Biancarelli, A. M.; Cintra, M. A. C. (Org.). **Presente e Futuro do Desenvolvimento Brasileiro**. Brasília: IPEA, 2014.

⁶BRESSER-PEREIRA, Luiz C. Do antigo ao novo desenvolvimentismo na América Latina. **Textos para Discussão** – Escola de Economia de São Paulo - FGV, n. 274, nov. 2010. p.31

⁷FONSECA, P. C. D. Desenvolvimentismo: a Construção do Conceito. In: Calixtre, A. B.; Biancarelli, A. M.; Cintra, M. A. C. (Org.). **Presente e Futuro do Desenvolvimento Brasileiro**. Brasília: IPEA, 2014.

⁸BRESSER-PEREIRA, Luiz C. Op. Cit.

do patamar de país subdesenvolvidos para desenvolvido como consequência do protagonismo dos homens na alteração do curso da História.⁹

Logo, o desenvolvimento não seria fruto do acaso, pelo contrário, uma de suas condições é o do forte planejamento e organização para sua execução no campo prático, como afirma Pedro Fonseca:

[...] o termo [desenvolvimentismo] remete a uma racionalidade imediata quanto a fins: crescimento da produção e da produtividade. Tal faceta descortina seu caráter ‘técnico’, objeto de planejamento, quantificável em metas e taxas desejáveis a serem buscadas conscientemente, através de meios tidos como mais adequados – os instrumentos da política econômica.¹⁰

Esses pesquisadores do desenvolvimentismo trouxeram, então, várias noções para dentro do conceito de desenvolvimentismo, como forma de acrescer seu conteúdo. Em geral o estudo dessa linha de pensamento – e ação – trabalha a noção de “Centro-periferia”: os centros seriam nações que se desenvolveram mais rápido, elevando a produção de outras regiões similares, fazendo com que o progresso técnico nessas áreas acabasse se tornando homogêneas em todo o sistema produtivo; as periferias, no entanto, têm a função de suprir os centros com alimentos e matérias-primas, conforme suas necessidades, e o progresso técnico só acontece nas ilhas de exportação, ou seja, nos mercados mais fortes do país que, dessa forma, são mercados que não estão voltados ao abastecimento das necessidades internas, enquanto as outras áreas produtivas da periferia sofrem com um atraso técnico, justamente por conta da falta de um mercado forte que alavanque sua produção e desenvolvimento técnico.¹¹

O problema surge, segundo essa linha teórica, por conta da divisão internacional do trabalho. Esta, quando caminha junto ao processo de globalização, acaba designando aos países subdesenvolvidos o papel de agentes que concentram sua produção em prol dos países desenvolvidos, - fator visto acima –, gerando certo desequilíbrio entre as nações, atrasando um possível progresso técnico dessas regiões.

Com o final da I Guerra Mundial, a direção do crescimento periférico mudou. Concomitantemente à crise de 1929, os recursos destinados a importação diminuem nos países do centro. Com efeito, surge um impulso a industrialização espontânea nos países periféricos – tal qual, o exemplo já citado sobre o governo Vargas. Como resultado, o padrão de

⁹BIELSCHOWSKY, Ricardo, 1949-. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo.** -4. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

¹⁰FONSECA, Pedro C. D. Op. Cit. p.18.

¹¹BIELSCHOWSKY, Ricardo, 1949-. Op Cit.

desenvolvimento deixa de ser para “fora”¹², passando, desta feita, para “dentro”¹³, despertando a força para a industrialização destes países. A demanda por consumo de bens, no caso da relação “Centro-periferia”, com o mercado voltado para exportação, acabou sendo suprida pelo mercado externo por meio de políticas de importações, ação que coloca o país subdesenvolvido quase como um “refém” de outros mercados, uma vez que não há estrutura técnica para suprir as demandas nacionais, como aponta Bielschowsky: “O colapso do modelo de crescimento ‘para fora’ teria demonstrado a incapacidade da estrutura produtiva dos países atrasados no sentido de satisfazer os modernos padrões de demanda”.¹⁴

Em suma, o desenvolvimentismo teve forte presença na política brasileira, caracterizando políticas heterodoxas na ação estatal frente aos dilemas econômicos, principalmente na instalação de uma indústria diversificada que atuou onde o setor privado não demonstrou interesse ou condições de investir.¹⁵ No entanto, como veremos a seguir, sua etapa de participação pode ser entendida como pré-Sarney, posto a derrocada dessa linha de atuação após a redemocratização.

Com o impulso desenvolvimentista, o governo Sarney viveu momentos transitórios entre uma política macroeconômica mais voltada às ortodoxias, e momentos de políticas heterodoxas. As indecisões políticas de Sarney e de sua equipe econômica caracterizaram um governo sem qualquer identidade: políticos que visaram resolver a questão inflacionária, mas que viram esse problema perseguir o país por muito mais tempo do que as reformas econômicas esperavam.

O Brasil enfrentou, do início dos anos 1920, até os anos 1980, um aumento no grau de complexidade de sua economia, passando de mero produtor, e exportador de matérias-primas para os países desenvolvidos, para uma nação com uma gama densa de produção desenvolvida tecnicamente. Entretanto, por maior que fosse o crescimento econômico, este só foi possível por conta de seu caráter assimétrico das regiões brasileiras, por conta de sua desigualdade na concentração de renda, além dos baixos níveis educacionais, fatores preponderantes para o início de um momento em que não se via mais com bons olhos políticas heterodoxas. A

¹² Ou seja, voltado ao mercado externo, sem que, muitas vezes, isso impulse o desenvolvimento técnico.

¹³ Nesse sentido, com a ausência de um mercado externo consumidor, o auxílio estatal pode ajudar a expansão da industrialização e desenvolvimento da economia.

¹⁴ BIELSCHOWSKY, Ricardo, 1949-. Op. Cit. p.19.

¹⁵ PINHEIRO, Armando Castelar. Privatização no Brasil: por que? Até onde? Até quando? **A economia brasileira nos anos**, v. 90, n. 1, p. 147-182, 1999.

experiência desenvolvimentista, pós-redemocratização, fracassou em manter-se no horizonte político nacional.¹⁶

Assim, no final da década de 1980, o Consenso de Washington veio para consolidar a alternativa “neoliberal” nos países latino americanos. Baseado na ortodoxia convencional, substituiu a teoria econômica desenvolvimentista, e acabou apregoando, entre outras premissas, a desregulamentação dos mercados.¹⁷ Cabe destacar que, em perspectiva histórica, torna-se impossível deslocarmos o avanço “neoliberal” da decrescente força da União Soviética, que em 1991 desmoronou com qualquer presença contrária ao “neoliberalismo” na América Latina. Em similar análise, completam Leopoldi e Prado:

Nos primeiros governos da Nova República, a aceleração da inflação e a desmoralização das políticas econômicas heterodoxas, em um contexto internacional de avanço das ideias neoliberais, levou ao fim definitivo das políticas desenvolvimentista no Brasil.¹⁸

Ainda sobre o avanço do Consenso de Washington, continuam:

[...] o fracasso da política econômica do governo Sarney – não apenas na questão da estabilização econômica, mas na busca por um projeto de relativa autonomia com referência a agenda de reformas que vinham sendo impostas de fora para dentro no processo de negociação da dívida externa – levou ao abandono das ideias desenvolvimentistas.¹⁹

Os planos que o governo Sarney buscou para frear a inflação no Brasil, falharam. Grande parte da população não conseguia adentrar ao grupo daqueles consumidores de bens duráveis, e, juntamente com a inconstância do mercado interno, houve grande desvalorização das alternativas ao “neoliberalismo”. A ideia de seu governo era um Estado com força suficiente para combater a própria máquina estatal e sua burocracia. Diminuir a presença estatal era a ordem do dia.

O processo democrático das eleições presidenciais evidenciou o problema que mais requeria foco dos candidatos à presidência: a economia. Sarney falhou em recuperar o país dos problemas com a inflação. Foi, então, preciso encontrar outra saída. Dentre outros fatores, a insuficiente capacidade de mudar a situação, abriu caminho para a vitória de Collor, que, assim

¹⁶ LEOPOLDI, Maria A., PRADO, Luiz C. O fim do desenvolvimentismo: o governo Sarney e a transição do modelo econômico brasileiro. In.: FERREIRA, Jorge, DELGADO, Lucília de A. N. **O Brasil Republicano**, 5º vol. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2018. No prelo.

¹⁷BRESSER-PEREIRA, Luiz C. Do antigo ao novo desenvolvimentismo na América Latina. **Textos para Discussão** – Escola de Economia de São Paulo - FGV, n. 274, nov. 2010.

¹⁸ LEOPOLDI, Maria A., PRADO, Luiz C. Op. Cit. p.05.

¹⁹Ibid. p.04.

como Lula anos mais tarde, também se apresentou como a nova política capaz de superar as adversidades geradas pela estagnação econômica durante o governo Sarney.

Collor foi eleito como a esperança para a tão almejada mudança na perspectiva política. O alagoano representava a transição do ultrapassado ao moderno. Em tempos de viva participação popular na política, o candidato transfigurou-se em um signo, no qual seus eleitores enxergam a possibilidade e a projeção das ações que o mesmo pode exercer, gerando, logo, um processo de identificação.²⁰ Nesse sentido, declara Sallum Jr.:

[...] Collor construiu uma imagem pessoal que, na situação de crise econômica e política experimentada pelo Brasil do final dos anos 1980, tocou em pontos sensíveis das expectativas das massas populares incultas e das elites empresariais.²¹

Os erros cometidos por Sarney, juntamente com a negação das políticas executadas pelo ex-presidente, serviram como fortalecedores da corrente liberal dentro do governo Collor. A experiência heterodoxa também não apresentou resultados satisfatórios, tendo em vista os números alarmantes da economia nacional ao final da ditadura militar. Collor, então, buscou novos diagnósticos para o problema econômico.²² Ao se propor a suprir as necessidades com uma nova política econômica, a esperança era a de que ele fosse cumprir com suas promessas. O jovem candidato demonstrou ser um aglutinador das esperanças de uma sociedade carente de um salvador. O que Collor não imaginava, entretanto, era a urgência que se tinha em melhorar a situação do país.

Tal qual aconteceu com Sarney, o presidente eleito também sofreu com a incapacidade de promover alterações nos quadros de inflação – e de outros indicadores econômicos. Cabe aqui ressaltar algumas informações retiradas de estudos do IPEA²³. Comparando dados econômicos relativos aos governos dos dois primeiros presidentes pós-redemocratização: O PIB real (%) passou de 3,2 (1989) para -0,5 (1992); a produção industrial (%) passou de -3,2 (1989) para -2,6 (1992); a inflação ao consumidor (%) passou de 172,9 (1989) para 1119,1 (1992); o desemprego (%) passou de 3,6 (1989) para 6,1 (1992); a dívida externa bruta (% do

²⁰GIANNOTTI, J.A. Tráfico de Esperanças. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, n. 26, p. 25-38, mar. 1990. Disponível em: http://novosestudios.org.br/v1/files/uploads/contents/60/20080624_trafico_de_esperancas.pdf acesso em: 05 fev. 2018.

²¹SALLUM JR., Brasílio; CASAROES, Guilherme Stolle Paixão e. **O impeachment do presidente Collor: a literatura e o processo**. Lua Nova, São Paulo, n. 82, p. 163-200, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452011000100008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 05 Fev. 2018.

²²GREMAUD, Amaury Patrick. **Economia brasileira contemporânea** / Amaury Patrick Gremaud, Marco Antonio Sandoval de Vasconcellos, Rudinei Toneto Jr. – 7.ed. – 6.reimpr. – São Paulo: Atlas, 2011.

²³ Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

PIB) passou de 27,8 (1989) para 35,1 (1992). Não é preciso ser nenhum especialista em economia para observar que Collor não concretizou bem as esperanças depositadas nele.²⁴

Ainda no campo das eleições, cabe frisar como Collor foi favorecido com o apoio de uma base política conservadora em torno de sua candidatura. Esse grupo deu respaldo ao que David Maciel considera como “neoliberalismo” extremado:

Com um programa “neoliberal” extremado, Collor se comprometia a privatizar estatais; reduzir o tamanho do Estado fechando órgãos, cortando gastos e demitindo funcionários públicos; abrir a economia ainda mais ao capital externo e deixar a questão salarial para a livre negociação entre patrões e empregados.²⁵

Entretanto, como já demonstrado, os indicadores econômicos em nada melhoraram, e o Impeachment de Collor após escândalos de lavagem de dinheiro foi apenas um dos fatores que evidenciam um governo que não soube lidar com o problema da inflação e com a dificuldade de impulsionar a economia. Desta forma, a figura de um intelectual – no caso, um doutor em Ciências Sociais – foi requerida, e em 1994 o Brasil veria surgir como presidente, o ex-professor da USP, Fernando Henrique Cardoso.

Com o intuito de pontuar um aspecto que para muitos intelectuais foi a chave para o surgimento do “neodesenvolvimentismo”, abordaremos algumas questões pertinentes às políticas sociais durante os anos de 1995-2002. Procuraremos, em uma breve análise, compreender qual o nível alcançado pelo primeiro governo do PSDB no âmbito das políticas sociais e quais as relações entre elas e o pensamento político que caracterizou a vida e obra do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC).

Quando tratado das políticas propostas por FHC muitas das mesmas são inseridas sobre um possível caráter “neoliberal” de seu governo, entretanto, onde os pensadores que estudam esse momento buscaram e compreenderam esse tal “neoliberalismo” presente em seu mandato? Logo, cabe, como início de trabalho, irmos em direção à própria obra de FHC, para que assim possamos esmiuçar um pouco das políticas que conduziram seu governo.

Assim, quando pensamos a obra do ex-presidente e sociólogo Fernando Henrique Cardoso, desde seus escritos nos anos 1960, 1970 e 1980 já era possível termos uma ideia de como seria a condução do sociólogo no cargo maior da administração pública. Dado o contexto

²⁴ **Economia brasileira no período 1987-2013:** relatos e interpretações da análise de conjuntura no Ipea / organizador: Fernando José da S. P. Ribeiro; Estêvão Kopschitz Xavier Bastos ... [et al.]. – Brasília: IPEA, 2015.

²⁵ MACIEL, David. **De Sarney a Collor:** reformas políticas, democratização e crise (1985-1990). 2008. 387 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2008. Disponível em: https://pos.historia.ufg.br/up/113/o/MACIEL__David.pdf

da manifestação de alguns de seus textos, diferente de outros pensadores à época que focavam seus trabalhos em um viés desenvolvimentista, Fernando Henrique preferiu ir à outra via, como escreveu em sua obra *Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica*, cuja primeira tiragem data de 1967, na qual discorreu que o processo de dependência entre nações não poderia ser entendido apenas como dominação de um país desenvolvido sobre um subdesenvolvido. FHC pensava no conceito de dominação/dependência como algo que não se limita ao externo (relação econômica entre nações desenvolvidas e subdesenvolvidas), mas que pode ser encontrada dentro das relações de classe em uma nação, em suma, buscava entender a possibilidade de desenvolvimento em Nações dependentes em relação àquelas tidas como soberanas.²⁶ Cabe destacar a forte influência da dialética marxista, com um foco maior em uma abordagem histórico-estrutural, uma vez que o sociólogo almejava um estudo do “concreto”, tal qual Karl Marx em suas obras – onde o “concreto” se espelha na ideia de uma conexão entre elementos distintos, gerando certa unidade -, referindo-se a uma “análise concreta” partindo do particular para a totalidade.

No caso das suas ideias sobre dependência, faz-se valer da compreensão do processo histórico que constituiu as ditas periferias do sistema capitalista no âmbito do comércio mundial e em sua relação com as situações que acontecem no interior de cada região dependente, ou seja, como estruturalmente, as relações político-sociais dentro de determinada sociedade dependente reproduzem as dinâmicas apresentadas entre nações soberanas e periféricas do sistema internacional capitalista. Produz, desta forma, uma concepção dialética da dependência, onde aspectos particulares determinam e são determinados pelo aspecto mais geral; “concreto” como resultado e reflexo de múltiplas ações que levam a um contexto geral.²⁷ Assim, FHC responde as dúvidas sobre sua análise dialética que difere das análises estruturais da linha desenvolvimentista:

[...] a crítica [sobre a dependência e desenvolvimento] se orienta para mostrar – o que é óbvio, mas nas análises fica muitas vezes relegado a segundo plano – que a análise ‘estrutural’ dos processos de formação do sistema capitalista só tem sentido quando referida historicamente. Que quer dizer isso? Quer dizer, basicamente, que as estruturas condicionantes são resultado da relação de forças entre classes sociais que se enfrentam de forma específica em função de modos *determinados* de produção. Trata-se, portanto, de valorizar um estilo de análise que apanha os processos sociais num nível concreto.²⁸

²⁶ CARDOSO, F.H. & FALETTO, E. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

²⁷C.f. MARX, K. (1991), **Manuscritos Econômicos Filosóficos e Outros Textos Escolhidos** – Karl Marx, seleção de textos de José Arthur Giannotti, São Paulo, Nova Cultural (Coleção os Pensadores).

²⁸ CARDOSO, F. H., WEFFORT, F. C., et al. **Estudos 1**: Sobre teoria e método em sociologia. São Paulo:Edições Cebrap – Editora brasileira de ciências Ltda, 1971. p.27/28. Grifo do autor.

Destaca-se, também, em sua argumentação, uma negação dos estudos que enxergavam na relação de dependência uma forma de “imperialismo”, reforçando, o que para Cardoso, seria uma maneira simplista e com foco economicista de classificar este processo de desenvolvimento da sociedade. Ênfase dada por Fernando Henrique, destacada por sua argumentação, logo no seguinte enunciado:

A questão outrora apaixonante dos limites entre o fato econômico, ou a ordem econômica, e a ordem política, ou seja, o problema da autonomia relativa do sistema político diante do sistema econômico, não se coloca na teoria social contemporânea em termos de uma petição de princípio: a força de qualquer teoria política baseada na perspectiva da dependência se revelará precisamente na sensibilidade que demonstrar para responder em forma precisa, delimitada e analítica o entrelaçamento entre os dois sistemas em causa.²⁹

Percebemos que, talvez, tenha sido desta forma que se constituiu um primeiro pensamento sobre o projeto de abertura comercial iniciado por FHC. Por meio de sua obra, compreendemos que ele entendia haver a possibilidade de crescimento econômico e social de forma entrelaçada dentro da conjuntura das sociedades tidas como subdesenvolvidas, e não mais segundo uma relação de dominação - conforme pensavam, principalmente, alguns estudos desenvolvimentistas -, somente na produção de bens primários com intuito primeiro voltado à exportação para os países dominantes. Assim, segundo FHC, o início de um sistema de investimento nos países em desenvolvimento industrial, de maneira a instaurar um composto estimulante ao estabelecimento de empresas, conduziria à formação de empregos, além de investimentos na infraestrutura nacional, fatores que influenciam toda uma sociedade no âmbito econômico-social.

Nessa nova visão de desenvolvimento, a burguesia nacional, por exemplo, transfigurar-se-ia em uma espécie de propagadora e sócia dos investimentos - e decisões - tomadas por aqueles que injetaram capital na engrenagem econômica. Os interesses externos, agora, estariam voltados para o desenvolvimento do mercado interno, não mais ligados ao interesse típico colonialista, onde a produção é exportada, mas, respondendo aos anseios de todas as camadas ligadas à sociedade de produção capitalista.³⁰ Aspectos como estes destacados reforçam a presença predominante do capital estrangeiro ao longo do mandato de FHC, além

²⁹ CARDOSO, F.H. **Política e desenvolvimento em sociedades dependentes**: Ideologias do empresariado industrial argentino e brasileiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

³⁰ TEIXEIRA, Rodrigo Alves; PINTO, Eduardo Costa. A economia política dos governos FHC, Lula e Dilma: dominância financeira, bloco no poder e desenvolvimento econômico. **Econ. soc.**, Campinas, v.21,n.spe,p.909-941,Dec.2012.

disso, ressaltam uma curiosa ligação entre o pensamento e o fazer político do sociólogo e presidente.

Ao pensarmos no que tange às políticas sociais, no âmbito teórico, acerca das propostas que surgiram durante o governo FHC, temos que destacar seu caráter denso, que, dentro dos limites do que era pensado como rede de proteção social, também pode ser analisado como caminho para essas políticas de abertura comercial acima expostas. Fernando Henrique propusera um projeto de igualdade de oportunidades e uma diminuição na discrepância social que permeava a realidade brasileira. Quando abordamos os programas sociais, em consonância com a professora do Instituto de Economia da UNICAMP³¹, Sônia Draibe, concebemos que essas políticas podem ser analisadas, em tese, segundo três eixos: o primeiro sendo a expansão e aumento da qualidade de políticas sociais universais, como, por exemplo, a previdência social, educação, saúde, habitação, assistência social, serviços públicos que deveriam contar com a descentralização dos órgãos provedores; segundo, dentro dos programas expandidos alguns tinham prioridades por serem programas básicos, como habitação, saúde e educação, estes recebiam um melhor monitoramento para verificar o cumprimento de metas estabelecidas, além de um financiamento contínuo; o terceiro eixo era voltado ao combate à pobreza, sendo assim, conforme as prioridades estabelecidas, focou-se na luta contra a mortalidade infantil, na agricultura familiar, na melhoria das condições de vida das famílias mais pobres, e em políticas que abordavam desde o saneamento básico, até o nível de escolarização desta classe.³²

Quando analisamos o primeiro eixo refletindo sobre algumas áreas das políticas sociais, é possível identificarmos uma tentativa de descentralização das decisões e de locais provedores dos recursos para a afirmação dessas políticas, como é o caso da saúde e educação. O Sistema Único de Saúde (SUS) que surgiu na década de 90 como forma de desafogar o grande número de atendimento que ocorriam nos hospitais brasileiros, logo sofreu com um processo descentralizante: a municipalização, nesses casos, foi o instrumento escolhido pela agenda social do PSDB. O estabelecimento de um piso de gastos mínimos na saúde,³³ focalização nas camadas mais pobres da sociedade por meio de programas assistenciais como, por exemplo o

³¹Universidade de Campinas

³² DRAIBE, Sônia. A política social no período FHC e o sistema de proteção social. **Tempo Social – USP**, São Paulo, vol.15, no.2, Nov. 2003.

³³ Por meio de uma Emenda Constitucional, ficou estabelecido que no mínimo deveriam ser gastos com a saúde um percentual de 12% para o Estado, 15% par ao município e 5% para a União em relação ao PIB. Processo gradual que deveria se concretizar na totalidade até o ano de 2004.

Programa Saúde da Família, foram outros processos de ações focalizadas nas classes sociais menos abastadas.

No campo da educação foram implantados planos de capacitação do docente (programas nacionais de reforço a qualificação do professor, sendo um famoso exemplo a TV Escola); elaboração e desenvolvimento dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs); avaliações pedagógicas nacionais em todos os níveis de ensino, financiamento do ensino fundamental por meio do Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), este último enquadrado em um plano de descentralização e estímulo da municipalização do ensino fundamental.

Essas políticas estão enquadradas no que é concebido como proteção social não contributivo, ou seja, que são proporcionadas pelo acúmulo da arrecadação fiscal, no caso brasileiro sendo subjugadas, à época, pelas instituições financeiras do capital internacional: Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial. Esses agentes tinham o intuito de fortalecer o comprometimento com a estabilidade monetária e favorecer as relações comerciais internacionais, isto inclui o pagamento das dívidas públicas em detrimento dos gastos sociais.

Outro aspecto importante em relação às críticas produzidas ao governo FHC, esteve ancorado na reforma da previdência, aprovada em 1998, constituindo-se como um feito muito controverso. Com um processo de contínuo aumento da dívida bruta nacional ao longo do final do século passado, a cobertura total por parte do Estado junto aos compromissos da previdência social ficou comprometida, sendo necessário um aumento das receitas por meio de uma maior captação de capital pelo Estado, ou uma reforma na base da previdência. Assim, Fernando Henrique Cardoso optou pela segunda opção e propôs, em 1995, uma possível reforma nos sistemas do funcionalismo público e privado.

Contudo, foi preciso “lutar” por mais de três anos no Congresso para a efetivação da reforma previdenciária. O projeto de FHC passou por uma forte oposição, fator na qual pesou a incisiva atuação do PT contra o governo, tendo em vista as agudas alianças constituídas na Câmara e Senado, como pontuam Sidney Nakahodo e José Savoia:

No plano legislativo, Fernando Henrique encontrou oposição entre os setores tradicionais resistentes a mudanças no sistema previdenciário: os partidos de esquerda (liderados pelo PT), a CUT e os servidores públicos. Em função da fragmentação do sistema político e da ausência de disciplina partidária, o governo sofreu defecções entre seus próprios aliados. Ao final, Fernando Henrique foi capaz de passar sua proposta, ainda que com diversas modificações, por meio de concessões e liberação de verbas para fins

específicos, encaminhados por parlamentares, e também aceitando uma versão limitada do projeto original.³⁴

Apresentadas as similaridades das políticas públicas propostas durante os anos 90, é possível destacarmos algumas características que realçam um viés mais centrado na diminuição e descentralização do gasto público, este último fator mais condizente com a agenda política adotada durante o governo FHC. Assim, destacam, os economistas e pesquisadores do IPEA³⁵, Jorge Abrahão de Castro e José Celso Cardoso Junior, acerca das políticas públicas implementadas na década de 90:

Universalização restrita, focalização sobre a pobreza, descentralização fiscal, participação social e privatização da parte rentável das políticas sociais concorrem, conjunta e estruturalmente, para limitar as necessidades de financiamento do gasto público social, notadamente em âmbito federal, o que é também coerente e necessário à estratégia mais geral de contenção fiscal do governo face aos constrangimentos macroeconômicos (auto) impostos pela primazia da estabilização monetária sobre qualquer alternativa de política econômica.³⁶

No âmbito econômico, uma das ações liberalizantes do governo FHC foi o de estabelecer a taxa de câmbio flutuante. Diferentemente do que acontecera em seu primeiro mandato, onde a taxa de câmbio era fixada, na segunda etapa de seu governo teve início um processo de “desestatização” da economia. A taxa de câmbio fixada (regulação da moeda estrangeira pelo Estado) determinava a equivalência entre o real e o dólar, ou seja, para cada um real, um dólar, e fez parte de um processo de fortalecimento da mentalidade sobre a moeda nacional.³⁷ Todavia, no ano de 1999 houve a mudança para um taxa de câmbio flutuante (regulação da moeda estrangeira pelo mercado), demonstrando um forte viés intervencionista das orientações do Consenso de Washington³⁸ na economia brasileira, sendo um dos fatores determinante nas análises que caracterizam o governo FHC como sendo “neoliberal”. Com o advento do câmbio flutuante, as remessas de investimentos de portfólio aumentaram gradativamente no mercado financeiro doméstico.³⁹ Esse último fator foi preponderante para a

³⁴ NAKAHODO, Sidney N., SAVOIA, José R. A reforma da previdência no Brasil: Estudo comparativo dos governos Fernando Henrique Cardoso e Lula. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, Vol. 23 nº. 66 fevereiro/2008

³⁵ Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

³⁶ CASTRO, Jorge A. de; CARDOSO JR, José C. **Dimensionamento e análise das finanças sociais do governo federal: 1995 a 2002**. Brasília: Ipea, 2006. (Texto para Discussão, n. 1312).

³⁷ GREMAUD, Amaury Patrick. **Economia brasileira contemporânea** / Amaury Patrick Gremaud, Marco Antonio Sandoval de Vasconcellos, Rudinei Toneto Jr. – 7.ed. – 6.reimpr. – São Paulo: Atlas, 2011.

³⁸ BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **A crise na América Latina: consenso de Washington ou crise fiscal?**. *Pesq. Plan. Econ.*, Rio de Janeiro, v.21, n.1, p. 3-24, abril, 1991.

³⁹ FREITAS, Maria Cristina Penido de; PRATES, Daniela Magalhães. A abertura financeira no governo FHC: impactos e consequências. **Economia e Sociedade**, Campinas, (17): 84 81-111, dez. 2001.

queda do ideal de desenvolvimento proposto por FHC em seus anos atuando, exclusivamente, como sociólogo. Os investimentos que deveriam ser focalizadas no desenvolvimento de mão-de-obra, acabaram voltando-se para o mercado de ações e especulações financeiras, evidenciando um grave problema de investimento, uma vez que o capital investido no país poderia retornar ao mercado externo, a qualquer momento.

O governo FHC também viu uma oportunidade de crescimento das políticas fiscais por meio das privatizações de estatais⁴⁰, ao longo de seus 8 anos de mandato, o Brasil viveu a uma era das privatizações: somente entre 1995 até 1998 o país acumulou cerca de 60,1 bilhões em receitas e transferiu para o setor privado 13,3 bilhões em dívidas. A oportunidade de diminuir o déficit fiscal, como descreve Armando Pinheiro, foi um dos fatores que:

[...]contribuíram para a expansão da privatização no primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso, o mais importante foi provavelmente o papel que a privatização desempenhou na sustentação do Plano Real. Com as grandes vendas de 1997-1998, o Brasil foi capaz de atrair elevados montantes de investimento direto estrangeiro, que ajudaram a financiar os altos déficits em conta corrente, e de evitar a explosão da dívida pública, a despeito dos crescentes déficits públicos registrados desde 1995.⁴¹

Desta forma, podemos perceber que o desenvolvimento de políticas públicas durante o governo de Fernando Henrique Cardoso pouco atendeu aos anseios sociais que demandavam medidas mais efetivas para a diminuição das desigualdades socioeconômicas, uma vez que tais políticas compreendem uma lógica financeira que buscou isentar o poder federal de qualquer responsabilidade econômica para com a parcela menos abastada da sociedade, focalizando no pagamento da dívida pública. Com vistas a atender aos pedidos do FMI, minou-se os gastos sociais destinando verbas (mesmo com o dinheiro repassado para que os municípios cumprissem tal prerrogativa havia muitas exigências, não sendo possível atender toda a demanda necessária) ao poder municipal, tal como aconteceu com a saúde e educação. Os recursos eram controlados por instituições financeiras que, ao priorizarem o pagamento da dívida pública, acabaram condenando o desenvolvimento político-social nacional a uma mudança em sua lógica de funcionamento.

Logo, as políticas propostas por FHC apresentaram-se como insuficientes para a o crescimento do número de empregos por meio da abertura nacional ao capital financeiro

⁴⁰ Sendo as mais importantes a do Vale do Rio Doce (empresa do ramo de mineração) e da Telebrás (empresa do ramo da telefonia).

⁴¹ PINHEIRO, Armando Castelar. Privatização no Brasil: por que? Até onde? Até quando? **A economia brasileira nos anos**, v. 90, n. 1, p. 147-182, 1999. p.166

internacional, além, também, de não ter resolvido o problema da dívida externa que tanto assolava as políticas públicas, uma vez que sofriam pressão do FMI e do Banco Central.

A insuficiência “neoliberal” abriu espaço para que novas propostas de governo ganhassem voz. E, neste contexto, emergiu o PT e sua política da superação do velho por meio de inovações nas ações políticas. Assim, dentro do contexto das eleições de 2002, o conceito de “neoliberal” adquiriu uma nova noção: velho, ultrapassado; sendo aquilo que o Partido dos Trabalhadores almejava superar.

1.2. O partido como espaço da luta ideológica: o caso do Partido dos Trabalhadores.

Com esta explanação acerca do contexto sobre o qual o desenvolvimentismo deu espaço a expansão do “neoliberalismo”, torna-se viável, e necessário, uma abordagem sobre como funcionavam os partidos políticos durante os anos 1970, em vista de compreendermos melhor as relações dentro e fora do Partido dos Trabalhadores, uma vez que a relação petista nestes dois âmbitos revela contradições na formação do pensamento da sigla.

A formação dos partidos políticos (que reforço, está pautada na formação dos partidos políticos no período de surgimento do PT) está muito atrelada ao fim dos regimes monárquicos e o início de uma experiência democrática com a expansão dos sufrágios no âmbito eleitoral. O papel popular ganha preponderância no momento que o indivíduo começa a ter peso nas decisões de sua região, o poder figura na tomada do Estado como meio de obtenção de um fim. E não demora para que os partidos compreendam que a organização deve buscar a conquista da opinião pública, uma vez que a meta da obtenção do poder se dá, justamente, por meio do voto.

A relação dos partidos com tal contexto histórico, se dá por consequência de que tal momento foi precedido por outro, onde o conceito de “partido” concatenava com o de “facção” - este representava um número pequeno de pessoas que se organizam em prol de benefícios próprios. Dessa forma “facção” induz a consolidação de seus interesses em detrimento da vontade da sociedade como um todo.⁴² O partido político deveria, também, possuir uma máquina organizativa que estruturasse toda uma gama de diferentes grupos que buscavam constituir uma base no interior de uma organização partidária, além de um programa político

⁴²Até os dias atuais, encontramos relacionadas palavras que historicamente se distanciaram, posto isso, segundo o dicionário, “facção” significa: “**sf 1** conjunto de membros divergentes dentro de um grupo; fração dissidente de um partido [...]. **2** grupo de pessoas partidárias de uma mesma causa em oposição à de outros grupos; partido político.” In.: Dicionário UNESP do português contemporâneo / organizador Francisco S. Borba e colaboradores. – São Paulo: UNESP, 2004.

estruturado com vias de servir a toda a sociedade. Sendo assim, tais elementos são diferenciais do partido político em relação a noção facciosa que se tinha desses grupos.

Em tese, o fim último do partido político seria a alteração de toda a sociedade, não focando somente nos interesses classistas, tal ação é justificada na fixação de um projeto institucional de uma concepção de mundo e não somente de classe.⁴³ Por conta disso, Umberto Cerroni, entende que o partido engloba pessoas que compartilham de uma mesma concepção (ou forma de interpretar) de mundo, agrupando indivíduos que compreenderam que seu retraimento não ocasionará em benefícios a ninguém e que visam um governo que não domine pela força, mas, sim, pelo consenso:

“Ele [partido] é bem mais a organização daqueles que ‘pensam-na do mesmo modo’, mas que derivam esta sua comunhão ideológica de uma comum condição prática e que lutam para transformar uma sociedade cujo princípio ordenador da liberdade é o isolamento, o atomismo, a contraposição fracionária de um homem a outro homem”.⁴⁴

Mesmo que o domínio de um partido deva responder aos anseios de toda sociedade, as discrepâncias partidárias asseguram o direito de diferentes visões lutarem pelo poder por vias democráticas, respaldando o revezamento de homens e ideias no poder, assim, o partido político que atua como motor das desavenças ideológicas no campo político, deve, no campo eleitoral, fornecer um meio (no caso, o ingresso ao partido) de acesso ao poder aos homens, justamente para fortificar o seu caráter transitório.⁴⁵

Este revezamento de homens e ideias também deve acontecer naquilo que Giovanni Sartori chama de democracia intrapartidária, destacando o processo de fortalecimento de uma fração dentro do partido⁴⁶. Cabe, dessa forma, à fração mais forte politicamente guiar a sigla à uma tentativa de domínio da opinião pública, posto que, querendo se manter no poder, estas devem agregar um maior número de pessoas possíveis, assim, o embate intrapartidário acaba reforçando o aspecto plural da organização.

Os partidos, então, quando obtém o poder, podem representar a vontade de uma classe dando voz a mesma, mas suas ações, como já dito, jamais poderiam ser focalizadas em

⁴³CERRONI, Umberto, 1926. **Teoria do partido político** / Umberto Cerroni; tradução de Marco Aurélio Nogueira e Silvia Anette Kneip. – São Paulo: Ciências Humanas, 1982.

⁴⁴Ibid. p.17/18.

⁴⁵SEILER, Daniel- Louis. **Os partidos políticos** / Daniel-Louis Seiler; tradução de Renata Maria Pereira Cordeiro. – Brasília: Editora Universidade de Brasília: São Paulo: Imprensa oficial do Estado, 2000.

⁴⁶Adotamos o conceito de “fração” da obra de Sartori, onde o mesmo define como uma subunidade partidária, pequenos grupos organizados dentro do partido, estes podem, ou não, estar de acordo com a direção do partido, em caso de não, podem compor uma oposição intrapartidária.

interesses classistas. Todavia, a sigla acaba, de uma forma ou de outra, se relacionando com determinada classe social, o que faz com que o partido seja definido por essa aproximação, assim como estabelece, também, seus “inimigos”.⁴⁷

A opção pela organização partidária como instrumento de mudança da realidade, como abordado por Cerroni, apresentou-se como algo novo frente aos anseios de uma sociedade ainda carente de representantes, dessa forma, o partido pôde reunir reivindicações econômicas e políticas em programas estruturais, tal como aponta Robert Michels:

Uma classe que desfralda diante da sociedade a bandeira de reivindicações determinadas e aspira a realizar um conjunto de ideologias ou de ideias a partir das funções econômicas que exerce tem necessidade de uma organização. Quer se trate, na realidade, de reivindicações econômicas ou políticas, a organização se revela como o único meio de criar uma vontade coletiva. E, na medida em que ela repouse sobre o princípio do menor esforço, isto é, da maior economia de forças, a organização é, nas mãos dos fracos, uma arma de luta contra os fortes.⁴⁸

Conforme abordado, o partido político não se configura como um aglomerado de pessoas que, em comum acordo, resolvem se unir em prol de um benefício coletivo, existem também questões internas que precisam ser trabalhadas por todos os que compõem o partido, essas questões garantem o bom funcionamento da organização. Destarte, segundo Jean Charlot, destacam-se quatro critérios fundamentais para um partido: primeiro, o partido deve ser durável, ultrapassando o tempo de vida de suas lideranças mais significativas, representando a sigla como amálgama de ideias e não de representações figuradas em personas; segundo, uma organização deve englobar também o âmbito local, uma vez que isso caracteriza a formação de uma base política; terceiro, um partido deve ter o anseio ostensivo de obter o poder, fator que difere um partido de um grupo de pressão; quarto, a vontade de conquistar o apoio popular, trazendo sempre a opinião pública ao seu lado. Em síntese, completa Charlot:

Um partido político, portanto, implica a continuidade, a extensão ao nível local e a permanência de um sistema de organização de um lado, e de outro a vontade manifesta e efetiva de exercer diretamente o poder, apoiando-se em uma audiência elitista ou popular, militante ou eleitoral, tão ampla quanto possível.⁴⁹

⁴⁷SARTORI, Giovanni, 1924-. **Partidos e sistemas partidários** / Giovanni Sartori; tradução de Waltensir Dutra; apresentação à edição brasileira do Prof^o David Fleischer.- Ed. Brasileira ver. e ampl. – Rio de Janeiro: Zahar; Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1982.

⁴⁸MICHELS, Robert. 1876-1936. **Sociologia dos Partidos políticos**. Trad. de Arthur Chaudon. Brasília, Editora Universidade de Brasília. p.15.

⁴⁹CHARLOT, Jean. **Os Partidos políticos**. Trad. de Carlos Alberto Lamback. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

Como vimos, o pensamento de um agrupamento de pessoas não pode estar desassociado da formação institucional desses indivíduos no interior do partido, logo a legenda deve ter uma unidade em torno de um núcleo dirigente, ao mesmo tempo que não existe este núcleo sem uma ampla base heterogênea no interior da organização.

Um partido, então, grosso modo, era composto por uma base militante ou eleitoral e um núcleo dirigente. Historicamente foi-se construindo uma personagem que deveria dedicar sua força de trabalho no partido, indivíduos consagrados pela base partidária como mais aptos tecnicamente para o exercício de determinadas funções dentro da organização, tais indivíduos eram vistos como políticos profissionais. No caso de partidos de origem operária, a escolha tinha como essência elevar um proletário a representante de seus pares. Essa nomeação é, dessa forma, em grande parte pautada em ter como representante um indivíduo que compartilhou da mesma vivência de seus representados, uma pessoa que conhece os problemas de sua classe. Esse processo de formação, dentro do contexto dos anos 1970, de uma hierarquia era imprescindível para o bom funcionamento da organização e tem sua fundação na necessidade técnica.

A direção adquiria e, por consequência, detinha a exclusividade do poder de tomada de decisões, retirando das massas esse atributo essencial ao partido. Fatores como esses alimentam mais a distância entre líderes e liderados e, dessa forma, aquele proletário que ascendeu ao posto de político, mesmo que representando sua antiga classe, deixa de ser um operário aos poucos. Desta feita, quanto mais o partido operário vai se profissionalizando, o caráter oratório (típico das assembleias proletárias) vai perdendo espaço para o técnico administrativo. Em síntese, conforme a clara Michels:

Os chefes oriundos da massa, os partidários dessa solução, estão mais próximos dela pela forma de sentir e de pensar, estão mais aptos para compreendê-la, pois sentem as mesmas necessidades, e estão animados pelos mesmos desejos que ela. Existe, certamente, muito de verdadeiro nessa última afirmação, mas seria tirar uma conclusão muito absoluta pretender que, uma vez chefe, o operário guardará intacta a mentalidade que tinha quando combatia nas fileiras como simples soldado.⁵⁰

Em consonância, Maurice Duverger desenvolve a ideia exposta acima da seguinte maneira:

Robert Michels ressaltou acentuadamente a transformação psicológica que se produz nos chefes políticos de origem proletária. Embora atenuada, a

⁵⁰ MICHELS, Robert. 1876-1936. **Sociologia dos Partidos políticos**. Trad. de Arthur Chaudon. Brasília, Editora Universidade de Brasília. p. 173.

separação se encontra nos quadros não-profissionais: o exercício das responsabilidades transforma aquele que as exerce; a psicologia dos chefes nunca é idêntica à das massas, mesmo que os chefes tenham a mesma estrutura social que as massas.⁵¹

Ao se encontrarem no posto de político profissional, essa casta que outrora compartilhavam o chão de fábrica, agora compartilha da necessidade da manutenção do poder. Encontram como solução aquilo que Duverger chama de “círculo interior”, um agrupamento de políticos que, no interior do partido, abarcam todas as decisões importantes ao futuro da sigla. Embora sejam designados por seus antigos companheiros de classe, por conta de suas capacidades, tal círculo representa um caráter oligárquico, tal como demonstra o autor:

[...] são todos naturalmente colocados nos postos de direção, porque somente eles dispõem dos laçeres necessários para ocupá-los eficazmente. Criar uma ‘classe de revolucionários profissionais’ é criar uma classe de ‘dirigentes profissionais dos partidos revolucionários’, um círculo interior que anime as massas, fundado na função exercida no seio do partido: é criar uma burocracia, isto é, uma oligarquia.⁵²

Contudo, mesmo com tal caráter oligárquico da elite dirigente, os mesmos se fortalecem no poder não somente com o acúmulo de forças internas, mas, também, por conta de um culto aos chefes por parte dos operários precarizados nos ambientes fabris, estes enxergam na elite dirigente indivíduos que representam e dão voz a sua classe social.⁵³

O culto aos chefes talvez explique o porquê a mudança do Partido dos Trabalhadores tenha sido tão impactante. Tal prática deu respaldo aos dirigentes da sigla para uma guinada na direção da organização, tendo em mente uma visão das massas para com eles, a elite dirigente petista tinha conhecimento de que os mesmos eram vistos como heróis e personagens que compartilhavam dos mesmos anseios da classe operária, uma vez que são oriundos do “chão de fábrica”. Fato é que tamanho apoio da base operária significou a impossibilidade de a “fração” mais radical do “círculo interno” da legenda alcançar o poder na disputa com a Majoritária.

As políticas Lulistas em 2003 foram um fator que culminou na ruptura deste conflito interno e que perdurou por anos. A possível presença de aspectos neoliberais certamente levou lideranças radicais a abandonar o PT, consolidando a natureza oligárquica da sigla. Por sua vez, o abandono dessas lideranças deu origem a outras legendas mais voltadas à esquerda⁵⁴, e

⁵¹ DUVERGER, Maurice, 1917. **Os partidos políticos** / Maurice Duverger; tradução de Cristiano Monteiro Oiticica – Rio de Janeiro: Zahar, 1970. p. 196.

⁵²Ibid. p.192.

⁵³ MICHELS, Robert. 1876-1936. **Sociologia dos Partidos políticos**. Trad. de Arthur Chaudon. Brasília, Editora Universidade de Brasília.

⁵⁴Por exemplo, PSOL e PSTU.

ao nosso ver a criação destes continua reforçando a oligarquia no âmbito político partidário, uma vez que o surgimento destes partidos é resultado primário de um paradigma partidário, onde as frações menores tornam-se incapazes de imporem seus ideais, mas que, todavia, isto ocorre por um dos principais elementos de uma sigla: a democracia organizacional. Assim, não somente podemos enxergar essa ruptura no interior do PT como elemento de uma mudança partidária, e natural dentro de sua estrutura múltipla, mas, também, como a impossibilidade de grupos intrauterinos em alcançarem a liderança do partido.

As críticas que argumentavam sobre o “neoliberalismo” petista, incorrem, dessa forma, tanto ao viés da mudança do horizonte dirigente, como também na impossibilidade de a ala radical tomar as rédeas da sigla, ou seja, o suposto “neoliberalismo” iniciado com o governo Lula, pode ser visto na manutenção oligárquica dentro do partido, opção que ganha suporte pela via democrática fora do partido, uma vez que as eleições legitimam, por meio do voto, as escolhas de uma “fração” partidária.

Assim, a via democrática fortaleceu a centralização do poder no “círculo interior” do partido, interessante é observar que a impossibilidade da ascensão de uma “fração” radical na direção da sigla demonstra a afirmação da pluralidade de ideias dentro da organização petista, mesmo não havendo alternância de poder, apresentam-se, justamente por carregar no seu interior duas “frações” antagônicas, a possibilidade de debates mais abertos sobre como o partido deve caminhar, mesmo que estes debates sejam infrutíferos.

Compreender o Partido dos Trabalhadores dentro de seu campo de atuação política nos conduz a análise de uma legenda que conviveu com conflitos externos e internos. Como vimos, a consolidação de políticas neoliberais durante os anos 90, configurou-se como condição primordial para a inquietação dos partidos de esquerda no Brasil. Ao longo dessa década o PT tanto foi oposição ao “neoliberalismo”, como também, sofreu com disputas internas em busca de direção partidária, façamos, então, uma leitura para dentro do PT, onde possamos compreender melhor como se deu esse conflito interno que culminou na ruptura do partido, como acabamos de ver.

O PT, como partido mais alinhado à esquerda durante os anos 90, sempre conviveu com diversos setores oriundos das lutas sociais, tais setores sentiam-se representados e amparados por essa legenda que desde seu manifesto de lançamento, defendeu as liberdades civis. Essa luta, muito das vezes tidas como radical, em prol das liberdades civis quando em convivência com discursos mais moderados em defesa de uma democracia que negava a revolução, expunha um partido que abarcava grupos conflitantes. A amplitude das ações políticas do partido servia como amenizadora de embates no centro do partido, posto que tomar algum lado como centro

das ações poderia ocasionar cisões no interior da legenda. Essa medida foi muito importante ao longo dos anos 80, mas com o início das políticas petistas em prefeituras e Estados durante os anos 90, o embate entre o discurso radical e o moderado foi ganhando maior força na busca da direção política partidária. Desse modo, tal modelo de atuação reverberou dentro do partido, onde muito se lutou para a consolidação de um grupo que liderasse o PT.

O conflito acontecia ideologicamente. Logo no início dos anos 90, com algumas vitórias da sigla em prefeituras e governos estaduais, uma ala majoritária, vinculada a Lula e conhecida como Articulação, queria que o partido se afastasse de um discurso visto como radical. Talvez essa aproximação com o poder via democracia burguesa tenha trazido à luz uma nova significação de política àquela camada do partido, foi exatamente esta ala que mais se desiluiu com o declínio da URSS e a derrota nas eleições de 1989, para a Majoritária esses discursos radicais juntamente com uma aliança política limitada as camadas populares, restringiam o Partido dos Trabalhadores aos pleitos municipais, impossibilitando qualquer ambição de governabilidade federal.

Em contraposição, havia certa parcela da sigla que estava mais alinhada a um discurso revolucionário, com fins de alterar o sistema político, indo contra o retrocesso social atribuído as políticas neoliberais. Assim, como aponta Lincoln Secco, as lutas sociais sofreram duros golpes nos anos 90:

A derrota da greve dos petroleiros em 1994-1995 mostrava que aquele decênio, embora marcado internamente por um grande movimento de massas que derrubara o presidente da República, não era de avanço, mas de retrocesso social. No plano internacional, a onda “neoliberal” dominava.⁵⁵

Já no final dos anos 80 houve o primeiro conflito interno, e tal momento escancarou as diferentes opiniões no interior do partido. Dentro da sigla a ala majoritária foi responsável pelo processo de negação que o partido gerava por meio de suas ações práticas e discursivas. O embate externo gerou uma repulsa a todos aqueles que estavam de acordo com uma democracia burguesa em detrimento do poder proletário. Aconteceu que crescia o número de vozes no interior da legenda cobrando uma posição mais radical da liderança partidária. A resposta da majoritária a esse enfrentamento revelou uma prática comum do partido, independentemente de onde venha, diante de um conflito a negação apresentou-se como uma comum ação política petista.

⁵⁵ SECCO, Lincoln. **História do PT: 1978-2010** / Lincoln Secco. – Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2011. p.177.

O discurso em defesa das liberdades civis e em prol do poder político operário serviu para rejeitar todos aqueles que se apresentavam contrários a essas ações. O mesmo se viu no momento de uma disputa interna. Em manifestações, o partido (não como unidade, mas como reflexo da majoritária) declarou que a prática revolucionária deveria ficar em segundo plano, posto o estranhamento com que a classe operária teria a este discurso radical, uma vez que a classe trabalhadora ainda estava tencionada ao mundo burguês do consumo e acúmulo de capital. Desta feita, seria papel do PT construir ações que conduziriam essa camada a negação das práticas capitalistas por meio de ações concretas como “cooperativas, compras comunitárias, comunidades locais, conselhos populares”, etc.

A ideia, então, como enfatiza Mauro Iasi, foi uma luta pela conquista de uma camada da sociedade, no caso, a classe operária que ainda via com bons olhos o capitalismo. Nesse momento há a afirmação de uma ação prática sobre outra, o fim ainda era o mesmo, seja a majoritária, seja a ala mais radical, ambos ambicionavam uma sociedade socialista (pelo menos naquele contexto do fim dos anos 80). Contudo a forma como se daria esse processo fez com que crescessem as divergências dentro do partido, mas que ninguém, naquele momento, abandonasse a sigla no momento, tais problemas persistiriam, pelo menos, até o fim do mandato de Lula, e em todas as vezes a majoritária demonstraria sua força interna no PT.⁵⁶

Ao longo deste período, a rua como local de comícios e, conseqüentemente, como espaço político, foi perdendo sentido, e dessa forma comícios profissionalizados, ou seja, compostos por filiados e pessoas que recebiam algo em troca, foram ganhando espaço, foi neste momento que a figura do publicitário foi ganhando força no campo das campanhas políticas nacionais. Tal como aponta Eliel Machado:

[...] os “marqueteiros” passaram a ser os comandantes das campanhas, a ponto de o PT contratar, no pleito de 2002, o mesmo publicitário de Paulo Maluf; as propagandas de TV “substituíram” os comícios, marchas e passeatas; e os militantes “deixaram” as ruas e foram trocados por “cabos eleitorais”.⁵⁷

A profissionalização do PT e da CUT (sindicato historicamente ligado ao partido) foram determinantes para a mudança de “uma agremiação predominantemente militante a uma predominantemente burocrática”.⁵⁸ Que reflete, de maneira contundente, as ideias da fração majoritária.

⁵⁶ IASI, Mauro Luis. **As metamorfoses da consciência de classe** (o PT entre a negação e o consentimento)/ Mauro Luis Iasi – 2ªed. – São Paulo: Expressão Popular, 2012.

⁵⁷ MACHADO, Eliel. Governo Lula, “neoliberal”ismo” e lutas sociais. **Lutas Sociais**, n. 21/22, p. 23-34, 2009. p. 26.

⁵⁸ SECCO, Lincoln. Op. Cit. p.186.

A queda do Muro de Berlim em 1989 pareceu ter surtido efeito na legenda. Lula era o maior expoente do partido e apresentava-se como única frente capaz de vencer as eleições, tendo isso e tomada a decisão de ir contra a radicalização do discurso, de imediato maximizou a disputa interna. As alas mais à esquerda se uniram em prol de conquistarem a direção do PT, posição quase sempre ocupada pela Articulação.

Em meados de 1994, o partido vê a ala da esquerda tomar a direção partidária, mas, entretanto, nada que tirasse a convicção de Lula em lutar pela democracia em detrimento do socialismo, assim descreve Secco:

A campanha ficou dividida entre uma direção supostamente mais à esquerda e um comando eleitoral autônomo. Era o preço da ruptura da Articulação. Ela perdia o comando da máquina partidária, mas se impunha mediante o único candidato viável: Lula.⁵⁹

A questão que se aprontava ao PT é que cada vez mais o discurso radical da esquerda dirigente poderia conduzir o partido a mesma ruína que o socialismo real havia sofrido. A luta que até 1990 era democrática, mas vendo na disputa eleitoral apenas uma etapa da conquista de hegemonia e o estabelecimento de partidos simpáticos à classe trabalhadora, tornou-se uma luta (ainda) democrática, porém, buscando a mudança pelos aparatos do aparelho burocrático.⁶⁰

O partido, no âmbito externo, não podia mais se radicalizar, segundo o pensamento da Articulação, por conta de seu papel de extrema importância parlamentar como oposição. Era a consolidação da sigla como oposição institucional, logo qualquer discurso avesso a democracia poderia ser mal-entendido. Destarte, aponta Secco:

Após se declarar avesso tanto ao socialismo real quanto à social-democracia, o PT rejeitava a abolição do mercado e propugnava um socialismo que fosse produto da radicalização da democracia...[...] Ao final prevaleceu a ideia de que o PT deveria rejeitar qualquer forma de ditadura, inclusive a do proletariado.⁶¹

Com a ala mais à esquerda na direção, Lula e algumas outras frentes passaram a expor a qualidade do partido nos governos locais e estaduais. O embate polarizado entre a esquerda e a antiga ala majoritária, dentro desse contexto, se dava de um lado pensando em expressar politicamente as demandas dos movimentos sociais, enquanto o outro queria um papel de organizador e dirigente desta sociedade.⁶²

⁵⁹Ibid. p.172.

⁶⁰SINGER, André. **O PT**. São Paulo, SP : Publifolha, 2001.

⁶¹SECCO, Lincoln. Op. Cit. p.153/154.

⁶²ANGELO, Vitor A. de. **A trajetória da Democracia Socialista**: da fundação ao PT. / Vitor Amorim de Angelo. – São Carlos: EdUFSCar, 2008. 198p.

Foi nesse momento de divisão de forças que a esquerda do partido perdeu algumas frentes e se desmembrou. Alguns importantes membros constituíram um novo grupo internamente, autodenominado de Democracia Radical, e, como viria a ser, juntaram-se à Articulação para retomarem a liderança partidária, tal como apresenta Singer: “em 1995, entretanto, a Articulação fecha uma aliança com a Democracia Radical e recompõe aquilo que é chamado dentro do partido de ‘campo majoritário’, logrando retomar, por margem pequena, o controle do PT”.⁶³ Abordando, então, as mudanças na direção do partido, continua Singer: “[O PT] evoluiu da ênfase na ocupação do Estado pelo proletariado para a proposta de uma profunda transformação social, que é denominada, nos documentos internos, de ‘Revolução Democrática’”.⁶⁴

Tal mudança nas visões políticas na organização partidária, pode mesmo ser vista e analisada nos próprios documentos do partido, para isso, passemos a leitura das resoluções dos encontros realizados periodicamente pela sigla ao longo de sua história, nestas fontes, nos é possível observar melhor as contradições de uma liderança que desde muito cedo aparentava querer angariar mais votos do que apoiadores.

1.3. Do primeiro ao quinto encontro: o PT sobre si mesmo.

A análise das resoluções dos congressos e encontros do Partido dos Trabalhadores, funcionará como fonte para compreendermos como o partido se enxergava em distintos momentos pré-vitória lulista em 2002. Em nossa análise, torna-se difícil ignorarmos o trabalho de Mauro Iasi sobre o mesmo tema, sua leitura sobre esses encontros e congressos permeará todo este momento do trabalho, servirá tanto como apoio, como também contraponto para nossa visão.

Alguns encontros não representam, individualmente, grande mudança na perspectiva histórica da sigla, tendo isto em vista, faz-se necessário uma análise conjunta de alguns destes encontros, em nosso caso, os cinco primeiros aparecem quase que unidos, claro que com destaque para um ou outro.

No primeiro encontro⁶⁵ pouco se tirou, contudo, foi na primeira convenção nacional⁶⁶ – uma espécie de prólogo do encontro - que o discurso de Luiz Inácio Lula da Silva

⁶³SINGER, André. Op. Cit. p.33.

⁶⁴Ibid. p.31.

⁶⁵Nos dias 8 e 9 de agosto de 1981 na Assembleia legislativa em São Paulo - SP.

⁶⁶27 de setembro de 1981 em Brasília – DF.

demonstrou-se enfático. Era preciso assegurar a autonomia sindical e destacar que o partido representava aqueles que nunca tiveram voz na política brasileira, em oposição, a sigla representava a negação das elites; estas duas abordagens seriam a tônica dos encontros partidários petistas.

A relação do partido com outras classes para além da proletária, pode ser vista nas palavras de Lula, como sendo uma prerrogativa da sigla para formação de uma classe combatente e que viva em consonância com os interesses partidários:

[...]o Partido dos Trabalhadores não pede atestado de ideologia ou carteira profissional a quem quer que seja, mas sim disposição de luta, fidelidade ao nosso programa e ao nosso estatuto. Dentro do Partido, somos todos iguais, operários, camponeses, profissionais liberais, parlamentares, professores, estudantes etc.⁶⁷

A autonomia sindical é muito importante para o partido, a instrumentalização dos sindicatos por meio do Estado é algo repugnante e deve ser combatido, a luta sindical é em prol de todos os trabalhadores, independentemente de sua preferência política, é no sindicato que o operário deve buscar amparo e encontrar ajuda. O sindicato, serve como forma de melhorar a relação de trabalho entre operário e patrão, todavia, o Partido dos Trabalhadores, nas palavras de Lula, quer acabar com tal relação de trabalho, destinando aos proletários o controle dos meios de produção: “não queremos apenas melhorar as condições do trabalhador explorado pelo capitalista. Queremos mudar a relação entre capital e trabalho. Queremos que os trabalhadores sejam donos dos meios de produção e dos frutos de seu trabalho.”⁶⁸

Por último, nesse discurso, que dá voz a um dos maiores líderes da sigla durante o encontro, Lula deixa claro que o partido se difere de uma legenda socialdemocrata, como, também, não se alinha com um socialismo tecnocrata, ambas as formas de governo não agradam ao PT, posto que este nasceu da necessidade de dar voz aqueles que nunca tiveram, e segundo o pensamento do partido à época, nenhuma dessas duas alternativas ouvia os oprimidos. Dar voz aos oprimidos representa uma noção histórica do PT, a ideia de que os oprimidos podiam ser atores históricos no controle de suas vidas por meio da noção do Estado como propulsor da História. Negar os gabinetes fechados e decisões exclusivas dos parlamentares, foi um dos ápices da utopia petista de poder e, assim se definiu no encontro:

⁶⁷Partido dos Trabalhadores, Resoluções de Encontros e Congressos / Organização: Diretório nacional do PT / Secretaria nacional de formação política e Fundação Perseu Abramo / Projeto memória. – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998. p.106

⁶⁸Ibid. p. 107.

Sabemos que caminhamos para o socialismo, para o tipo de socialismo que nos convém. Sabemos que não nos convém, nem está em nosso horizonte, adotar a idéia do socialismo para buscar medidas paliativas aos males sociais causados pelo capitalismo ou para gerenciar a crise em que este sistema econômico se encontra. Sabemos, também, que não nos convém adotar como perspectiva um socialismo burocrático, que atende mais às novas castas de tecnocratas e de privilegiados que aos trabalhadores e ao povo.

O Partido dos Trabalhadores nega o socialismo burocrático e a socialdemocracia – que seria uma forma de governo burguesa -, ao mesmo tempo que aprova para si um socialismo operário, onde o proletário toma as rédeas do Estado e o desenvolve conforme os interesses das classes oprimidas.

No segundo encontro se define uma “Carta eleitoral”, designando o papel dos candidatos do PT, ou seja, seus compromissos eleitorais e a tática a ser seguida pela sigla, tal qual diz o documento:

O candidato petista a cargo eletivo, e o seu mandato, devem expressar um compromisso com as lutas políticas e sociais desenvolvidas pelo Partido e com a luta geral dos trabalhadores e demais setores oprimidos da sociedade, expressando a compreensão de que a luta dos trabalhadores não se limita, nem se esgota, no campo parlamentar.⁶⁹

O candidato, dessa forma, deveria lutar em prol do programa político partidário, sob o risco de exclusão do PT em caso de não cumprimento de seus deveres. Esses deveres, inclusive, englobavam o não uso de recursos parlamentares, tampouco, o uso da previdência parlamentar e mal-uso do dinheiro público, como vemos no trecho a seguir:

O PT repudia o uso da Carteira de Previdência e da verba pessoal especial para parlamentares. Para pôr fim a esses privilégios, o PT apresentará projetos de lei e tomará medidas judiciais. O parlamentar deve contribuir para a Previdência Social como os demais trabalhadores. Para a aposentadoria parlamentar, não devem vigorar privilégios quanto à contagem do tempo e quanto ao valor do pagamento ou outros. [...] O parlamentar não pode utilizar e deve combater, rigorosamente, quaisquer privilégios ou regalias (como subvenções sociais, concessão de bolsas de estudo e outros auxílios) e demais subterfúgios que possam gerar, mesmo involuntariamente, desvio de recursos públicos para proveito pessoal ou de terceiros e ações de caráter eleitoral ou clientelístico.⁷⁰

O seguir estritamente o que se programa para o partido, está ligado a seguir as direções guiadas pelo núcleo do PT, tal fator gera grande controvérsia, posto que, como observamos, na

⁶⁹**Partido dos Trabalhadores.** Carta eleitoral: Carta-compromisso dos candidatos proporcionais e majoritários do Partido dos Trabalhadores. Disponível em: <http://csbh.fpabramo.org.br/uploads/cartaeleitoral.pdf> [p. 1] Acesso em: 17/05/2017

⁷⁰Ibid. [p. 2/4]

constituição de uma organização partidária devem haver em seu círculo interno duas ou mais frações políticas, logo a condução de um programa está alinhada a condução de uma dessas frações. Tal fator, ao mesmo tempo que garante a sustentação de uma visão política por algum momento, também pode gerar a impossibilidade de uma mudança nos preceitos políticos, exemplo como vimos na fração mais à esquerda do PT diante da força da Majoritária.

Ainda no segundo encontro, como elementos complementares, definiu o apoio diplomático à todas repúblicas socialistas e a negação das relações com países ditatoriais ao redor do globo. Por último, fazia-se coro pelo não pagamento da dívida externa, tendo em vista que seria uma dívida onde quem lucra seriam os bancos internacionais, tal qual elucida este trecho:

O País não pode se matar para pagar uma dívida da qual quem mais lucrou foram sempre os banqueiros internacionais. Propomos um completo inquérito, para saber onde e como são aplicados os recursos provenientes da dívida. É preciso suspender o seu pagamento e estudar, caso a caso, as condições de reescalonamento dos prazos, renegociação, congelamento e até o não-pagamento. Para melhor controle desta situação, impõe-se também a nacionalização do comércio exterior.⁷¹

No terceiro encontro⁷², o discurso se mantém. Segundo se interpretava, o país se encontrava numa crise econômica e política sem precedentes, as críticas a ditadura militar se intensificam, uma vez que são julgados pelo partido como sendo condutores de políticas que aumentaram as relações do país com o FMI. A partir daí, construiu-se a narrativa da luta contra tudo que a ditadura representava, todos os atrasos políticos do Brasil estavam atrelados ao regime, lutar contra a ditadura era lutar contra a recessão econômica, contra o desemprego, principalmente, contra o FMI.

Há, também, uma autocrítica sobre como o partido não vinha se relacionando com as massas, consolidando-se como uma organização de gabinetes, argumentando que houve pouca abertura ao longo dos primeiros anos da sigla. Por isso, determinavam o foco no trabalho de base para que essa situação fosse revertida e que o partido pudesse caminhar a passos largos em direção aos trabalhadores. A luta pela democracia trouxe novamente a noção do trabalhador como ator da História, agora não somente quando propusesse um partido que lutasse pelos seus interesses, mas, também, como elemento determinado a escolhe-lo. A ampliação da democracia significava a ampliação da base eleitoral do partido, o voto chegando a todos, representa a

⁷¹Partido dos Trabalhadores, **Resoluções de Encontros e Congressos** / Organização: Diretório nacional do PT / Secretaria nacional de formação política e Fundação Perseu Abramo / Projeto memória. – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998. p. 124

⁷²6 a 8 de abril – Pampas Palace Hotel – São Bernardo do Campo – SP.

possibilidade de escolha do PT por todos aqueles que se sentissem oprimidos por um sistema falho, como então se propagava.

A situação do país, à época, demonstra que não só os trabalhadores sofriam com a ditadura; tal afirmativa demonstra uma clara tentativa de expansão da base eleitoral petista. A importância do trabalho de base e da ampliação do programa petista ao ouvido de todos transfigura-se como elemento primordial nesse debate, como vemos a seguir:

É ponto de honra do PT afirmar que não há organização partidária sem trabalho de base, mas muitos petistas têm, em sua prática, vícios que condenamos em outros partidos: querer resolver tudo por cima, buscar, sem representatividade real, posições no Partido, fazer discussões intermináveis e fechadas etc. Referimo-nos, também, aos que usam o PT como espaço político para passar suas próprias posições sem se submeterem às instâncias partidárias, considerando o PT uma frente política.⁷³

Durante o quarto encontro⁷⁴ aprovam resoluções sobre a linha sindical petista, um plano político e organizativo para o partido que envolvia os anos de 86/87 e 88, além de um documento eleitoral básico. A questão sindical que permeou, também, os outros encontros anteriores, ainda foi tema muito debatido. Tal documento sobre os sindicatos abordou toda história sindicalista no Brasil em prol da visão do sindicato como organização de luta moral e material dos operários frente a burguesia.

Há a tentativa, ainda, de desatrelar o sindicato de um modelo corporativista, onde o Estado coopta, via Ministério do Trabalho, tal organização em vista da manutenção de seus interesses, desmantelando qualquer movimento contra a exploração, evitando, assim, a luta de classes. Num momento onde o sindicato acaba nas mãos do Estado, o documento petista evidencia o problema do “peleguismo” onde líderes sindicais acabam atraídos pelo Estado, fator que se repetiria no governo Lula. Ou seja, o Partido dos Trabalhadores, ao menos naquele momento, apresentou-se a favor da autonomia sindical frente ao Estado ou qualquer outra coisa. Contudo, ainda se posicionou contra o pluralismo sindical, como ilustra o trecho a seguir:

Ainda que a mais plena liberdade e autonomia sindicais (que defendemos) possibilite o surgimento de sindicatos e centrais sindicais paralelos, isto é, o pluralismo sindical, devemos evitá-lo, porque ele dificulta a unidade de ação contra a burguesia. As lutas da classe trabalhadora, dividida organicamente, podem enfraquecer-se, pulverizando a defesa dos nossos interesses enquanto classe.⁷⁵

⁷³Partido dos Trabalhadores, op. cit. p. 144.

⁷⁴30 de maio a 1º de junho de 1986 – Hotel Danúbio – São Paulo – SP.

⁷⁵Partido dos Trabalhadores, op. cit. p. 204.

Mais adiante, continuaria com a justificativa contra o Estado ao afirmar:

Considerando que o Estado, na sociedade capitalista, é um instrumento da burguesia para garantir sua supremacia social, política e econômica, a sua interferência na organização dos trabalhadores implica, inevitavelmente, o tolhimento da liberdade de ação dos mesmos contra o patronato e seu Estado.⁷⁶

Em seu documento de ação política, havia uma análise sobre o capitalismo brasileiro, uma visão sobre um capital desenvolvido regionalmente e que funciona de maneira subordinada e dependente do capital internacional. O caráter regionalista do capitalismo brasileiro acabou conduzindo o país a um nível de disparidade econômica e social que requer do Estado um plano diversificado a cada região, e que, ainda por cima, o grande investimento do capital internacional conduziu o país a uma dependência desses investimentos, tornando a nação em agrupamentos de multinacionais e um grande devedor mundial.

Fatores acima citados, não impossibilitaram, segundo o documento, a formação e cristalização de uma classe burguesa no país. Uma classe pequena, mas que detém muitos meios de produção e que estariam sempre à frente dos principais meios de força econômicos e sociais do país. O senso de união burguesa foi fator preponderante para a afirmação de seus anseios nos rumos do país, e acreditamos que a exposição de uma burguesia como elemento ativo dentro de sua história servia quase como inspiração aos operários nos documentos petistas, uma vez que a burguesia – como veremos a seguir – sempre teve papel preponderante na afirmação de seus anseios, cabia naquele momento aos trabalhadores escolha similar, tomar o rumo que eles queriam e designar o PT como motor dessa mudança em prol das classes oprimidas. Assim expunha o documento sobre a união da classe burguesa:

[...] é possível perceber hoje, na sociedade brasileira, a existência de uma poderosa classe burguesa, originária dos antigos senhores de terra da época imperial e que foi, gradativamente, incorporando e integrando setores mercantis e comerciais, o setor industrial (1930), o setor latifundiário e financeiro (1950), o setor de serviços e de comunicação, bem como o setor de monopolização e internacionalização do capital (1964) etc. Não obstante alguns dos setores integrantes da burguesia brasileira apresentarem divergências e conflitos entre si em determinados períodos conjunturais, eles têm se mostrado capazes de integração e unificação ideológica e política em momentos de crise, como o mostram a Revolução de 30, a Redemocratização de 1945, a implantação da Ditadura Militar em 1964 e, mais recentemente, a superação do risco de uma ruptura democrática e a conquista de uma relativa hegemonia por meio da transição conservadora (1984).⁷⁷

⁷⁶Ibid. p. 204.

⁷⁷Ibid. p.247.

Há algo de extrema importância na formação da base política petista: a classe média. Segundo o plano de ação política essa é uma classe que em pouco se difere das classes assalariadas urbanas e rurais, mas que não carrega muita pretensão ideológica, fator que faz com que esta seja uma classe transeunte, uma vez que facilmente é cooptada pelos interesses burgueses, mas que ainda assim, não deixa de ser uma das representações da classe operária.

A tentativa, por assim dizer, de trazer essa classe média para o projeto petista resumisse em um acúmulo de forças, onde a classe operária – aqui falamos no geral, já integrando o setor médio – deve se unir em fortalecimento de seu programa de tomada do poder, e, conseqüentemente, da tomada de decisões. Assim, o caminho para o socialismo operário, onde não ajam mais exploradores e explorados, requer, acima de tudo, pactos e alianças. Importante ressaltar que o partido, naquele contexto, já percebia que “não se faz muito com pouco”, e que a luta operária requeria algumas contradições, logo, pactos e alianças que começariam com a classe média, poderia, um dia culminar em alianças com outros partidos. Vemos, então, a posição petista sobre o tema:

Alianças e acordos serão necessários, e indispensáveis, entre o conjunto heterogêneo de forças políticas e sociais que atuam no interior das classes trabalhadoras, e que, cada uma a seu modo, representam com maior ou menor grau de legitimidade interesses e valores setoriais e conjunturais dos diversos componentes da classe.⁷⁸

E culmina ao final do encontro:

Na ampliação do espaço democrático e na criação de condições políticas para avançar no caminho do socialismo, bem como na defesa de conquistas imediatas das classes trabalhadoras, são necessários e possíveis, sim, acordos itemizados e delimitados com forças sociais e político-partidárias, mesmo que essas forças não se proponham o socialismo como objetivo final.⁷⁹

Ao longo do quinto encontro⁸⁰ podemos observar a síntese dos conflitos que assolavam o partido, no âmbito interno e externo. Tal momento, quando observadas com distanciamento, converge as resoluções e dúvidas da sigla quanto ao seu futuro, assim, como abordou Iasi, tais resoluções podem parecer inocentes quando vistas naquele contexto, entretanto, quando visualizadas em perspectiva histórica – conseqüentemente sabendo como culminariam tais decisões -, temos um partido que não mudou de forma abrupta, mas, sim, uma legenda que progressivamente foi optando por uma via alternativa.

⁷⁸Ibid. p. 253.

⁷⁹Ibid. p. 253.

⁸⁰4 a 6 de dezembro – Senado Federal – Brasília - DF

Externamente continuavam as críticas ao FMI e ao pagamento das dívidas externas adquiridas ao longa da ditadura militar, seguindo a mesma linha, surgiram críticas quanto a abertura política, tida pelo partido como conservadora, posto a não convocação dos setores populares para a construção e afirmação da democracia, ambas constatações acabaram atreladas, como vimos, ao mal andamento das políticas econômicas no governo Sarney, que por mais que representasse um ponto de inflexão diante de políticas desenvolvimentistas, ainda não abarcava a visão das minorias no campo político. Atuando como tese central do PT, a não participação das minorias, em especial da classe operária, era o que travava a expansão socioeconômico nacional; podemos dizer que os governos que atuaram desde a ditadura militar corroboraram com o fortalecimento dessa ideia.

Foi, contudo, nas resoluções internas do partido onde colocaram ainda mais empenho nesta questão. Por isso, temos neste momento uma definição e consolidação da fração majoritária que, para se afirmar, passou a atacar as outras frações dentro do partido. Aparentavam haver partidos dentro do PT, que funcionavam com suas lógicas próprias, desqualificando o próprio PT. No entendimento dos críticos dessas frações, o partido era rebaixado a mera frente política.

Talvez, seguindo a visão de que a luta partidária, nos moldes traçados pela organização da sigla, tornava-se inviável naqueles moldes, essas frações que começavam a se organizar, enxergavam no PT um trampolim para a afirmação de suas lutas. José Dirceu foi um dos primeiros a combater isto e é dele o discurso sobre as “duas camisetas”.⁸¹

Em consonância à análise de Iasi, o PT que havia se construído em oposição ao externo, precisava agora se consolidar contra uma oposição interna. A diferença entre as frações partidárias se deu entre – e aqui temos uma síntese da ideia que surgiu dentro do partido – os reformadores da sociedade em via da conquista do socialismo por meio da ampliação de uma verdadeira democracia que contemplaria toda classe operária, e aqueles que teriam um pretensão discurso vanguardista sobre o socialismo e que não se aproximam das massas, o embate se dava mais sobre o “como”, do que, necessariamente, sobre o resultado final. Assim, enquanto a majoritária alçava meios para a retirada das massas da influência – cultural, econômica e social – burguesa, o outro lado buscava a revolução de maneira imediata e fechada. A majoritária, em diversos momentos do texto, parece endurecer a crítica, e logo faz com que a mesma esmoreça, como vemos um primeiro momento mais duro:

⁸¹IASI, Mauro Luis. **As metamorfoses da consciência de classe** (o PT entre a negação e o consentimento) / Mauro Luis Iasi – 2 ed. – São Paulo, Expressão Popular, 2012. p. 314.

Muitos companheiros não fazem essa distinção, não compreendem o processo de mediação que deve existir entre o momento atual, por exemplo, em que as grandes massas da população ainda não se convenceram de que é preciso acabar com o domínio político da burguesia, e o momento em que a situação se inverte e se torna possível colocar na ordem do dia a conquista imediata do poder. Dessa forma, seu discurso, pretensamente revolucionário, não é entendido pela população e pelos trabalhadores e, em vez de contribuir para a organização e a luta no sentido da conquista do poder e da construção socialista, a desorganizam e a transformam na luta de pequenos grupos conscientes e vanguardistas.⁸²

E logo em seguida, como já vimos ao tratar do que constitui um partido, o núcleo dirigente tratava as outras frações tidas como vanguardistas com mais esmero:

O núcleo deve ter características de massa e de vanguarda. É fundamental essa convivência dentro dos núcleos. Há momentos em que os núcleos atraem o maior número possível de simpatizantes e filiados para suas decisões e atividades de massa. Essas reuniões só serão possíveis e só terão consequência se estiverem vinculadas a outras reuniões, voltadas ao aprofundamento político e de como os militantes devem intervir no ambiente em que o núcleo está inserido.⁸³

O conflito parecia querer responder uma das críticas recebidas e que vinham dessas frações opositoras, a totalidade da classe trabalhadora ainda não estava pronta para a ruptura socialista, tal fator justificaria a política do “acúmulo de forças”, mesmo ela abarcando conjuntos da sociedade de origem pequeno-burguesa. Assim, o início do conflito interno petista se dá por conta da expansão da noção de “classe trabalhadora”, que graças a política do “acúmulo de forças”, expandiu o número de pessoas que poderiam representar a luta operária junto ao PT. Tal noção foi tomada com repulsa pela fração opositora, entretanto ainda havia algo que unia a todos, um inimigo em comum, ou melhor dizendo, algo que todos rechaçavam: a burguesia. Eis o que diz a resolução do quinto encontro:

Existe um certo consenso, entre os militantes e filiados do PT, de que a burguesia é a inimiga principal das mudanças sociais e dos trabalhadores. É uma certeza intuitiva, que resulta da experiência concreta de enfrentamento com a burguesia. O problema, porém, não é esse. O problema reside no fato de que, por uma insuficiente análise das classes existentes na sociedade brasileira, muitos companheiros colocam no campo da burguesia parcelas significativas de pequenos e microempresários urbanos e rurais e mesmo as camadas assalariadas que não trabalham diretamente na produção fabril ou agrícola. Com isso, não levam em conta que tais camadas possuem profundas

⁸²Partido dos Trabalhadores, **Resoluções de Encontros e Congressos** / Organização: Diretório nacional do PT / Secretaria nacional de formação política e Fundação Perseu Abramo / Projeto memória. – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998. p. 313

⁸³Ibid. p. 352

contradições com o capital e, por isso, podem se incorporar à luta por transformações sociais no sentido socialista.⁸⁴

Essa tal análise insuficiente era, justamente, o suficiente para enquadrarmos pequenos e micros empresários no mesmo segmento de um operário.

Assim, a majoritária estava em um dilema, a manutenção da unidade partidária era imprescindível, todavia haviam divergências nas táticas e estratégias de como se alcançar um mesmo objetivo, coube então a designação de um inimigo em comum. Independente de qual caminho fosse escolhido (de preferência o da majoritária, posto que havia, como vimos, instrumentos legais de viabilização de seus interesses; por exemplo, a expulsão do partido) o inimigo era o mesmo, não havia razão para separação. Assim, se deu a relação do Partido dos Trabalhadores para com seus conflitos internos e externos, sua atuação negando as políticas econômicas e frações partidárias que não se aproximavam das massas, seria espelho a sua defesa anos mais tarde, quando o partido ganharia a alcunha de “neoliberal”.

⁸⁴Partido dos Trabalhadores. Op. cit. p. 314.

Segundo capítulo: Projeto em crise: críticas sobre a Agenda macroeconômica petista.

2.1. O PT entre a cultura política do petismo e ação política do lulismo.

Em termos gerais, toda crítica que se apresentou ao PT, após as eleições de 2002, foi, de alguma maneira, fruto de algo até então inesperado: o PT havia mudado. O exercício da função analítica indica uma ruptura entre um partido estreitamente ligado ao novo sindicalismo do ABC paulista e a legenda que venceu as eleições em 2002. Nas observações feitas por pesquisadores à época em relação a sigla, constantemente se verificou uma mudança nas ações e discursos petistas a partir de 2003, sem, entretanto, uma averiguação dos métodos petistas pré-governo Lula. Aparentemente nas avaliações destes críticos sobre o PT, o horizonte socialista nunca saiu dos discursos e práticas petistas, é como se o Partido dos Trabalhadores estivesse mantendo sua linha radical da data de fundação ao início do mandato de Lula. Esta leitura talvez se explique nos constantes ataques ao governo FHC – como já visto, tido como “neoliberal” – e às políticas voltadas ao pagamento da dívida com o FMI e o Banco Central. A constante visão de um partido voltado aos anseios operários, também aparecem no campo externo ao partido e sustenta uma base eleitoral que também negava o “neoliberalismo” do final do século XX e início do XXI.

Cabe salientar que, assim como tudo na vida, as ações partidárias fogem a qualquer simplificação dicotômica. A legenda apresentou uma nova faceta, de caráter simbiótico, trazendo à luz aspectos que contemplavam diferentes grupos. As derrotas nas eleições de 1998 – que pesem também as derrotas nas duas eleições anteriores a estas – demonstraram que o discurso agressivo contra o “neoliberalismo” não venceria sozinho; a prática eleitoral em 2002 precisava ser outra. Assim, as eleições de 2002 pode ter nos apresentado a expansão de uma performance pública do PT. A agressividade dividia espaço com a cautela. Políticas sociais e interesses de uma burguesia nacional compartilhavam o mesmo palanque. Os períodos em que o “neoliberalismo” vigorou no país não deixaram rastros positivos na sociedade, tal fator facilitou as manifestações do PT enquanto inovação, propagando a ideia de serem uma sigla com novos ideais na política, portanto podemos afirmar que a vitória petista foi expressiva e apresentou-se como novidade frente à velha política.

Por fim, após anos de consolidação no campo político da esquerda brasileira, a expectativa pelo primeiro governo de um partido advindo do “chão de fábrica”, cuja origem

sempre foi remetida ao sindicalismo, era enorme. Contudo, o próprio PT logo tratou de apaziguar as esperanças, com a aplicação de um modelo mais intenso de políticas lidas como neoliberais. A governabilidade petista foi, dessa forma, construída com base no discurso em defesa das classes operárias mesclada a ações voltadas ao mercado – práticas que outrora eram tidas como inaplicáveis pelo PT –; as análises críticas, tecidas por pensadores no período, no entanto, não perdoaram a “heresia” cometida pelo partido. Dito isto, passemos a uma leitura acerca do que foi a cultura política petista, sem antes nos atentarmos ao que é tido como cultura política, na busca de uma relação entre o discurso e prática partidária.

Atualmente o trabalho com o conceito de cultura política⁸⁵ é tributário de um processo de renovação da história política durante os anos de 1960. A história política após a emergência da Escola dos Annales na primeira metade do século XX, acabou renegada no campo dos estudos sociais, posto a caricatura realçada pelos próprios Annales, como sendo uma vertente muito pouco ligada às inovações historiográficas de seu tempo. A história política, na visão dos críticos, não compreendia as nuances da complexidade social. Logo, a linha política foi pintada como aquela que reproduzia os grandes feitos – com foco nos grandes personagens –, sem muito destaque para a ambientação sociocultural. A história social e econômica ascendeu em detrimento dos fatos políticos. Toda essa visão antipatizada com a história política reflete aspectos de uma mudança no paradigma historiográfico. Outrora a história política desfrutava de maior prestígio, em virtude de sua aproximação com o Estado. O historiador emanava em suas obras toda a potência daqueles que detinham o poder. A escrita da história andava lado-a-lado com o enaltecimento estatal, dessa forma, o declínio do poder dominante induziu inovações no campo da história. Assim, em vias de conquistarem espaço, as novas escolas atacaram a história política, como destaca René Remond:

Seus [da nova história] pressupostos eram que os comportamentos coletivos tinham mais importância para o curso da história que as iniciativas individuais, que os fenômenos registrados numa longa duração eram mais significativos e mais decisivos que os movimentos de fraca amplitude, e que as realidades do trabalho, da produção, das trocas, o estado das técnicas, as mudanças da tecnologia e as relações sociais daí resultantes tinham mais consequências, e portanto deviam reter maior atenção dos observadores, que os regimes políticos ou as mudanças na identidade dos detentores de um poder

⁸⁵Visando uma melhor elucidação do trabalho, procuraremos abordar a noção de cultura política, para que, desta forma, possamos estar mais esclarecidos ao que se entende como cultura política petista. Salientemos que não cabe a este estudo uma análise aprimorada sobre o conceito de cultura política, contudo, ainda acreditamos ser necessário uma breve explanação.

cujas decisões, segundo se entendia, só faziam traduzir o estado da relação das forças sociais, ou refletir realidades anteriores às escolhas políticas.⁸⁶

Em suma, a história política, frente às novas formas de interpretação, apresentava-se em velhos trajes, insuficiente para o espetáculo historiográfico moderno.

Entretanto, com o caminhar do século XX, a economia passou a não dissociar a política de seu campo de análise e, ao mesmo tempo, as ações estatais foram ganhando enormes proporções, levando o campo político a estender suas fronteiras. Dito isto, em meio ao processo de renovação da história política, a noção de cultura política aparece como uma resposta a esses novos dilemas, uma vez que, segundo Serge Berstein, apresenta-se: “[...] como um fenômeno de múltiplos parâmetros, que não leva a uma explicação unívoca, mas permite adaptar-se à complexidade dos comportamentos humanos”.⁸⁷

A priori, a expressão “cultura política” aparece na obra dos cientistas políticos estadunidenses Gabriel A. Almond e Sidney Verba: *The civic culture: political attitudes and democracy in five nations*. O surgimento deste conceito está atrelado à Ciência Política estadunidense em busca de uma compreensão da estabilidade democrática. Estes estudos se orientavam para ação política, transformando-se num interventor da realidade, propagando a política estadunidense, uma vez que a noção de sociedade democrática de tipo ideal era vista como as comunidades britânicas e norte-americanas.⁸⁸ Para os autores, cultura política eram atitudes e pautas que revestiam toda a nação, uma vez que enxergavam uma relação entre a opinião pública e o sistema político que conduzia a sociedade. Enxergavam a cultura como elemento estruturante da sociedade, onde a cultura política seria até mesmo capaz de definir um sistema político.⁸⁹ Cabe ainda ressaltar que as investigações eram empíricas e as nações eram analisadas em pé de igualdade. A cultura política era entendida como elemento estável e durável ao longo do tempo, como, também as sociedades podem apresentar variações culturais, sendo estas variações designadas como subculturas.⁹⁰

⁸⁶REMOND, René. Uma história presente. In.: REMOND, René (dir.). **Por uma história política**; tradução Dora Rocha. – 2.ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.;

⁸⁷BERSTEIN, Serge. A cultura política. In.: RIOUX, Jean-Pierre. SIRINELLI, Jean-François. **Para uma história cultural** /direção de Jean-Pierre Rioux, Jean-François Sirinelli; tradução de Ana Moura. - Lisboa: Estampa, 1998. 432 p. p. 350.

⁸⁸CASTRO, Henrique C. de O. de. Cultura política: a tentativa de construção de um conceito adequado à América Latina. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, Vol. 2, Nº 1, Janeiro-Junho (2008).

⁸⁹LLERA, Francisco J. Enfoques en el estudio de la cultura politica. In.: **Cultura política: enfoques teóricos y analisis empíricos** /Editores Pilar Del Castillo e Ismael Crespo. - Valencia: Tirant lo Blanch, 1997. 278 p.

⁹⁰BOTELLA, Joan. Em torno al concepto de cultura política: dificultades y recursos. In.: **Cultura política: enfoques teóricos y analisis empíricos** /Editores Pilar Del Castillo e Ismael Crespo. - Valencia: Tirant lo Blanch, 1997. 278 p.

As inovações investigativas propostas por Almond e Verba logo caíram em desuso, tendo em vista as inúmeras críticas que suas ideias sobre cultura política receberam. Questões geracionais, processos de democratização que permeavam o mundo à época, assim como um Estado que perdia espaço para o *mass media* como propagador de valores no cotidiano da sociedade, colocaram em xeque preceitos como a noção de cultura política na longa duração e a forma sistêmica e estrutural.

As críticas ganharam espaço e geraram todo um debate sobre a melhor forma de abordar o assunto. Dessa forma, situar cultura política como um conceito de único sentido tornou-se impossível aos pesquisadores que usufruíam desta metodologia quando almejavam o entendimento de sociedades complexas. De fato, cultura política é algo de difícil conceituação, tal como salienta Gransow: “*Defining political culture is like nailing a pudding to the wall*”.⁹¹ Contudo, para nossos objetivos, pensaremos na definição que mais adeptos ganhou no campo historiográfico brasileiro e que foi apresentada por Berstein. Segundo ele, a cultura política torna-se:

Factor de comunhão dos seus membros, ela fá-los tomar parte colectivamente numa visão comum do mundo, numa leitura partilhada do passado, de uma perspectiva idêntica de futuro, em normas, crenças, valores que constituem um patrimônio indiviso, fornecendo-lhes, para exprimir tudo isto, um vocabulário, símbolos, gestos, até canções que constituem um verdadeiro ritual.⁹²

Seguindo tal premissa, passaremos a analisar o PT como um partido que foi capaz de gerar uma cultura política derivada de si, capaz de promover entre seus membros uma leitura partilhada do passado e prover expectativas semelhantes para o futuro. Assim, em meio a novidade e dúvidas, surgiu o PT, aclamado como o primeiro partido de massas brasileiro. Estudos sobre o partido foram imprescindíveis, cabendo, então, pensarmos sobre a cultura política desse partido no cenário político nacional. Afinal, o que define o petismo e o petista?

Para tal, tomaremos a leitura da tese de doutorado de Clayton Cardoso Romano, *Do ABC ao Planalto: a cultura política do petismo*, onde teremos uma base para apresentarmos aspectos desse fenômeno. Inegavelmente, houve muito trabalho em cima do conceito, tendo em vista os inúmeros elementos que permeiam o partido. Seguiremos, haja vista o que já foi

⁹¹GRANSOW, Volker. Political culture and communist studies. *Contemporary Sociology*. V. 17, n. 5, 1988, p. 632-3 (Book Review). Apud. CASTRO, Henrique C. de O. de. *Cultura política: a tentativa de construção de um conceito adequado à América Latina*. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, Vol. 2, Nº 1, Janeiro-Junho (2008).

⁹²BERSTEIN, Serge. Op. cit. p.363.

dito, destrinchando alguns desses elementos, a fim de prosseguirmos com uma ideia definida de cultura política do Partido dos Trabalhadores.

Ciente de tais dificuldades, Romano inicia sua obra destacando que muitos dos neologismos – lulismo, lulo-petismo, etc – que tentam explicar o PT são frutos da própria incapacidade de compreensão de tamanha mudança nos rumos tomados pela legenda, desde sua origem operária com vínculos socialistas ao governo Lula, tachado como continuísta e “neoliberal”. O PT nasce, no entanto, disposto a negar tudo e a todos, o que elucidou uma falta de tradição política clara em seu nascimento, muito graças a sua diversidade genealógica. O partido seria a síntese de todos aqueles que não possuem representação na política brasileira que, segundo os mesmos, era cada vez mais excludente. Assim, o autor destaca o lugar que o PT reivindicava para si no momento de sua formação:

Contestavam o “capitalismo selvagem” praticado no Brasil, seu caráter monopolista e excludente. Contestavam a estrutura sindical, denunciando os vícios do “velho sindicalismo”. Contestavam o “milagre econômico”, o “projeto de abertura”, os atores e instituições do regime militar. Contestavam a oposição representada no Movimento Democrático Brasileiro (MDB), condenando a prática “clientelista” e “conciliatória” do partido-movimento. Contestavam os comunistas, mais precisamente a hegemonia exercida durante décadas pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) no interior da esquerda, apontando para o distanciamento dos dirigentes comunistas em relação à “realidade vivida” pelos trabalhadores.⁹³

Antes de mais nada, o petismo se tornou uma confluência de bases sociais à esquerda, nem sempre convergentes, mas que conviviam no interior dinâmico da legenda. Ademais, o petismo se formou: pela paixão pelo partido – visto que era uma das grandes experiências operárias na política -; pela forma como o partido era sempre visto como novidade/diferente; por como suas diferentes bases acreditavam em sua democracia interna; e por como tinham no conflito um elemento fortalecedor. Com o tempo, o partido passou a adotar novas posturas, sem, entretanto, desatrear de suas bases. A mudança nos discursos realizados nos congressos e encontros da sigla, destacam um tom mais moderado, contudo, não menos confrontador. Algo que permitia o amálgama das posições e reposicionamentos dentro do partido era a ideia de conflitos externos que atuavam como uma ameaça comum a seus membros, gerando um sentido de união. As diversas camadas sociais que formaram o PT representavam uma busca por espaço num pretense ambiente democrático, antes dominado apenas por setores da classe média ou altamente instruída do país. A negação desse universo, tendo em vista que o mesmo

⁹³ROMANO, Clayton Cardoso. **Do ABC ao Planalto**: a cultura política do petismo /Clayton Cardoso Romano. - Franca: [s.n.], 2008, 170 f.;

não era propenso a uma maior participação social, fez parte de uma luta cotidiana. Faz parte do petismo.

Portanto, o PT se insere, além de agregar toda sua base nessa empreitada, na luta pela democracia. Essa foi uma percepção que o partido teria de sua própria importância. Como registra Garcia: “[...] a nova geração de esquerda dá ênfase à democracia, procurando aprofundar seu significado. [...] A democracia política aparece não apenas, como no passado, como *um meio* – etapa ou instrumento – mas como um *fim*, um objetivo a ser construído”.⁹⁴ No mesmo caminho, completa, também, Caio Navarro: “A ampliação e a ‘radicalização’ da democracia, graças às lutas sociais dos trabalhadores, levará gradativamente à realização de uma hegemonia operária ou popular sobre o conjunto da institucionalidade democrática”.⁹⁵

Naquele momento, democracia e luta social pareciam elementos de um único movimento. A narrativa arguia que a luta se dá pela democracia da maioria, que um governo só existe com participação social, e que para isso, é preciso a tomada de posicionamento dentro da democracia liberal burguesa. Neste sentido, o petismo como vimos, pode ser entendido como um fenômeno nacional, mas, também, como um reflexo de uma tendência global das esquerdas de adotar a democracia e não mais a revolução como eixo de ação política.

Para elucidarmos melhor a tendência conflituosa do petismo, nos pautamos mais uma vez na obra de Romano, para procurarmos as raízes desse petismo. Para o autor, houve três elementos que conduziram a formação do petismo: cristianismo social; novo sindicalismo e o socialismo petista. Estes elementos evidenciam a pluralidade que compôs o PT. Passaremos, então, nessa ordem, rapidamente pelos três elementos para entendermos melhor o que caracteriza o partido e a reflexão do autor.

O cristianismo social foi atuante por meio das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e serviu de embasamento político-cultural aos personagens que fundaram o PT. Tais comunidades apresentavam uma experiência de interferência da realidade. Os grupos comunitários passaram a cobrar por direitos e melhorias em bairros onde o Estado se fazia ausente. As CEBs foram grupos organizados em torno das paróquias, no caso urbano, e nas capelas no que tange às zonas rurais. As lideranças das CEBs variavam entre padres, bispos e leigos. São comunidades, posto que moravam no mesmo bairro – logo, compartilham do mesmo problema -; são eclesiais pois se identificam com a mesma crença – consequentemente

⁹⁴GARCIA, Marco A. Esquerdas: rupturas e continuidades. In.: **Os anos 90: política e sociedade no Brasil** / Evelina Dagnino, (org.) – São Paulo: Brasiliense, 2004. Grifo do autor.

⁹⁵TOLEDO, Caio N. As esquerdas e a redescoberta da democracia. In.: **Os anos 90: política e sociedade no Brasil** / Evelina Dagnino, (org.) – São Paulo: Brasiliense, 2004.

acreditam no mesmo preceito teleológico cristão -; e são de base uma vez que são compostos por operários, pessoas do lar, subproletariados, jovens e aposentados, ou seja, pela classe popular.

Seu caráter político era evidenciado como experiência democrática, em um ideal de luta por justiça social e igualdade que os moviam. Dessa maneira, as CEBs se apresentaram como críticas à Ditadura militar, já que o Estado se afastava das camadas populares. Sobre o papel desses grupos, frei Betto defendia:

A própria conjuntura nacional ajudou a reforçar as comunidades eclesiais de base. Ao suprimir os canais de participação popular, o regime militar fez com que esse mesmo povo buscasse um novo espaço para se organizar. Esse espaço foi encontrado na Igreja, única instituição do país que, por sua índole histórica, escapa ao controle direto dos poderes públicos. [...] O povo redescobriu a Igreja, não apenas como seu espaço de expressão e nutrição da fé, mas também como espaço de organização e mobilização.⁹⁶

Dessa forma, as CEBs atuavam como verdadeiras instituições sociais e políticas. Um espaço de sociabilização onde as reivindicações sobre mudanças práticas deveriam acontecer. Tornaram-se um lugar de efetiva ação política, onde a fé agia como fundamentação para a união das classes populares. O fim teleológico cristão onde seriam conduzidos a um plano onde não há distinção de classes, era a ideia que reverberava nas CEBs. Tendo isso em vista, a percepção de que a efetiva mudança requeria alterações no quadro político-econômico veio à tona e os novos personagens históricos advindos das CEBs passaram a ocupar novos espaços, onde a organização partidária estava no horizonte, como descreveu frei Betto:

Muitos membros das comunidades, na cidade e no campo, participam da Oposição Sindical e dos sindicatos autênticos, procuram valorizar o sindicato como verdadeiro órgão de classe, atuam nas greves e lutas de suas categorias. Agora surge uma quarta etapa, a da reformulação partidária: a busca de novos canais de expressão política para a sociedade civil brasileira.⁹⁷

A mudança, então, revelou-se como quebra de hegemonia política e econômica das elites brasileiras. O projeto das CEBs encontrou ressonância na Teologia da Libertação. Sobre o tema, frei Betto destacaria, ainda, que:

A palavra *libertação* sobressai no vocabulário das CEBs. Ela está presente nos cânticos, na meditação do Evangelho, no plano de ação. Ela ajuda a

⁹⁶BETTO, frei. O que é comunidade eclesial de base / frei Betto. – São Paulo: Abril Cultural: Brasiliense, 1985. p. 22.

⁹⁷ Ibid. p. 24.

comunidade a passar de uma consciência social reformista para a consciência da transformação social, da modificação do modo de produção capitalista.⁹⁸

Sobre isso, um dos idealizadores de tais políticas, Leonardo Boff, complementa:

[...] estas comunidades significam uma ruptura com o monopólio do poder social e religioso e a inauguração de um novo processo religioso e social de estruturação da Igreja e da sociedade, com uma divisão social diversa do trabalho e também uma divisão religiosa diferente do trabalho eclesiástico.⁹⁹

Assim, potencialmente, CEBs representaram a ressignificação da Igreja, tendo como base os apóstolos e a vida e obra de Cristo. O cristianismo social, voltar-se-ia aos pobres, transfigurando-se como uma forma de se alcançar a consciência de classe; por meio da fé em comunidade, as camadas populares passaram para a ação política com a finalidade de promover uma sociedade igualitária e com justiça social; tem-se, assim, a eclesiogênese¹⁰⁰. A Teologia da Libertação entende as camadas populares como agentes históricos que acelerariam o processo teleológico da história cristã. Logo, as CEBs contribuíram na formação de um pensamento confrontador e que ensinou às classes populares o poder da organização política na alteração da realidade histórica. No fim, torna-se inegável a influência desse elemento na formação do PT.

Ao que cabe ao novo sindicalismo, como vimos, muitos de seus atores políticos tiveram relações com as CEBs. O afastamento do Estado e os anos de "relação conturbada" com o governo militar, fez com que o novo sindicalismo não quisesse mais a proximidade que outrora caracterizou o movimento sindical no país, a tutela estatal: sua preocupação estava numa relação fabril, muito mais preocupado em negociar diretamente com o patrão. Fato é que o novo sindicalismo é elemento primordial na formação do PT, a busca por uma organização que representasse seus ideais, sem a representação burguesa que, segundo a leitura da época, dominava o Estado, era imprescindível. Segundo Romano:

[...] embora a presença de vários setores sociais e correntes de pensamento no gesto de fundação do Partido dos Trabalhadores seja amplamente reconhecida, o sindicalismo autêntico da década de 1970, sem dúvida, se

⁹⁸ Ibid. p. 24.

⁹⁹BOFF, Leonardo, 1938- . Igreja, carisma e poder: ensaios de eclesiologia militante / Leonardo Boff. – Lisboa: Inquerito, c1981. p. 167.

¹⁰⁰Surgimento de uma nova Igreja com foco nas tradições de amparo das camadas menos abastadas, e que abandona o tradicionalismo – no sentido de relações reacionárias –, com a visão de uma nova sociedade, onde as camadas populares participem democraticamente da vida política.

constitui como referência consensual sobre o que pode ser considerado a espinha dorsal do partido.¹⁰¹

O novo sindicalismo apresentou-se como antagonista do trabalhismo getulista. O trabalhismo surge como ideologia e foi inventado no Estado Novo como base operacional do governo.¹⁰² Calcado na jurisdição, exercia, no plano discursivo, a promessa da justiça social em um projeto tutelado por um Estado nacionalista centrado na figura de Getúlio Vargas.¹⁰³

Contudo, o novo sindicalismo, como já foi dito, buscava a autonomia frente ao Estado, elemento que foi ignorado pelo trabalhismo. A centralidade das decisões na figura do presidente era incapaz de observar a autonomia dos movimentos sociais, dentre eles o sindicato. O Estado burguês não precisava representar o papel de motor do desenvolvimento social, uma vez que os próprios movimentos se auto organizavam em torno de suas demandas.

O contingente sindicalista, já no fim dos anos 70, era composto por jovens trabalhadores que pouca – ou nenhuma – relação tinham com a militância pré-1964, formado por migrantes, com pouco contato com a realidade urbana e que, portanto, aprendiam novos papéis na dinâmica do trabalho. Eram sujeitos que se converteram em operários ao mesmo tempo que passavam a entender o seu papel enquanto classe social, constituindo-se fora do Estado e contra o mesmo. Sendo que seus principais expoentes não estavam mais ligados às empresas estatais como outrora, representados pelos operários de empresas de ponta no capitalismo industrial.¹⁰⁴

O movimento do novo sindicalismo começou clandestino e almejou tirar os sindicalistas do imobilismo lançado com a repressão corrente na ditadura militar. Trouxeram, além disso, novas perspectivas sobre a estrutura sindical, visando alterar a realidade social e política nacional.¹⁰⁵ Como aponta Moisés:

Na verdade, a crise do ABC se converteu no ponto de fusão das contradições da sociedade brasileira, precisamente por causa do seu significado político. Preparando-se também para adquirir a plenitude da sua condição de cidadãos, orientando a sua ação também para a busca desse objetivo. [...] a grande novidade do 'novo sindicalismo' não é apenas o caráter de um amplo movimento social de massas, que pressiona no sentido da sua própria democratização interna (o que já é muito importante), mas a inserção peculiar

¹⁰¹ROMANO, Clayton Cardoso. **Do ABC ao Planalto**: a cultura política do petismo /Clayton Cardoso Romano. - Franca: [s.n.], 2008, 170 f.; p. 79.

¹⁰²GOMES, Ângela C. Brisola e o trabalhismo. **Anos 90**, Porto Alegre v. 11, n. 19/20, jan./dez. 2004.

¹⁰³ROMANO, Clayton Cardoso. Op. cit.

¹⁰⁴MOISÉS, José A. Qual é a estratégia do Novo Sindicalismo? In.: MOISÉS, J. A. [et al.]. **Alternativas populares da democracia**: Brasil, anos 80/ José Álvaro Moisés, [et al.]. – Petrópolis: Vozes; CEDEC, 1982.

¹⁰⁵Perspectivas do novo sindicalismo/ apresentação de José Ibrahim – São Paulo: Loyola/CEDAC, 1980.

que esse movimento alcançou no processo de luta pela democracia no Brasil.¹⁰⁶

O traço de similitude não quer dizer que a ação do novo sindicalismo não fosse conflituosa. Maximizavam seu caráter afrontoso e deflagravam um aspecto pouco racional da ação sindical, até mesmo por conta de sua pouca experiência, conforme já destacado. Contudo, o conflito agia sobre o simbólico, a prática conflituosa reforçava a presença do operário no campo político e dava mais força em sua inserção na mudança para uma perspectiva democrática. No mesmo sentido, destaca Maria Hermínia:

[...] o confronto com o governo tornava-se a opção natural do sindicalismo em construção. Em tais circunstâncias, a lógica da negociação típica da ação sindical cedeu lugar, com frequência, a uma lógica diversa. Especialmente as greves metalúrgicas de São Bernardo do Campo, em 1979 e 1980, transformaram-se em movimentos de massa caracterizados por uma modalidade de ação não guiada pelo cálculo racional voltado para a realização de interesses ou, como preferem os neo-utilitaristas, para a maximização de ‘utilidades’. Foram, antes, oportunidades de afirmação de aspirações não-negociáveis de liberdade, autonomia e reconhecimento da presença política das classes trabalhadoras.¹⁰⁷

Deste modo, torna-se importante ressaltar o caráter democrático que tão fundamentalmente constitui o PT, surgiu de sua relação com o novo sindicalismo que buscou uma instituição de classe e de massas onde o operariado pudesse participar democraticamente da ação política exercida na prática sindical.

Quanto ao socialismo petista toda a ideia que a permeava, também passava por certo personalismo. Juntaram-se ao PT indivíduos de diversas vertentes da esquerda nacional que se integravam na formação de um partido verdadeiramente de bases populares. No que concerne à gênese do pensamento que formou o partido e um socialismo – que viria a ser petista – muito se deve a Mário Pedrosa. Uma das principais lideranças das esquerdas presentes no Brasil, e que esteve no ato de inauguração do PT e emprestou muito de sua visão ao desenvolvimento do petismo. Assim, conta Romano: “Crítico de arte, considerado fundador do trotskismo no Brasil, Pedrosa havia a pouco voltado do exílio na França e se converte num dos principais entusiastas da idéia de se organizar um partido dos trabalhadores.”¹⁰⁸

¹⁰⁶ MOISÉS, José A. Op. Cit. p.31/32.

¹⁰⁷TAVARES de A., Maria H. **Crise econômica e interesses organizados: o sindicalismo no Brasil dos anos 80/** Maria Hermínia Tavares de Almeida. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996. p. 48.

¹⁰⁸ROMANO, Clayton Cardoso. Op. cit. p. 101.

Junto a Pedrosa, naquele momento, no Colégio de Sion, estava Apolônio de Carvalho, líder e representante das esquerdas armadas, que lutou contra o governo de Getúlio Vargas. Preso político, decide se juntar a luta revolucionária na Espanha contra Franco, onde mais uma vez sai derrotado; se junta aos franceses na luta contra as tropas alemãs na Segunda Guerra. Ainda encontrou forças para voltar ao Brasil e lutar contra a ditadura militar, tornando-se um símbolo da luta armada. Desta forma, em meio a ditadura:

Exila-se na Europa onde reflete, reexaminando criticamente a trajetória das esquerdas brasileiras. Vem dessa época a decisão de lutar pela formação de um partido de massas, democrático e revolucionário, sem os ranços da esquerda tradicional.¹⁰⁹

Logo o socialismo democrático e as frentes armadas davam, na noite de fundação – num momento muito simbólico –, respaldo ao surgimento do Partido dos Trabalhadores como uma sigla de esquerda. Novamente, destaca Romano:

De todo modo, as figuras de Pedrosa – trotskismo e socialismo democrático – e Carvalho – esquerda armada – autenticavam a certidão de nascimento do PT enquanto um partido de esquerda. [...] em contraposição ao comunismo soviético e à social democracia européia, ambos descartados de pronto pelos petistas, e na ausência de uma definição melhor, passou-se a entender o PT como um partido socialista ou quase isso.¹¹⁰

O Partido dos Trabalhadores, então, diferente das esquerdas tradicionais, se apresentou como uma sigla de tipo novo, almejando a legalidade. Fugindo de aspirações revolucionárias no campo armado, tinha na democracia seu meio de atuação. Dessa maneira, a legenda tornou-se alternativa viável no plano institucional. Sob o simbólico papel destes dois personagens – Pedrosa e Carvalho – instauraram-se no PT dois grupos com grandes discrepâncias, trotskistas e comunistas, como ressalta Romano:

De um lado, estavam incontáveis frações trotskistas, algumas das quais com forte atuação no meio estudantil e sindical, e de outro, os comunistas – melhor dizendo, uma “parcela” deles –, fracassados em suas dezenas de tentativas de instaurar no Brasil um processo de insurreição bélico-popular contra o regime militar.¹¹¹

Contudo, ambos projetavam no PT aquele partido operário idealizado por Marx no Manifesto Comunista. O PT seria diretamente uma sigla heroica, capaz de alterar o movimento

¹⁰⁹VENCESLAU, P. T. Entrevista com o General Apolônio de Carvalho. **Teoria e Debate**, São Paulo, n. 6, abr./mai./jun. 1989. p. 18.

¹¹⁰ROMANO, Clayton Cardoso. Op. cit. p. 103.

¹¹¹Ibid. p. 105.

histórico do país. O PT se une sob a égide da superação do capitalismo, é isso, como fim último, que o define como socialistas e democratas: socialistas por serem anticapitalistas, e democratas posto que só com o fim do capitalismo a classe operária vai se ver atuante no campo social, político e econômico. Diante de tais influências, é interessante trazermos a própria definição do partido sobre seu socialismo:

No plano político, lutamos por um socialismo que deverá não só conservar as liberdades democráticas duramente conquistadas na sociedade capitalista, mas ampliá-las. Liberdades válidas para todos os cidadãos e cujo único limite seja a própria institucionalidade democrática. Liberdade de opinião, de manifestação, de organização civil e político-partidária. Instrumentos de democracia direta, garantida a participação das massas nos vários níveis de direção do processo político e da gestão econômica, deverão conjugar-se com os instrumentos da democracia representativa e com mecanismos ágeis de consulta popular, libertos da coação do capital e dotados de verdadeira capacidade de expressão dos interesses coletivos.¹¹²

Logo, o PT recebeu como estratégia para sua assimilação pela esquerda, diferentes grupos que representavam visões diferentes para um mesmo fim, dadas suas experiências similares ao longo dos anos, tanto trotskistas, como os comunistas – e sua internacionalização – sentiram a necessidade de autoavaliação para confluírem num partido que almejou a luta por meios institucionalmente legais. Novo mecanismo de ação política, a democracia tornou-se meta das camadas que compunham a legenda. As inúmeras abordagens que incorporavam o partido deixaram resquícios no que viria a ser o petismo, ou seja, reflexo de um partido plural e socialmente democrático.

Diante de toda essa confluência de ideias que compõem o petismo, a característica de se apresentar com um discurso menos conflituoso que foi adotada pela sigla para converter-se em escolha racional foi determinante para a vitória e perpetuação do PT no poder, pois, nas eleições de 2002, o partido optou por uma estratégia diferente, onde o enfrentamento – outro elemento constituinte do PT – foi deixado de lado para dar espaço a um tom mais apaziguador. Dito isto, a sigla, após a vitória, precisava de uma política que englobasse todos os elementos que o elegeram. Tal política pode ser personificada na figura de um homem: Lula. E justamente por isso muitos autores consideram este período como a era do lulismo.

Ricci Rudá é um dos autores que abordam o tema. Segundo ele, o lulismo não se tratava de um projeto de desenvolvimento, mas de uma forma de gerir grupos distintos que

¹¹²Resoluções do partido – O socialismo petista. p. [6]. In.: <<http://csbh.fpabramo.org.br/uploads/osocialismopetista.pdf>>. Acesso em: 20/11/2018.

compunham o núcleo do Partido. Seu objetivo era a manutenção do poder público. Ainda, as camadas da sociedade mais pobres se sensibilizavam com o discurso lulista – de caráter difuso – posto que, por não haver no mesmo um referencial teórico muito nítido, possibilitava aproximações, como aborda Rudá. Contudo, o autor liga, indiretamente, lulismo e petismo ao arguir que o primeiro também carrega forte tradição cristã – de caráter católico progressista, ligado a Teologia da Libertação – e, dessa maneira, ainda sobre o que contribui para o fortalecimento do lulismo, descreve o autor: “O lulismo, em outros termos, tornou-se mais personalista e centralizador e buscou sua legitimação pela precisão técnica, pela negociação, pelo controle político e pela sedução do discurso afetivo da liderança partidária”¹¹³

O lulismo concentrava o poder no personalismo político de Lula, o caráter democrático que permeava os intensos debates e assembleias do partido, foram perdendo espaço para resoluções mais técnicas e que garantiriam um maior força e controle ao PT. Dito isto, os diversos personagens que se reuniam dentro do Estado sentiam uma falsa ideia de pertencimento e, dessa maneira, como elemento aglutinador e detentor do poder, o PT pôde administrar as discrepantes camadas no núcleo do poder. O Partido dos Trabalhadores optou por instrumentalizar os sindicatos, por uma centralização burocrática e por conquistar o mercado. Ficava nítido um etapismo estatal na economia: a estratégia lulista é a de primeiro acalentar o mercado, cimentar as bases sociais como atores políticas e depois partirem para o desenvolvimentismo socioeconômico. As alianças políticas demonstraram, nas ideias do autor, que o lulismo não havia somente se processado no personalismo político, o Estado também possuía um papel primordial, uma vez que era nele em que se desenvolviam essas relações. Assim coloca o autor: “O Estado, assim, permanece no lulismo como protagonista da ação pública. O carisma de Lula, portanto, compõe uma estratégia racional de gestão e não meramente emocional e afetiva como se dá na dominação carismática”.¹¹⁴

As alianças eram forjadas pelo carisma de Lula e administradas dentro do Estado de maneira organizada, reforçando a centralidade política. Isto, somado a um projeto econômico de caráter “neoliberal”, culminou no lulismo. Assim, mesmo em crise, “o lulismo se conformou e se consolidou nas adversidades e a partir de uma nítida opção pela construção de consensos entre as forças políticas tradicionais do país”¹¹⁵

¹¹³RICCI, Rudá, 1962 -. **Lulismo**: da era dos movimentos sociais à ascensão da nova classe média brasileira / Rudá Ricci.- Brasília: Fundação Astrojildo Pereira; Rio de Janeiro: Contraponto, 2010. p. 26

¹¹⁴Ibid. p. 44.

¹¹⁵Ibid. p. 63.

Como já relatado no trabalho, seguindo a mesma premissa, Rudá destaca a posição de fortalecimento em que o PT se coloca quando exposto às adversidades postas por uma conjuntura pouco favorável aos seus discursos que propunham a revisão do sistema econômico que, verbalizado nos textos petistas, prejudicam o trabalhador. O Estado sob o paradigma lulista agiu “como tradutor dos interesses sociais desorganizados”¹¹⁶. O lulismo nasce do discurso de confrontação dos movimentos sociais que exigiam maior inclusão política; todavia, a mesma inclusão poderia ser acompanhada de pouca ruptura política. O lulismo, dessa forma, integra camadas populares pela via do consumo, é na ótica liberal de uma sociedade que se realiza no progresso do mercado, onde pessoas, antes marginalizadas, se realizam. A integralização de milhões de brasileiros por meio do acesso ao crédito facilitado e financiamentos dos mais variados tipos, deu força ao lulismo. Em consonância, Ruy Braga escreve: “[...] a combinação de crescimento econômico com desconcentração de renda entre aqueles que vivem do trabalho tornou-se muito sedutora para o precariado brasileiro”.¹¹⁷ Lula chega ao poder e passa, já a cargo deste, a agir nas negociações para com todos os componentes da agenda política. Tal ação agradou os dois pólos que eram importantes a agenda do lulismo. De maneira simplificada: milhões de brasileiros foram introduzidos ao consumo de bens duráveis e não duráveis, o “boom” econômico foi satisfatório também ao mercado, que ainda viu o governo cumprir o acordo com o FMI para o pagamento da dívida externa.

Fator ainda mais importante é que o PT “engoliu” todos os movimentos sociais, não houve uma verdadeira integração política, o partido agia ainda sob antigos moldes de se gerir o Brasil. Como argumenta Werneck Vianna em *A Esquerda brasileira e tradição republicana*, o lulismo reunia inúmeras e discrepantes camadas sociais ao seu redor no poder para as mais diversas decisões, mas, ao final, sem consenso, era Lula quem dava o veredicto. Mais uma vez, segundo o autor, vemos o modelo republicano do Estado como motor do desenvolvimento, como agente indutor do avanço, toda autonomia de diferentes movimentos era suprimidos no ideal de integração política que não se realizou. Werneck Vianna leu o governo Lula, ainda no começo de mandato, com uma base política atrelada ao povo, sendo assim, mais voltada para a participação do mesmo nas diversas decisões na esfera pública. Tal fator, nas palavras do próprio autor, pressupunha mudanças: “a República, por sua vez, muda quando acolhe a

¹¹⁶Ibid. p. 75.

¹¹⁷BRAGA, Ruy. Terra em transe: o fim do lulismo e o retorno da luta de classes. In. **As contradições do lulismo: a que ponto chegamos?** / organização André Singer, Isabel Loureiro. – 1ª ed. – São Paulo: Boitempo, 2016. p. 56.

multidão, convertendo em prática o que, até então, não passava de declarações abstratas de princípios”.¹¹⁸

Contudo, tão cedo começaram a aplicar uma agenda voltada ao mercado, para que as apreciações sobre o governo apresentassem um viés continuísta, segundo Vianna:

[...] se conheceram as primeiras tomadas de posição do governo Lula e se tornou patente a reversão do quadro da campanha eleitoral, de que a agenda forte de coalizão governista anterior, principalmente nas questões sistêmicas, vale dizer macroeconômicas, está sendo inteiramente preservada.¹¹⁹

A leitura de Vianna se aproxima do lulismo de Rudá, seja pelo carisma lulista ou pelo princípio ordenador da tradição republicana brasileira; fato é que o PT, na era do lulismo quis representar todos os interesses em jogo na política nacional. Ninguém podia ficar de fora de um projeto de desenvolvimento orientado pelo Estado e respaldado pelas categorias sociais que foram instrumentalizadas pelo Estado. Dessa forma, relata Vianna:

Sob essa formatação, em que elites dirigentes de corporações integram o comando da política econômica, em que as centrais sindicais tomam assento no governo, em que se valoriza a representação funcional – caso conspícuo o ministro do Trabalho, alçado a essa posição na condição de presidente da CUT -, em que se faz uso instrumental das instituições da democracia representativa, em que se quer apresentar o Estado como agência não só mais moderna que sua sociedade, como também mais justa que ela, o que se tem é uma grossa linha de continuidade com a política da tradição brasileira.¹²⁰

Rudá, então, concluí que o lulismo exerce a tutela política de segmentos sociais desorganizados e sedentas por serem incluídas socialmente e politicamente. Desse modo, há, ao mesmo tempo, uma regulação do Estado fincado em seu projeto de desenvolvimento, cooptando e instrumentalizando camadas sociais ao seu paradoxal projeto “neoliberal”.

Também em busca para uma interpretação do lulismo, André Singer apresentou uma das principais obras sobre o tema em seu livro *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. Nele, o autor traçou uma explicação para este fenômeno na política brasileira, dessa forma, assim define o lulismo como “representação de uma fração de classe que, embora majoritária, não consegue construir desde baixo as próprias formas de organização”.¹²¹ Tal

¹¹⁸VIANNA, Luiz Werneck, 1938-. **Esquerda brasileira e tradição republicana**: estudos de conjuntura sobre a era FHC-Lula / Luiz Werneck Vianna. – Rio de Janeiro: Revan, 2006. p. 158.

¹¹⁹Ibid. p. 157.

¹²⁰VIANNA, Luiz Werneck. **A modernização sem o moderno**: análises de conjuntura na era Lula. / Luiz Werneck Vianna: Brasília: Fundação Astrojildo Pereira; coedição – Rio de Janeiro: Contraponto, 2011.p. 29.

¹²¹SINGER, André Vitor. **Os sentidos do lulismo**: reforma gradual e pacto conservador / André Vitor Singer. – 1º ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2012. p. 52.

camada social mais baixa, chamada pelo autor de subproletariado¹²², almejava a diminuição da desigualdade social sem ameaçar a ordem estabelecida. Ou seja, tinha a ambição de participar da ampliação do poder de consumo na sociedade. Dessa forma, o Estado seria o protetor da ordem e dos mais fracos, sendo apenas por meio da legitimação dele que se daria a efetividade do projeto de consumo das massas. O discurso da estabilidade era recorrente nas camadas subproletárias, a radicalidade discursiva não conduziria o PT à vitória.

Dessa maneira, os elementos viabilizadores do consumo foram primordiais para o aumento do poder do lulismo: Bolsa Família, controle dos preços, expansão de créditos, aumento do valor do salário mínimo. Tais elementos deram outra dimensão às economias locais. Assim, reforça, Singer:

o tripé formado pelo Bolsa Família, pelo salário mínimo e pela expansão do crédito, somado aos referidos programas específicos, e com o pano de fundo da diminuição de preços da cesta básica, resultou em diminuição da pobreza a partir de 2004, quando a economia voltou a crescer e o emprego a aumentar.¹²³

Ao mesmo tempo, o governo Lula teria sido marcado pela descaracterização: as alianças do partido com setores menos alinhados a história da sigla foram preponderantes para a formação de uma eleição baseada na perspectiva de mudança, muito distante dos votos baseados na ideologia partidária que o PT sempre levantou, por fim, a campanha de 2002 gerou o voto “desideologizado”. Logo, para o autor, não houve uma ideologia de condução das políticas a priori apresentadas pelo novo governo. Contudo, não se caracteriza como ideologia a expansão do consumo como um ideal mercadológico, reproduzidor do lucro e da relação entre exploradores e explorados? A compreensão acerca das políticas econômicas de 2003 em diante, foi um fator que tanto intrigou os pesquisadores do governo Lula, e é o que representa o lulismo. A questão não é a falta de ideologia, mas a mudança de perspectiva de como lidar com a realidade política.

As alterações ideológicas tiveram ressonância dentro do partido, para Singer: “o PT estaria agora substituindo o MDB dos anos 1970, tanto na falta de conteúdo quanto na capacidade de reter a lealdade popular”¹²⁴. Tal leitura dá brechas para lermos o PT como um

¹²²André Singer toma de empréstimo a definição de Paul Singer, onde o mesmo designa que subproletários são aqueles que “oferecem a sua força de trabalho no mercado sem encontrar quem esteja disposto a adquiri-la por um preço que assegure sua reprodução em condições normais”. São indivíduos sem condições mínimas para participarem da luta de classes. In.: SINGER, Paul. Dominação e desigualdade. Estrutura de classe e repartição da renda no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. p.22

¹²³Ibid. p. 68.

¹²⁴Ibid. p. 73.

partido simbiótico, que transita entre diferentes percepções e ações da realidade. Esta simbiose pode ser lida como a ausência de algo, então, acima de tudo, para lermos o PT como um partido que mudou, a única ausência ideológica a que temos que nos atentar é a do petismo, uma vez que a mesma se abriu a mudança quando abraçou o lulismo. A “verdade” petista – muito alinhada à luta sindical – pareceu desalinhada do lulismo. Lula teve apoio dos grotões do país, enquanto a bancada petista esteve mais atrelada às camadas urbanas e operárias. O petismo, aos poucos, foi aderindo ao lulismo, talvez pelo medo de que se criasse um “mito” sem partido – tamanho carisma de Lula –, mas muito, como já dito, pela sua característica de ser uma legenda de escolha racional.

Compreendermos quais foram as leituras sobre o lulismo é o ponto crucial do presente trabalho. Tendo isto em vista, a agenda macroeconômica, fruto de incessantes trabalhos, está imersa, obviamente, na política lulista e não no petismo. Para isso, Singer dá o primeiro panorama: “a continuidade do ‘pacote FHC’ foi a condição da burguesia para não haver guerra de classes e, conseqüentemente, risco de Lula ser visto como o presidente que destruiu o Real”.¹²⁵ A continuidade do projeto “neoliberal” parece dar o norte do lulismo, assim continua o autor: “se, ao fazê-lo [política de estabilidade econômica], estabelecia um hiato em relação ao passado do seu próprio partido, em troca criava uma ponte *ideológica* com os mais pobres”.¹²⁶

Assim, o lulismo com sua ortodoxia econômica aliada ao crescimento do mercado interno, por meio da distribuição de capital, transfigurou-se em uma política de classe; todavia, não mais à classe operária que tinha como luz o fim da exploração, mas, sim, da classe subproletariada. O lulismo dessa forma, conquistou a classe que é o coração do eleitorado brasileiro: o subproletariado. Enquanto as eleições de 2002 não representou a aglutinação de votos ideológicos no PT – uma vez que o partido recebeu votos significativos de inúmeras camadas sociais –, em 2006 as eleições já tenderam a demonstração de forças das camadas mais pobres da sociedade, uma vez que, nessas eleições podemos perceber os votos de classe e ideologia presentes naqueles que reelegeram Lula:

De fato, enquanto em 2002 a estratificação social não teve peso significativo na explicação dos padrões de distribuição do voto em Lula, em 2006, essa variável aumenta em relevância: a associação positiva entre o voto nesse candidato e as camadas mais pobres e, simultaneamente, sua rejeição entre os eleitores dos estratos mais altos faz dessa variável uma dimensão relevante

¹²⁵Ibid. p. 75.

¹²⁶Ibid. p. 76. Grifo do autor.

para a explicação dos padrões da distribuição dos votos no candidato petista em 2006.¹²⁷

Esta classe não foi abarcada pelo crescimento dos sindicatos e pelo partido à época de sua formação e desenvolvimento. Seguindo a linha de raciocínio, tal camada age clamando por mudanças sem alteração da ordem, e, para que o PT fosse o catalisador dessa "revolução passiva", teve que desenvolver políticas que foram taxadas de continuístas, conseqüentemente, "neoliberais". Melhor posto: políticas não-radicais.

A noção de radicalidade quando se trata do PT se liga ao seu passado histórico – já tratado no primeiro capítulo –, está integrado ao que deu originalidade e simbolismo ao partido. O radicalismo é, no caso, a defesa dos trabalhadores contra a exploração do capital, luta pelos direitos sociais e a ampla busca pela democracia nos âmbitos políticos, sociais e econômicos. A adaptação do partido ao não-radicalismo o transfigura, nas leituras que criticam o partido, em seu total oposto. Há nisso o motivo da preocupação em ser taxado como "continuísta "neoliberal"". O não-radicalismo era a promoção da ordem em vias de a tornar mais inclusiva. Leda Maria Paulani é uma das autoras que assim leem o PT:

A trajetória de resistência do PT e a história singular de sua formação, cevada na luta dos trabalhadores nos duros anos da ditadura militar, parecem credenciá-lo para enfrentar a difícil tarefa [enfrentar a ortodoxia econômica]. Sabemos hoje que essa esperança se frustrou. Para surpresa geral, o governo de Lula não só continuou como aprofundou a política econômica ortodoxa, que prevaleceu no governo de F. H. Cardoso.¹²⁸

Singer apresenta as duas almas do partido: A de Sion, local onde o partido nasceu como novidade política, aglutinadora dos ideais socialistas, sindicais e causas operárias e de outros setores organizados e que eram excluídos da vida política; outro seria a do Anhembi, local onde realizaram o Encontro do Diretório Nacional do PT, onde se deu respaldo para as propostas apresentadas na Carta ao povo brasileiro, ponto de inflexão da sigla. E assim destaca Singer: "A medida que o governo excluía, o Anhembi deixava de ser apenas um espírito a flutuar, pois o realinhamento cristalizado em 2006 afastava setores anticapitalistas e trazia outros, mais dispostos a aceitar a ordem do capital, para dentro do partido".¹²⁹ A manutenção da ordem se

¹²⁷BALBACHEVSKY, Elizabeth. HOLZHACKER, Denilde. Classe, ideologia e política: uma interpretação dos resultados das eleições de 2002 e 2006. **Opinião Pública**, Campinas, vol. 13, nº2, Novembro, 2007, p. 283-306. p.297.

¹²⁸PAULANI, Leda Maria. Sem esperanças de ser país: o governo Lula, dezoito meses depois. In.: SICSÚ, João. PAULA, Luiz F. MICHEL, Renaut. **Novo-desenvolvimentismo**: um projeto nacional de crescimento com equidade social / organizadores : João Sicsú, Luiz Fernando de Paula e Renaut Michel. – Barueri: Manole; Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2005. p. 49.

¹²⁹SINGER, André. Op. Cit. p.101.

alinhas à ideia de continuísmo com o governo FHC, fator que minava a ideia de um Partido empenhado às mudanças. De fato, como ressaltam Sallum Jr. e Kugelmas, o PT apresentou uma mudança ao reforçar ainda mais as políticas ortodoxas de FHC:

O governo Lula não rompe, como já sublinhamos, a hegemonia liberal consolidada por Cardoso. Em termos positivos: pelo menos sua política macroeconômica e as iniciativas reformistas geradas no Ministério da Fazenda e no Banco Central parecem ser a continuação do segundo governo Cardoso. Mais ainda, em pelo menos um dos aspectos mencionados, o governo Lula representa um aprofundamento do governo Cardoso: ele efetua um ajuste fiscal mais forte e uma política monetária mais rígida que os realizados anteriormente.¹³⁰

O Partido dos Trabalhadores, ideológico antes de 2002 na visão de Singer, era ligado a camadas mais escolarizadas da sociedade e de classe média. A inversão desses valores com a guinada subproletária a partir de 2003 fez com que sua base política finalmente virasse aos mais pobres. Contudo, é exatamente esta classe quem mais clamava pela manutenção da ordem e aspirava sonhos de consumo de uma sociedade capitalista. E, dessa maneira, se reproduziu a mudança na sigla, segundo Singer:

Enquanto o modelo ‘redução da pobreza e manutenção da ordem’ puder funcionar, alimentará o PT como ‘partido dos pobres’ e, dentro dele, o espírito do Anhembi. [...] aspecto peculiar do modo petista de vida até 2012, ao menos, é que o espírito do Anhembi, embora dominante, não suprimiu o do Sion: convivem lado a lado, como se um quisesse desconhecer a existência do outro.¹³¹

O autor, por fim, não nega a possibilidade de avaliações que enxerguem o programa histórico nessas ações, de maneira a entender a mudança enquanto ressignificação e não como traição, afinal, seriam justamente as políticas de expansão de capital para parcelas mais precarizadas da sociedade que ligariam o PT de 2003 ao de 1980. O lulismo parece ser o motor de uma camada social que não poderia intervir em sua realidade sem a ajuda de um Estado interessado na expansão da ordem. O alcance dessa camada aos bens materiais fez bem ao projeto macroeconômico e os retirou de sua inércia social os integrando a sociedade de consumo.

¹³⁰SALLUM JR. B. & KUGELMAS, E. 2004. Sobre o modo Lula de governar. In: SALLUM JR. B. (org.). **Brasil e Argentina hoje: política e economia**. Bauru: USC. p. 266.

¹³¹SINGER, André Vitor. **Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador** / André Vitor Singer. – 1º ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2012. p. 119.

2.2. Reflexões sobre o “neoliberalismo” lulista.

Como um dos primeiros atos no palco político, a cúpula lulista se pautou na urgência de se realizar uma reforma da previdência para aliviar os cofres públicos. Contudo, com a efetivação da reforma, temos à tona, a volta de elementos contraditórios a formação histórica do PT, como abordaremos a seguir.

Os autores que se debruçaram sobre o tema da reforma não pouparam críticas quando designavam a mesma como elemento de fortalecimento da diretriz “neoliberal” no Brasil, no qual o pilar de sustentação foi o crescimento elevado de fundos de pensão. A reforma da previdência aprovada durante o início do primeiro governo Lula procurou a equiparação parcial de dois regimes discrepantes de previdência: privado e público. Partindo deste princípio, o aprofundamento da convergência entre os regimes tendia a construção de um nivelamento por baixo ao que se refere ao pagamento mensal dado àqueles que contribuíram ao longo de suas carreiras, uma vez que, tal reforma tem como base o teto do setor privado. A reforma destinou-se, dessa forma, ao setor público, para que este compartilhasse do mesmo sistema que o privado. Assim, confirma, Elizeu Araújo:

Se considerarmos que os servidores públicos vêm sendo objeto, desde o início das reformas neoliberais no Brasil, de um combate sem trégua, somos forçados a concluir que a chamada ‘reforma’ da Previdência é parte de uma estratégia consistente de liquidação do serviço público, com a consequente abertura de espaço para a acumulação privada.¹³²

No pós-reforma há um alinhamento misto no qual o Estado assegura uma previdência básica, e que se complementa com fundos de pensão advindos do setor privado, ambos, quando juntos, formariam uma frente “neoliberal” no setor da previdência social, conforme apontava a crítica. A aposentadoria do servidor público passa a representar um peso ao Estado e uma oportunidade de rentabilidade no setor privado.¹³³ Tal como destaca Marcelo Souza:

Desse processo de reformas neoliberais na previdência social discutido até aqui, a questão central é a expansão, através do pilar obrigatório e/ou suplementar, dos chamados *fundos de pensão* (grandes fundos de previdência, formados a partir da concentração de fundos individuais e capitalizados geridos privadamente por investidores especializados).¹³⁴

¹³²ARAÚJO, Elizeu Serra. As reformas da previdência de FHC e Lula e o sistema brasileiro de proteção social. **Rev. Pol. Públ.** São Luís, v. 13, n. 1, p. 31-41, jan./jun. 2009. p. 37.

¹³³Ibid.

¹³⁴SOUZA, Marcelo Lopes de. **O batismo de fogo**: A reforma “neoliberal” do governo Lula na previdência dos servidores públicos em um contexto de crise e restauração burguesa. 2006. 199f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2006. p. 71. Grifo do autor.

O trabalhador do setor público vê-se, na ótica do autor, imbuído a abandonar sua noção de classe para poder garantir sua aposentadoria por meio da exploração de outros trabalhadores, já que os fundos de pensão são instituições que fazem investimentos de curto prazo, principalmente em ações da bolsa de valores que seguiriam à risca a apropriação da força de trabalho por meio da mais valia. Mota, autora que aborda o tema, assim prossegue:

Ao tornarem-se investidores e/ou proprietários de meios de produção, estes trabalhadores tornam-se – quer tenham conhecimento ou não do fato – em provedores de capital, patrões de outros trabalhadores e protagonistas de um conjunto de iniciativas que, na prática, os qualificam como parceiros do grande capital.¹³⁵

Por fim, Maria Rosa Marques e Áquilas Mendes, sintetizam muito bem as críticas recebidas pelo governo Lula por conta da Reforma, afirmando que: “o chamado governo ‘democrático e popular’ completou, em apenas um ano, a agenda do Banco Central e do FMI quanto à reforma previdenciária”.¹³⁶

O governo Lula se justificou frente às críticas supracitadas dizendo que a reforma acarretaria em mais verbas para o investimento público, entretanto, segundo a visão dos autores aqui abordados, a sensação não foi de alívio para os trabalhadores, já o mesmo não pode ser dito ao sistema financeiro.¹³⁷ Assim, o regime misto atenderia, além da burguesia, elementos muito atuantes no governo Lula: os sindicatos. Explicam Marques e Mendes: “a introdução de um valor máximo para a aposentadoria dos funcionários públicos foi associada à criação de fundos de pensão dos trabalhadores do setor privado, podem ser organizados e administrados por sindicatos e centrais sindicais”.¹³⁸

¹³⁵Apud. SOUZA, Marcelo Lopes de. **O batismo de fogo: A reforma “neoliberal” do governo Lula na previdência dos servidores públicos em um contexto de crise e restauração burguesa.** 2006. 199f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2006. p. 74.

¹³⁶MARQUES, Rosa Maria. MENDES, Áquilas. O governo Lula e a contra-reforma previdenciária. **São Paulo em perspectiva**, 18(3): 3-15, 2004. p. 4.

¹³⁷Para termos uma ideia da expansão dos fundos de pensão, segundo estudo de Cioffi, et alli.: “Os fundos fechados de previdência privada adquiriram o *status* de grandes *investidores institucionais*: instituições que centralizam a poupança da sociedade e alocam volumes substantivos de recursos nos mercados financeiros globais, com amplas repercussões sobre a dinâmica destes e, por extensão, dos fluxos internacionais de capital: em 2014, os investidores institucionais sediados nos países da OCDE contabilizam mais de US\$ 92,6 trilhões em ativos administrados, explicitando a relevância destes *players* nos mercados financeiros globais.” In.: CIOFFI, Felipe. CONTI, Bruno De. OLIVEIRA, Giuliano C. de. Os fundos de pensão e o financiamento de longo prazo no Brasil: possibilidades e limites. **Revista Pesquisa & Debate**. São Paulo. Vol. 28. Número 1 (51). Jul. 2017. p. 19. Grifos dos autores.

¹³⁸MARQUES, Rosa Maria. MENDES, Áquilas. Servindo a dois senhores: as políticas sociais no governo Lula. **Rev. Katál**. Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 15-23. Jan/jun. 2007. p. 17.

Lula, representante da "novidade" na política, estaria usando de uma antiga prática, na qual a neutralização dos sindicatos como espaço de atuação política fez valer-se com medidas de favorecimento para elementos importantes, o que resultou em um jogo político de soma zero. Desde a proposta inicial, já estava dimensionado a urgência em se atender a demandas políticas dentro do partido.¹³⁹ A direção de fundos de pensão pelos sindicatos cresceu proporcionalmente ao anseio do Partido dos Trabalhadores de governar sem atritos em seu interior, conforme expõe Mateus Santana:

Para se dimensionar o aumento da participação sindical nos fundos de pensão e o maior estreitamento da relação entre sua gestão e o governo federal basta identificar que, durante o segundo governo FHC (1999-2002), 41,2% dos cargos diretivos dos três maiores fundos brasileiros pertenciam a sindicatos, enquanto no primeiro mandato (2003-2006) do governo Lula essa porcentagem subiu para 51,3% e, no segundo mandato (2007-2010) alcançou a marca de 66,6%. Na prática, isso significou maior possibilidade de confluência e articulação de interesses entre os fundos e os interesses políticos do governo do Partido dos Trabalhadores.¹⁴⁰

Desta feita, o governo Lula até buscou convergir os benefícios dos funcionários públicos e privados, mas acabou focando nos critérios de elegibilidade do servidor público. O sindicalismo, muito ligado a história do Partido dos Trabalhadores, acabou, durante o governo Lula, recebendo um “choque estrutural”: o combate quase que permanente contra o Estado em prol dos direitos trabalhistas, aparentemente, transfigurou-se num ator estratégico na consolidação das políticas petistas.

Assim, muitos sindicalistas passaram a ocupar cargos no governo, visto que de dez fundos de pensão de empresas estatais, seis tinham diretores ligados ao PT e ao sindicalismo. Os sindicatos ligados à Central Única dos Trabalhadores (CUT) atuaram como porta-voz do governo dentro de seus campos de atuação, gerando um enfraquecimento de possíveis conflitos sociais advindos desses segmentos operários.

Com base no estudo de Ruy Braga sobre a “política do precariado”, quando alguns sindicalistas eram questionados sobre o governo petista a resposta sempre pressupunha uma comparação entre FHC e Lula, o que nos remete a uma prática muito cara a construção de uma identidade, aqui, no caso, a lulista. A negação do governo PSDBista foi uma forma de reforçar a mudança do partido, realçando a ideia de inovação, as políticas petistas estavam ligadas ao

¹³⁹SOUZA, Marcelo Lopes. Op. Cit.

¹⁴⁰SANTANA, Mateus Ubirajara Silva. **Fundos de pensão e estratégia de desenvolvimento nos governos do PT**, 2017. 146f. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, SP. p. 105.

operário e não a um governo “neoliberal”. De certa maneira, a lógica da identidade constituída à partir do rechaço, elemento próprio da cultura política do petismo,¹⁴¹ seguiu operando mesmo na fase governista.

O movimento sindical foi peça chave na formação de uma ideia política lulista, mesmo isso indo ao encontro de sua autonomia, assim, ressalta Ruy Braga:

“[...] da miríade de cargos no aparato de Estado até a reforma sindical que robusteceu os cofres das centrais sindicais, passando pelos muitos assentos nos conselhos gestores dos fundos de pensão, pelas altas posições em empresas estatais, pelo repasse de verbas federais para financiamento de projetos cooperativos, pela recomposição da máquina estatal etc., o locus da hegemonia resultante de uma revolução passiva é exatamente o Estado. O fato é que a subversividade inorgânica transformou-se em consentimento ativo para muitos militantes sociais, que passaram a investir esforços desmedidos na conservação das posições adquiridas no aparato estatal”.¹⁴²

O PT foi uma das expressões políticas nascida exclusivamente dos trabalhadores no Brasil. O seu advento marca a história democrática nacional, já que o processo de sufrágio universal ainda era, à época, muito precário, sendo assim um dos fatores que minavam a representatividade operária no poder político. O novo sindicalismo, de cunho crítico foi perdendo espaço dentro do PT. Foi, justamente, a aproximação da CUT com o PT no governo Lula, o momento em que ambos passaram a caminhar juntos em direção contrária ao ideal trabalhista que lá os colocou. Assimilando as críticas, parece-nos que as políticas orientadas ao mercado foram respaldadas pelos sindicalistas por meio das omissões das críticas, como também pela entrada de membros dos sindicatos em cargos estatais. É nessa mesma linha que vai Andréia Galvão, quando diz que:

No governo Lula, porém, a perspectiva crítica vai se esvaindo, na medida em que o partido que fazia oposição às “reformas orientadas para o mercado” acabou por assumi-las. A estreita relação entre a *Articulação Sindical* e a principal tendência petista, e o fato de as correntes majoritárias no interior da e do terem passado CUT e do PT terem passado por um processo de conversão ideológica semelhante, que as levou à assimilação de elementos do ideário

¹⁴¹ Segundo Aggio, no momento de redemocratização e negociação política, o PT passou a se conformar como "uma oposição que se afirmaria pelo rechaço, pela negação absoluta a qualquer postura *concertacionista* ou de negociação política. É efetivamente nesse plano que o PT encontra os elementos essenciais que vão compor a sua cultura política: rechaço e negação ao processo da transição, rechaço e negação a uma estratégia política de *concertação*, que se somariam aos elementos difusos do anticapitalismo como a única dimensão organizada do discurso petista no plano ideológico. [...] A cultura política do oposicionismo forjada contra a ditadura seria assim reinventada no petismo e serviria de elemento de unificação dos diferentes estratos do partido". In.: AGGIO, Alberto. A cultura política do petismo. Dezembro, 2004. <<https://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=410>> acesso em: 13/11/2018.

¹⁴²BRAGA, Ruy. **A política do precariado** :do populismo à hegemonia lulista /Ruy Braga. - São Paulo: Boitempo, 2012.

neoliberal, parecem-nos ser o principal elemento explicativo para o enfraquecimento da perspectiva crítica.¹⁴³

Ironicamente, o governo Vargas, tão criticado durante a gênese e desenvolvimento do novo sindicalismo, encontrou, durante o governo Lula, um espelho que refletiu – com algumas imperfeições –, o controle estatal sobre os sindicatos, principalmente no que tangeu a tentativa de Reforma Sindical no início de governo. Sendo mais preciso, a força dessa tentativa se deu na formação do Conselho Nacional de Relações de Trabalho (CNRT). Como aponta o documento apresentado pelo Ministério do Trabalho:

A formação do Conselho Nacional de Relações de Trabalho (CNRT), de composição tripartite (governo, trabalhadores e patrões), cujos membros serão nomeados pelo MTE, será constituído por uma câmara tripartite e por duas câmaras bipartites (uma com a representação dos trabalhadores, “indicados pelas centrais sindicais com personalidade sindical” e do governo e outra com representantes do patronato e do governo). Este Conselho detém o poder de registrar ou legalizar os sindicatos, bem como de cassar e dissolver os mesmos, constituindo-se numa representação subordinada ao Ministério do Trabalho, com o objetivo central de fazer cumprir a legislação sindical, regulando e controlando a vida dos sindicatos em todos os seus principais aspectos.¹⁴⁴

A leitura que se fez foi a de que a política macroeconômica da gestão de Lula representava a volta à busca pelo acúmulo do superávit primário em vistas de exercer o pagamento da dívida externa, sempre argumentando que resolver os problemas da dívida seria uma etapa para que, depois, houvesse mais capital destinado à promoção social e um desenvolvimento sustentável. Concordam Mendes e Marques, quando colocam que o governo de Lula foi: “um governo que tem como diretriz máxima perseguir as recomendações do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial, dizendo que, no futuro, se todos tiverem paciência, as condições para o crescimento sustentável estarão dadas.”¹⁴⁵

¹⁴³GALVÃO, Andréia. A reconfiguração do movimento sindical no governo Lula. **Revista Outubro**, n. 18, 1º sem. 2009. p.181.

¹⁴⁴MINISTÉRIO DO TRABALHO, 2003. “Fórum Nacional do Trabalho. Reforma Sindical e Trabalhista e Afirmção do Diálogo Social”, Ministério do Trabalho, Brasília, mimeo. Apud. DRUCK, Graça. Os sindicatos, os Movimentos Sociais e o Governo Lula: Cooptação e Resistência. **OSAL**, Observatório Social de América Latina. no. 19. Jan./Abr. 2006. Buenos Aires. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. 2006. p. 334.

¹⁴⁵MARQUES, Rosa Maria. MENDES, Áquilas. O Social no Governo Lula: a construção de um novo populismo em tempos de aplicação de uma agenda “neoliberal”. **Revista de Economia Política**, vol. 26, nº 1 (101), pp. 58-74 janeiro-março/2006. p. 59.

A paciência com o lulismo demonstrou, ao menos, que foi inegável, que a reforma da previdência e políticas de estímulos à exportação, além do aumento da carga tributária, aumentaram as reservas de capital nacionais, como podemos observar na tabela abaixo:

TABELA 1 - RECEITA DO GOVERNO FEDERAL EM % DO PIB

<i>Composição</i>	<i>1995-1998</i>	<i>1999-2002</i>	<i>2002</i>	<i>2003</i>	<i>2004</i>	<i>2005</i>
Imposto de importação	0,65	0,73	0,59	0,52	0,52	0,47
IP	1,95	1,62	1,47	1,26	1,30	1,36
Imposto de Renda	4,50	5,55	6,37	5,98	5,83	6,45
Pessoa física	0,33	0,33	0,33	0,33	0,35	0,38
Pessoa jurídica	1,49	1,74	2,52	2,17	2,21	2,65
Retido na fonte	2,68	3,48	3,52	3,48	3,27	3,42
Rendimentos do trabalho	1,53	1,67	1,67	1,70	1,78	1,85
Rendimentos do capital	0,79	1,22	1,22	1,22	0,98	1,03
Outros	0,36	0,59	0,63	0,56	0,51	0,54
CPMF	0,43	1,27	1,51	1,48	1,50	1,51
IOF	0,42	0,35	0,30	0,29	0,30	0,32
Cofins	2,23	3,67	3,88	3,83	4,49	4,55
PIS/Pasep	0,90	0,96	0,96	1,11	1,13	1,15
CSLL	0,87	0,84	0,99	1,08	1,16	1,35
Outras receitas	1,23	1,53	1,98	2,02	2,03	1,68
<i>Total receita federal</i>	13,18	16,52	18,05	17,57	18,26	18,84

Fonte: Secretaria da Receita Federal (SRF).¹⁴⁶

¹⁴⁶Tabela retirada do texto: GIAMBIAGI, Fábio. A política fiscal do governo Lula em perspectiva histórica: qual é o limite para o aumento do gasto público? **IPEA**, 2006. (Texto para Discussão, n. 1169). p. 6.

Como podemos analisar, a capitação de impostos teve um aumento expressivo nas receitas brasileiras. Tal elemento foi decisivo para o crescimento do superávit primário e o pagamento da dívida externa com o FMI e o Banco Mundial. O redirecionamento do capital para a dívida prejudicou o orçamento para as políticas públicas que se tornaram substâncias constitutivas da crescente política fiscalista, ao se tornarem cada vez mais focalizadas em camadas sociais mais pobres.

O superávit primário em % do PIB, passou de 2,16% em 2002 para 2,70% já em 2004; a reserva de capital no Tesouro Nacional teve seguidas crescentes de 2002 até 2008, como consequência a receita total passou de 20,98% em 2003 para 25,00% em 2008.¹⁴⁷ Uma vez que a reforma agrária não aconteceu, o agronegócio viu sua balança comercial em 2004 chegar aos US\$ 28,3 bilhões, sendo que o setor agrário talvez tenha sido um dos mais beneficiados durante o lulismo. Como aponta, por exemplo, Charles Mueller, demonstrando que o governo fez de tudo para incentivar políticas de promoção do agronegócio no exterior:

No passado, o alvo da pressão dos grupos de influência da agricultura comercial era a obtenção de favores e subsídios para o setor; agora, eles demandam uma forte postura internacional de negociação por parte do governo. Hoje, o que o setor quer são mercados em expansão, e a Administração Lula vem se dedicando a fazer com que isso aconteça.¹⁴⁸

Esta é uma informação que também gerou espanto em relação à postura apresentada pelo governo Lula, posto seu interesse na expansão do mercado agrícola e sua política agrária voltada a este setor. É, contudo, somente com uma visão do PT histórico que nos deixamos impressionar com tais ações. Prática recorrente nas leituras sobre o lulismo, compará-lo com o que se entende pelo "partido histórico" é o que o constitui como "traidor" da causa operária ou como continuísta das políticas neoliberais. Dito isto, sobre a política agrária, Mueller conclui:

Começamos registrando a perplexidade de muitos observadores com a atuação da Administração Lula em duas áreas estratégicas, aparentemente desconectadas: a da política macroeconômica e a das políticas agrícola e agrária. Sugerimos que a perplexidade em relação a elas é maior quanto mais o observador se apoiar na retórica do passado do PT, e de Lula, e menos considerar na postura moderada que a colisão que elegeu Lula adotou durante a campanha. De fato, ao se observar as ações da Administração Lula à luz da retórica, do PT e de alguns dos partidos aliados – e o do próprio Lula –, em campanhas anteriores, é inevitável a surpresa diante dos acontecimentos recentes. Contudo, eliminando-se o aspecto histriônico da campanha e as

¹⁴⁷GIAMBIAGI, Fábio. 18 anos de política fiscal no Brasil: 1991/2008. *Econ. aplic.*, São Paulo, v. 12, n. 4, p. 535-580, OU TUBRO-DEZEMBRO, 2008.

¹⁴⁸MUELLER, Charles C. Agricultura, desenvolvimento agrário e o Governo Lula. *Revista de Política Agrária*, Ano XIV – Nº 2 – Abr./Maio/Jun. 2005. p. 34.

promessas e ameaças feitas no calor do momento, nota-se que, a partir da Carta ao Povo Brasileiro, de meados de 2002, Lula e sua coalizão procuraram transmitir a mensagem de que, em caso de vitória, a lei seria firmemente respeitada e que não haveria mudanças abruptas ou radicais em políticas importantes para assegurar um clima de tranquilidade econômica.¹⁴⁹

O principal estímulo à produção nacional veio de fora, visto que o mercado asiático crescia e demandava importações. A política governamental de facilitação de exportações levou à maior complexidade do setor produtivo que se viu imbuído de propulsionar inovações e desenvolvimento ao setor. Outro principal componente das políticas de incentivo a industrialização, o acesso ao crédito por meio do BNDES foi preponderantemente destinado ao fomento à produção.¹⁵⁰ Os gastos sociais estavam cada vez mais atrelados às políticas de empregos com seu caráter paliativo, não provocando mudanças significativas das classes sociais, e entre as mais paupérrimas restaram os empregos precarizados com salários que garantiam o consumo e o aquecimento do mercado interno.

Deste modo, o governo Lula atendeu a vertente burguesa que clamava por uma maior demanda no mercado externo e interno, ao mesmo tempo que o operariado – e subproletariado – enxergavam melhores perspectivas ao estarem inseridos na sociedade de consumo;¹⁵¹ em análise, os interesses burgueses criaram “falsas” demandas operárias, onde este último via prospecção de ascensão social, só havia vitória do capital financeiro e, conseqüentemente, da burguesia.¹⁵²

A questão que se coloca é como um presidente eleito com o apoio das classes operárias e de diversos segmentos sociais, pôde optar por dar continuidade ao projeto “neoliberal” num país que havia optado pela mudança e não pela conservação das políticas do governo anterior? Alguns anos depois da posse de Lula, um dos intelectuais históricos do petismo e que se posicionou criticamente ao governo, Francisco de Oliveira, em seu texto *O momento Lênin*, comparou Lula ao líder da Revolução Russa. Segundo seu argumento, diante da opressão sofrida pela classe operária na Rússia czarista, por meio de uma analogia a um momento histórico da vida do romano César, Lênin viu-se diante do *seu* Rubicão, sendo que as *Teses de*

¹⁴⁹Ibid. p. 35.

¹⁵⁰CANO, Wilson. SILVA, Ana Lúcia Gonçalves. Política Industrial do Governo Lula. **Texto para Discussão**. IE/UNICAMP, Campinas, n. 181, julho 2010.

¹⁵¹BOITO JR, Armando. A burguesia no Governo Lula. En publicación: **“neoliberalismo” y sectores dominantes. Tendencias globales y experiencias nacionales**. Basualdo, Eduardo M.; Arceo, Enrique. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires. Agosto 2006.

¹⁵²BOITO JR. Armando. A hegemonia “neoliberal” no governo Lula. *Crítica Marxista*, n.17, Rio de Janeiro, Editora Revan, 2003.

*Abril*¹⁵³ foram a travessia. Diante das adversidades, segundo o autor, Lênin as enfrentou em prol de sua ideologia. Contudo, Lula ao ver-se diante da eminente travessia do Rubicão, preferiu não a enfrentar, assim, juntamente com o partido, escolheu a via da manutenção do “neoliberalismo”. Segue desta maneira a reflexão de Oliveira:

Ao contrário de Lênin, que percebeu a falência do sistema de poder e aprofundou-a dirigindo o movimento para a revolução socialista, Lula recompôs o sistema político que o turbilhão combinado da desregulamentação de FHC e da globalização havia implodido.¹⁵⁴

E continua expondo a relação do Partido dos Trabalhadores com a manutenção da ordem. A continuidade da política “neoliberal” acarretou em alterações nos blocos políticos que compunham as instituições políticas, o bloco mais à esquerda encontrou-se sem reação frente ao lulismo, como revela Oliveira:

A transferência do PT para o interior do governo imediatamente provoca a paralisia dos movimentos sociais. Aqui, em termos gramscianos, o amplo “movimento” da conquista do governo anula as “posições” anteriores, pois o partido da oposição transforma-se no partido da ordem. A perplexidade dos adversários e dos aliados, e principalmente dos próprios petistas de esquerda, é total.¹⁵⁵

As ações para fortalecimento do desenvolvimento caracterizavam-se pela ausência de uma base explícita, ao mesmo tempo que demonstravam a força de Lula como catalizador de grupos que, ao redor do presidente, buscaram encaminhar mudanças que os favorecessem. Desta maneira, nasceu o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) em maio de 2003. O conselho era formado por inúmeros empresários, alguns sindicalistas, poucos intelectuais e um representante da Associação Brasileira das Organizações Não Governamentais (Abong). A organização do Conselho teve respaldo de Antônio Palocci, na época Ministro da Fazenda, e hoje preso por corrupção. Como já dito, a reprodução do ideal do Estado como motor do desenvolvimento no lulismo, fez com que Lula fosse o responsável por colocar cada pessoa no Conselho, tendo o presidente poder para remover quem lhe convinha.¹⁵⁶ Movimentos como este fizeram de Lula um líder carismático e poderoso, forte o suficiente para se reeleger, mas não corajoso ao ponto de ser como Lênin.

¹⁵³Diretrizes escritas por Lênin, em 1917, e destinadas aos bolcheviques como orientações políticas na condução da Revolução Russa.

¹⁵⁴OLIVEIRA, Francisco de. O momento Lênin. *Novos Estudos*, n. 75, Julho, 2006. p. 26.

¹⁵⁵Ibid. p. 30.

¹⁵⁶Ibid.

Por fim, em sua obra, Francisco de Oliveira coloca o lulismo como um novo populismo, onde a classe operária é decomposta, posto a expansão da precarização dos empregos e a falta de uma verdadeira perspectiva democrática, tendo em vista os desmandos das políticas neoliberais que desafogam as despesas públicas por meio de cortes nas agendas sociais. Porém, a mesma classe operária ainda se sente ligada ao governo por meio da necessidade de estar dentro da realidade de consumo da sociedade brasileira.

A leitura de um novo populismo pode ser feita sob a perspectiva de um populismo como espelho da democracia, como apresenta Benjamín Arditi, na qual uma classe social se organiza em torno das eleições como classe preponderante a vitória de uma sigla, as demandas dessa classe podem perturbar o funcionamento da democracia, trazendo ares renovados ao sistema político. A organização dessa classe ao redor de um político carismático como Lula, evidenciam as mazelas em que essa camada é submetida. A democracia é obrigada a observar essas mazelas e a enxergá-las por meio de um espelho, no qual a segunda é reflexo da primeira. Tal qual, ressalta Arditi:

[...] la movilización populista sería un síntoma o un elemento paradójico capaz de perturbar y renovar el funcionamiento de la política democrática: funcionaría como un espejo donde esta última podría observar las aristas más escabrosas, menos agradables, que permanecen veladas por la apariencia normalizadora de su formato liberal.¹⁵⁷

A democracia burguesa instaurou seus anseios no âmago da sociedade liberal, a elite burguesa designou os interesses às classes mais baixas da sociedade. O consumo tornou-se elemento de bem-estar social, e coube aos partidos estruturarem isso em políticas. Dessa maneira, o lulismo encontrou sua força: identificando as necessidades do subproletariado e, conseqüentemente, atendendo as demandas das elites burguesas. Logo, o governo lulista pode não ter sido aquele que conduziu a classe operária ao socialismo, mas foi o que melhor entendeu os desejos da classe média/baixa concatenados aos interesses mercadológicos.

Não é preciso dizer que a reforma agrária, um dos carros-chefes do PT histórico, perdeu espaço para o fortalecimento do agronegócio e sua grande capacidade de gerar divisas ao governo, mais uma vez, diante da oportunidade de exercer políticas de fortalecimento de camadas sociais desprivilegiadas, optou-se pelo pagamento da dívida externa, como destacam Engelmann e Gil:

¹⁵⁷ARDITI, Benjamín. El populismo como periferia interna de la política democrática. In.: El populismo como espejo de la democracia / compilación a cargo de Francisco Panizza – 1ª ed. – Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2009. p. 104.

Ao mesmo tempo, o governo Lula propõe a conciliação de dois projetos distintos de agricultura. De um lado, desenvolve uma política de fortalecimento da agricultura familiar e criação de assentamentos para produção de alimentos ao programa Fome Zero; de outro, concede altos incentivos financeiros ao agronegócio, voltado para a exportação – na retórica do governo: “gerar divisas para o país”. Porém, a primeira vista pode-se observar que a conciliação desses dois projetos não seria possível visto que a reforma agrária não aconteceu e a agricultura familiar vem perdendo espaço para a grande propriedade, com a produção de grandes monoculturas e commodities agrícolas para a exportação que tem crescido nos últimos anos. A nosso ver, esses projetos não são contraditórios, a contradição é aparente, podendo ser conciliados. A política agrícola e o conjunto de medidas compensatórias não contradizem a política agrária, esta determinando a primeira.¹⁵⁸

Por fim, o interesse de expansão da burguesia nacional parece ter sido atendido no mesmo sentido que ao do operariado. A produção nacional atendeu somente a países com poucos recursos técnicos para a produção demandada. O escoamento de *commodities* de qualidade inferior não foi o suficiente para nos colocar como grande exportador, contudo, colocou o Brasil como expoente no comércio entre países subdesenvolvidos, principalmente entre países da América Latina. Despretensiosamente, o lulismo uniu classes totalmente discrepantes no cenário brasileiro: burgueses e operários; unidos em torno da ascensão da política “neoliberal”. Ao fim, o capital financeiro induziu os interesses dessas camadas para benefício próprio. Entre manter as promessas aos operários e FMI, o PT buscou alternativas para dismantelar o primeiro e pagar o segundo. E assim se construiu a narrativa do partido ora continuísta, ora traidor.

2.3. O discurso lulista endereçado aos empresários (ou início da contradição).

Quando pensamos em mudanças na perspectiva das eleições de 2002, no que concerne ao PT, logo vem à mente a *Carta ao povo brasileiro*, documento produzido em um encontro entre as lideranças do Partido dos Trabalhadores e empresários, desconfiados de que uma vitória petista nas eleições pudesse acarretar numa revolução proletária. No dia 22 de junho de 2002 o partido apresentou-se como mudança, não como inimigo do paradigma “neoliberal” que havia se estabelecido pelo país, mas como algo diferente daquilo que imaginavam os empresários que foram ao Novotel naquele dia.

¹⁵⁸ENGELMANN, Solange I. GIL, Aldo Duran. A questão agrária no Brasil: a política agrária do governo Lula e a relação com o MST. **Revista Eletrônica do CEMOP** - N° 02 - setembro de 2012. p. [6].

O próprio partido, muitos anos depois, viria a lembrar daquele decisivo episódio como um enfrentamento corajoso dos desmandos políticos do “neoliberalismo”, como apresenta um texto retirado do site oficial do PT:

Para entender estes dois brasis [o de 2002 e de 2018] que agora se avizinham é preciso voltar ao dia 22 de junho de 2002, data em que o então candidato a presidente escreveu a agora célebre – e premonitória – Carta ao Povo Brasileiro. Quem se dispuser a lê-la perceberá que o documento é uma resposta clara e otimista de Lula a um país *desgastado pelas políticas neoliberais de governos anteriores*.¹⁵⁹

A visão oficial do PT como um elemento de confrontação do “neoliberalismo” nos parece muito conivente com a narrativa apresentada do partido como propagador do novo desenvolvimentismo, elemento que o desvincularia das políticas econômicas do governo FHC e legitimaria o subtexto de que haveria a promoção da mudança nos meandros políticos.

A leitura de alguns pensadores, contudo, não foi tão direcionada como a da sigla, para Francisco de Oliveira, foi justamente na apresentação da carta que o PT consolidou um projeto conservador de país, assim descreve:

A performance conservadora do futuro governo, quando a vitória pareceu plausível, anunciou-se na inflexão da “Carta ao Povo Brasileiro”, documento tirado no encontro do Novotel, em São Paulo, um recado claro ao empresariado, às instituições “policiais” do capital financeiro, FMI, BIRD, BID e OMC, às grandes empresas e às grandes potências capitalistas: um governo Lula não romperia contratos.¹⁶⁰

Conservador ou não, o documento foi decisivo para apresentar o PT ao capital financeiro. O momento apresentava um partido mais maduro e pronto a conquistar o poder, sem mais carregar atritos ideológicos com camadas que pudessem orientar a economia nos próximos anos e ser importante parceiro no campo econômico. Cabe destacarmos outros pontos importantes deste documento, fonte valiosa para o entendimento do lulismo.

Diante da eminente exposição da carta, fez-se necessário a clássica negação ao governo vigente. O modelo “neoliberal” tão atacado nos anos 90 e atrelado às políticas PSDBistas, das quais o PT procurava se desvincular em sua proposta. Em inúmeros momentos a imagem da mudança é propagada, mas nunca temos a clara mostra daquilo que ela será:

¹⁵⁹NUNES, Henrique. Há 16 anos, Lula lançava a “Carta ao Povo Brasileiro”. **Agência PT**. 22/06/2018. Disponível em: < <http://www.pt.org.br/ha-16-anos-lula-lancava-a-carta-ao-povo-brasileiro/>> Acesso em: 14/12/2018.

¹⁶⁰OLIVEIRA, Francisco de. O momento Lênin. **Novos Estudos**, n. 75, Julho, 2006. p.30.

O Brasil quer mudar. Mudar para crescer, incluir, pacificar. Mudar para conquistar o desenvolvimento econômico que hoje não temos e a justiça social que tanto almejamos. Há em nosso país uma poderosa vontade popular de encerrar o atual ciclo econômico e político. Se em algum momento, ao longo dos anos 90, o atual modelo conseguiu despertar esperanças de progresso econômico e social, hoje a decepção com os seus resultados é enorme. Oito anos depois, o povo brasileiro faz o balanço e verifica que as promessas fundamentais foram descumpridas e as esperanças frustradas.¹⁶¹

A constatação de um modelo fracassado não conduz a consternação, mas a convocação de uma esperança depositada no Partido dos Trabalhadores. A constante é a de que o povo brasileiro não merece passar por situações de desamparo, demonstrando-se o importante papel que o Estado pode proporcionar quando direciona suas políticas às classes sociais menos abastadas. Tem-se aqui um item importante, o fortalecimento do papel do Estado que estava enfraquecido diante da pouca efetividade do poder público em alterar a realidade social. Coube ao PT dizer em nome da população que era ela quem sustentaria um projeto nacional alternativo, ou seja, a esperança depositada em Lula os recompensaria com uma nova política:

[...]a população está esperançosa, acredita nas possibilidades do país, mostra-se disposta a apoiar e a sustentar um projeto nacional alternativo, que faça o Brasil voltar a crescer, a gerar empregos, a reduzir a criminalidade, a resgatar nossa presença soberana e respeitada no mundo.¹⁶²

A sigla buscou construir uma base eleitoral ampla e difusa. A complexa formação dessa base pode ser entendida como uma ausência da mesma. Não haviam coletividades ideológicas muito bem definidas. Diversas foram as classes que votaram no PT, todas conclamadas a buscar uma alternativa aos rumos do país. Capciosa foi a maneira como se evocou uma coalizão pela mudança que agiria de maneira suprapartidária. Estranho pensar que um partido que nasce com a tomada de consciência de que a organização operária só tomaria as rédeas da história por meio da formação de um partido, tenha decidido que o arranjo democrático só derrubaria o poder burguês por meio da ausência de um direcionamento partidário, conforme vemos:

Lideranças populares, intelectuais, artistas e religiosos dos mais variados matizes ideológicos declaram espontaneamente seu apoio a um projeto de mudança do Brasil. Prefeitos e parlamentares de partidos não coligados com o PT anunciam seu apoio. Parcelas significativas do empresariado vêm somar-se ao nosso projeto. Trata-se de uma vasta coalizão, em muitos aspectos suprapartidária, que busca abrir novos horizontes para o país. O povo

¹⁶¹SILVA, Luiz Inácio da. **Carta ao povo brasileiro**. São Paulo, SP, 2002. Disponível em: <<http://novo.fpabramo.org.br/uploads/cartaaopovobrasileiro.pdf>> Acesso em: 22/03/16. p.[1]

¹⁶²Ibid. p. [1].

brasileiro quer mudar para valer. Recusa qualquer forma de continuísmo, seja ele assumido ou mascarado.¹⁶³

O início do texto é repleto de orações convocatórias como as expostas. Ao se direcionar ao mercado, o texto é explícito. A transição do modelo “neoliberal” para o novo que se propõe não será fácil, e muito menos, rápida. As inúmeras críticas as quais o PT fez ao FMI não garantiriam a vitória nas eleições; o respeito aos contratos, sim. As negociações com empresários, outrora desgastantes no tempo do novo sindicalismo, seriam substituídas por reuniões para definir o rumo do crescimento nacional. Não obstante, as negociações com o capital eram expostas como elementos necessários ao bem-estar social, o PT sacrificaria suas bandeiras históricas por um projeto nacional de desenvolvimento, posto o clamor das massas por um novo projeto político:

Será necessária uma lúcida e criteriosa transição entre o que temos hoje e aquilo que a sociedade reivindica. O que se desfez ou se deixou de fazer em oito anos não será compensado em oito dias. O novo modelo não poderá ser produto de decisões unilaterais do governo, tal como ocorre hoje, nem será implementado por decreto, de modo voluntarista. Será fruto de uma ampla negociação nacional, que deve conduzir a uma autêntica aliança pelo país, a um novo contrato social, capaz de assegurar o crescimento com estabilidade. Premissa dessa transição será naturalmente o respeito aos contratos e obrigações do país. As recentes turbulências do mercado financeiro devem ser compreendidas nesse contexto de fragilidade do atual modelo e de clamor popular pela sua superação.¹⁶⁴

Por fim, o curto documento reforça o personagem Lula¹⁶⁵. Líder carismático que ao lado dos trabalhadores construiu sua história na política, e que nesse momento mais ímpar de sua trajetória, não esqueceu de onde veio. Mesmo reafirmando perspectivas pouco condizentes com os interesses dos trabalhadores, ele ainda havia de trabalhar por seu compromisso histórico de lutar pela classe operária:

Ninguém precisa me ensinar a importância do controle da inflação. Iniciei minha vida sindical indignado com o processo de corrosão do poder de comprar dos salários dos trabalhadores. Quero agora reafirmar esse compromisso histórico com o combate à inflação, mas acompanhado do crescimento, da geração de empregos e da distribuição de renda, construindo um Brasil mais solidário e fraterno, um Brasil de todos. A volta do

¹⁶³Ibid. p. [1]

¹⁶⁴Ibid. p. [2]

¹⁶⁵Nos parece proposital o tamanho pequeno da carta, -onde até mesmo sua designação como carta, evoca algo pessoal, de um líder ao seu povo – ela é destinada a leitura de sua antiga base política, aos trabalhadores. Diferente do que nos habituamos a ver, é um documento curto sobre economia, quase como um panfleto para se entregar nas portas da fábrica. Cria vínculo, diz ao povo que ali, no cargo mais alto do poder executivo, há alguém como eles; alguém que os escreve diretamente.

crescimento é o único remédio para impedir que se perpetue um círculo vicioso entre metas de inflação baixas, juro alto, oscilação cambial brusca e aumento da dívida pública.¹⁶⁶

Assim, Lula deu o primeiro passo para uma trajetória que viria a ser taxada como continuísta e traidora da classe operária. Entretanto, como mostrado, em momento algum houve menção a continuidade do projeto “neoliberal” na carta. Aqui podemos, então, termos uma ideia do que se entendia como “neoliberal” na cúpula petista: o “neoliberalismo” é a continuidade de um projeto que gera desemprego; alta nos preços, e consequentemente, queda no poder de compra dos trabalhadores; desindustrialização e queda nas produções; baixos investimentos em políticas públicas e ações sociais afirmativas; aumento das taxas de juros e câmbio; aumento das dívidas públicas. Em outras palavras, ser “neoliberal” era ser reflexo das políticas de FHC e a incapacidade de crescimento nacional. Negar tudo isso era ser a mudança e esperança do povo brasileiro. “Neoliberalismo”, por sua vez, era utilizado de maneira difusa e indeterminada, mais próximo a uma lista de problemas do que a diretrizes político-econômicas. Como uma espécie de adjetivo ao qual se recorre para delimitar um inimigo associado a um modelo mais fiscalista de Estado. De certa forma, reflete um quadro de transformação e apropriação do conceito de “neoliberalismo” em um sentido prático da política, algo que se produziu de maneira mais ampla na América Latina na década de 1990.

2.4. A ressignificação latino-americana do conceito de “neoliberalismo”.

Como parte final deste capítulo, nossa leitura se pautará na importante abordagem proposta por Taylor C. Boas e Jordan Gans-Morse no texto *neoliberalism: From new liberal philosophy to anti-liberal slogan*; assim, demonstrando o processo de ressignificação que permeou o conceito em sua aplicação na América Latina e como isto reverberou nas produções acadêmicas que se sucederam, mas, também, no universo da política.

O trabalho dos autores perpassa a análise de inúmeras obras sobre o “neoliberalismo”, com base nessas produções buscou-se saber como os intelectuais utilizavam o conceito e quais eram suas preocupações nas realizações de suas pesquisas. Assim, é apresentado um “boom” acadêmico nos anos 1990 e 2000 - período relacionado ao pós-consenso de Washington - onde

¹⁶⁶SILVA, Luiz Inácio da. **Carta ao povo brasileiro**. São Paulo, SP, 2002. Disponível em: <<http://novo.fpabramo.org.br/uploads/cartaaopovobrasileiro.pdf>> Acesso em: 22/03/16. p.[3]

progressivamente aumentaram o número de artigos sobre o tema, chegando a quase 1000 artigos entre 2002 e 2005.¹⁶⁷

Dessa forma, as análises destes artigos se pautaram em três aspectos:

- Leituras sobre o livre mercado, sendo que a maioria dos artigos que tratavam do tema, raramente compunham uma leitura positiva (tal aspecto está na ideia de que o “neoliberalismo” evoca reformas radicais no campo socioeconômico em prol de alcançarem o livre-mercado, onde o mercado financeiro seria beneficiado em detrimento da sociedade);
- Os trabalhos que tratam o “neoliberalismo” quase nunca o definem, sendo o conceito exposto no texto sem nenhum embasamento;
- O uso contemporâneo do conceito de “neoliberalismo” utiliza o termo de maneira oposta ao original.

Originalmente, segundo os autores, o termo foi cunhado pela Escola de Freiburg para denotar uma filosofia mais moderada em comparação com o liberalismo clássico. Era menos próximo de políticas *Laissez-faire* e mais ligados aquilo que os autores colocam como valores humanísticos ao pensar em ampliação de políticas sociais. Inclusive, foram tais particularidades que o caracterizou como um “novo liberalismo”; foi compreendido como uma melhora de seu antecessor. Um liberalismo que não via no Estado certo antagonismo, mas, sim, como um benéfico agente indutor do desenvolvimento.¹⁶⁸

Esta concepção do “neoliberal” como um liberalismo que vê no estado um parceiro, difere em muito da visão corrente que classifica o “neoliberalismo” como um conceito antagônico aos direitos sociais, proponente de uma manutenção nas desigualdades entre classes, como podemos observar na fala de Perry Anderson:

A polêmica contra a regulação social, no entanto, tem uma repercussão um pouco maior. Hayek e seus companheiros argumentavam que o novo igualitarismo (muito relativo, bem entendido) deste período, promovido pelo Estado de bem-estar, destruía a liberdade dos cidadãos e a vitalidade da concorrência, da qual dependia a prosperidade de todos. Desafiando o consenso oficial da época, eles argumentavam que a desigualdade era um

¹⁶⁷BOAS, Taylor C., GANS-MORSE, Jordan. Neoliberalism: From New Liberal Philosophy to Anti-Liberal Slogan. **Studies in Comparative International Development**. 44 (2). junho, 2009: 137–161.

¹⁶⁸ *ibid.*

valor positivo – na realidade imprescindível em si –, pois disso precisavam as sociedades ocidentais.¹⁶⁹

De maneira geral, esse desencontro entre os formuladores de um certo “neoliberalismo” com a conceituação que hoje se utiliza transparece nas pesquisas que o abordam, contudo, o que há de comum entre elas é o caráter negativo com o qual fazem uso do termo. Quando tratamos de “neoliberalismo” no governo Lula tal definição, ao menos dentro daquilo que seus críticos genericamente pontuam, fica atrelado às ações políticas voltadas ao empresariado brasileiro e à expansão do mercado nacional, além do pagamento da dívida externa com os credores internacionais. Quando assim entendido, de um ponto de vista "progressista", a prioridade dada a esses grupos em detrimento dos setores populares desperta um julgamento condenatório.

Durante o terceiro capítulo poderemos observar que nenhuma das ações políticas supracitadas são taxadas como algo negativo quando enquadradas enquanto políticas “neodesenvolvimentistas”, ligadas ao social, o que evidencia este caráter antitético assimétrico entre os dois conceitos, posto que, por mais que o conteúdo seja o mesmo - afinal o tripé macroeconômico do “neoliberalismo” é reproduzido durante o governo Lula -, o foco dado ao social seria capaz de desconfigurar todo o lulismo, a ponto de que o mesmo perca sua feição “neoliberal”. A definição de “neoliberalismo” é recorrente em ambos os casos: de caráter negativo, o “neoliberalismo” era a recorrência das políticas que fracassaram em fazer a economia crescer na última década dos anos de 1990. No papel econômico, as políticas apresentadas durante este período foram o “calcanhar de Aquiles” do regime democrático que acabava de ascender no Brasil. O PT, crítico da democracia burguesa, não poderia reproduzir o “neoliberalismo” (política que até o momento se resumia em fracasso) fator que o partido reforça ao produzir a narrativa de que seria “neodesenvolvimentista”. Nesse sentido, apresenta Anderson:

O neoliberalismo chileno, bem entendido, pressupunha a abolição da democracia e a instalação de uma das mais cruéis ditaduras militares do pós-guerra. Mas a democracia em si mesma – como explicava incansavelmente Hayek – jamais havia sido um valor central do “neoliberalismo”. A liberdade e a democracia, explicava Hayek, podiam facilmente tornar-se incompatíveis, se a maioria democrática decidisse interferir com os direitos incondicionais de cada agente econômico de dispor de sua renda e de sua propriedade como quisesse. Nesse sentido, Friedman e Hayek podiam olhar com admiração a

¹⁶⁹ANDERSON, Perry. O balanço do neoliberalismo. In SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.) **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23. p. 2.

experiência chilena, sem nenhuma inconsistência intelectual ou compromisso de seus princípios.¹⁷⁰

Na argumentação de Perry Anderson, é nítido essa relação entre um governo socialdemocrata e o “neoliberalismo”. Quando enumerado os locais onde o “neoliberalismo” prosperou, o autor reforça como o conceito ganhou território junto a políticas contrárias às apregoadas pela socialdemocracia, mas que, contudo, o discurso “neoliberal” viria mais tarde a ser assimilado por essa última corrente.¹⁷¹

Como então o conceito foi ressignificado? A resposta está relacionada à sua chegada na América Latina por meio de intelectuais chilenos. Sua utilização parecia válida na tentativa de se compreender as políticas radicais praticadas por Pinochet no Chile. Dessa forma, o conceito passou a ganhar ares mais negativos, pois se ligava não ao campo econômico chileno, mas às terríveis práticas violentas e o horror gerado durante a ditadura chilena. O receituário “neoliberal” teria sido apregoadado, já que havia uma imensa crise de fuga de capitais para investimentos ao sul da linha do Equador, deixando as nações cada vez mais incapazes de lidarem com a dívida externa.¹⁷²

Assim, o “neoliberalismo” chegava para brechar uma crescente abordagem nacional-desenvolvimentista no Chile, uma vez que rompia com os paradigmas institucionais que abarcavam um Estado de bem-estar social, como trabalha Agacino:

*Sin embargo, desde mediados de los años 70 o algo más tarde según los países, esas concepciones comenzaron a girar hacia políticas más liberales: los primeros experimentos se iniciaron más decididamente en el sur de América Latina. La muerte del Estado de compromiso o de “bienestar” partió con los “tratamiento de shock” antiinflacionarios y siguió luego, salvo excepciones, con el desmonte paulatino de todas las formas institucionales y jurídicas que garantizaban la satisfacción de demandas sociales y reconocían ciertos derechos de los sectores populares y trabajadores. Este proceso, acompañado de una profundización de la apertura al comercio mundial y de las reformas estructurales impulsadas por el BM en los años ochenta, gruesamente consistió en el establecimiento de una nueva relación entre **propiedad, escasez y racionalidad**. A este gran proceso le llamamos “**contrarrevolución neoliberal**” cuyo curso continúa hasta hoy a ritmos diferentes en cada país.¹⁷³*

¹⁷⁰ibid. p.10.

¹⁷¹ ibid.

¹⁷²BANDEIRA, Luiz Alberto M. As políticas neoliberais e a crise na América do Sul. **Rev. Bras. Polít. Int.** 45 (2): 135-146 [2002].

¹⁷³AGACINO, Rafael. **Hegemonía y contra hegemonía en una contrarrevolución neoliberal madura**. La izquierda desconfiada en el Chile post-Pinochet, Documento de trabajo (Buenos Aires: CLACSO). 2006. En <www.plataforma-nexos.cl>. p.3.

A priori, o “neoliberalismo” é fruto da descrença no capitalismo do período entre guerras. A Escola Alemã de Freiburg era um dos ambientes onde se dispunham muitos liberais, foram estes que levaram a cabo uma revisão do liberalismo clássico, dessa forma, culminando no prefixo “neo”. A ideia de livre-mercado não apresentava uma solução concreta para os problemas econômicos da época, assim, o Estado desempenharia um papel ativo, muito relacionado ao controle de cartéis e monopólios, uma vez que o *Laissez-faire* sufocava a ideia de livre concorrência, pois os mais fortes “devoravam” os mais fracos.¹⁷⁴ Dito isso, o prefixo “neo” atua, então, como renovação e não como aprofundamento, ao contrário daquelas interpretações mais correntes que veem o “neoliberalismo” como uma espécie de “ultraliberalismo”.

Para o caso Chileno, o modelo fazia todo o sentido, uma vez que buscava abertura econômica e revitalização dos setores privados, mas sem abrir mão de um estado centralizador e controlador. Foi no contexto da ditadura chilena, durante a década de 1980, que enfim o “neoliberalismo” começava a ganhar ares diferentes. A leitura de Pinochet como “neoliberal” ganhou força com os críticos de seu regime, adquirindo forte reprovção daqueles que compartilhavam das ideias da Escola de Freiburg. Ainda, segundo os autores:

Na década de 1980, o neoliberalismo na América Latina não se tornou apenas um termo com conotações negativas, empregado principalmente pelos críticos da reforma do mercado; ela também mudou de significado de uma forma mais moderada para uma forma radical ou fundamentalismo de mercado.¹⁷⁵

A violência tem papel central na leitura do “neoliberalismo” na ditadura de Pinochet, o papel efetivo na economia passa a ficar quase que em segundo plano e a ausência de liberdades políticas adentram ao palco das análises. Recorrentemente é posto a falta de práticas democráticas em relação com as ideias neoliberais. Vásquez e Olavarría arguem, sob uma leitura Foucaultiana, que a própria origem da palavra “liberal” não está relacionada com o âmbito social, mas sim, com o mercadológico:

El uso de la palabra libertad en este contexto está reservado para el mercado, y en este sentido, la nueva razón gubernamentales consumidora-productora de libertad. “El liberalismo se plantea simplemente lo siguiente: voy a producir para ti lo que se requiere para que seas libre” (FOUCAULT, 2012, p. 84). Si en este régimen la libertad es algo que se fabrica, el principio de

¹⁷⁴ BOAS, Taylor C., GANS-MORSE, Jordan. neoliberalism: From New Liberal Philosophy to Anti-Liberal Slogan. **Studies in Comparative International Development**. 44 (2). junho, 2009: 137–161.

¹⁷⁵ibid. p. 149.

cálculo de dicha producción está dado por la seguridad. [...] Tímidamente esta idea comienza a revertirse durante las décadas siguientes, hasta que pasada la influencia del new deal de la presidencia de Roosevelt en Estados Unidos, y los resultados de la II Guerra Mundial, influirán decididamente a la aparición de un nuevo discurso sobre la libertad económica, la relación Mercado-Estado y el debilitamiento del Estado de Bienestar, enmarcado bajo la llamada “Escuela de Chicago” La dictadura de Pinochet (1973-1990) siguió con especial vehemencia estas premisas del neoliberalismo. Los primeros años del régimen buscaron asentar el poder, destruir la disidencia y retrotraer algunas de las conquistas de los sectores populares, no obstante que la más estratégica de todas – la nacionalización de la industria cuprífera – seguiría en manos del Estado hasta nuestros días.¹⁷⁶

A relação entre violência, supressão dos direitos civis e sociais e, conseqüentemente, da democracia, para com o “neoliberalismo” é claro. Com o tempo foi se tornando sintomático diante de tais análises. A supressão da cidadania foi se tornando principal elemento das políticas neoliberais como parece descrever a leitura de Mariani:

As idéias neoliberais chegaram à América Latina ainda na década de 1970. O Chile, com o General Pinochet, foi o primeiro país, antes mesmo que a Inglaterra, a implantar o modelo neoliberal. Cumprindo à risca o modelo neoliberal, caracterizou-se pela: liberalização da economia, alta taxa de desemprego, repressão sindical, concentração de renda em favor dos ricos, e privatização de bens públicos. Pinochet foi o responsável por uma das mais cruéis ditaduras militares da América Latina, mandando perseguir, torturar, prender e matar os seus opositores, especialmente aqueles ligados ao governo de Salvador Allende. A aplicação do projeto neoliberal no Chile se deu depois da destruição do movimento operário e popular. Assim, não houve resistência significativa.¹⁷⁷

Os pensadores latino-americanos passaram, então, a afastar o “neoliberalismo” da Escola de Freiburg e, conseqüentemente, atrelá-la a Hayek e Friedman e suas bases concentradas no livre-mercado; para isso, induziram que o “neoliberalismo” era mais versado em uma leitura economicista da história e que pouco deveria se deter acerca dos aspectos sociais latino-americanos. Muito disso, se dá graças aos chamados “Chicago Boys”: economistas chilenos que foram a Chicago estudar com Friedman. Posto isto, reforçam Boas e Gans-Morse: “A filosofia econômica de Friedman, Hayek e seus seguidores ainda não passou pelo nome de “neoliberalismo”, mas foi uma das orientações dominantes entre os chilenos intelectuais de direita pelo tempo do golpe de 1973.”¹⁷⁸

¹⁷⁶OLAVARRÍA, Fernando Farías. VÁSQUEZ, Juan Saavedra. Construcción neoliberal de la política social chilena en el discurso de Pinochet. **R. Katál.**, Florianópolis, v. 17, n. 1, p. 22-30, jan./jun. 2014. p.24.

¹⁷⁷MARIANI, Édio João. A trajetória de implantação do neoliberalismo. **Revista Urutágua** - revista acadêmica multidisciplinar – Nº 13 – ago./set./out./nov. 2007. p.2/3

¹⁷⁸BOAS, Taylor C., GANS-MORSE, Jordan. neoliberalism: From New Liberal Philosophy to Anti-Liberal Slogan. **Studies in Comparative International Development**. 44 (2). junho, 2009: 137–161.

O discurso “neoliberal” foi sendo englobado na narrativa dos entusiastas de Friedman e Hayek, posteriormente, também foi anexado à narrativa da ditadura de Pinochet, desta forma, o discurso contrário a Pinochet foi se consolidando como anti-neoliberalismo. A relação entre Hayek e Friedman como precursores do “neoliberalismo” passaria a reverberar de maneira equivocada nos estudos e pensamentos sobre a formação do conceito, como ressalta Perry Anderson:

O neoliberalismo nasceu logo depois da II Guerra Mundial, na região da Europa e da América do Norte onde imperava o capitalismo. Foi uma reação teórica e política veemente contra o Estado intervencionista e de bem-estar. Seu texto de origem é *O Caminho da Servidão*, de Friedrich Hayek, escrito já em 1944.¹⁷⁹

Para além disso, a diferença entre o liberalismo clássico e o ressignificado “neoliberalismo” chileno, estaria no fato de que para o primeiro a liberdade política era condição *sine qua non*. Tal diferenciação acentuava ainda mais o sentido negativo que o novo conceito passava a possuir. Acerca disso, abordam Boas e Gans-Morse:

[...] o uso contemporâneo do neoliberalismo mudou fundamentalmente desde aquele período: ele não mais denota uma nova forma de liberalismo com características específicas e referentes empíricos, mas tornou-se um termo vago que pode significar virtualmente qualquer coisa, desde que se refira à fenômenos normativamente negativos associados aos mercados livres.¹⁸⁰

Progressivamente a memória sobre a origem do “neoliberalismo”, ponto de equilíbrio entre mercado e estado, foi sendo substituída por uma leitura que intensifica o livre-mercado. Ponto importante foi que os críticos da ditadura chilena, ao relacionarem o governo ao conceito, acabaram por inferir neste um aspecto pouco humanístico, com críticas muito voltadas a um fundamentalismo de mercado, onde o social seria ignorado.¹⁸¹ Ser “neoliberal” passou a ser antagônico a democracia plena defendida pela esquerda, para se tornar a representação dos anseios políticos de uma ampla camada empresarial. Por fim, a mentalidade que se construiu ao redor do “neoliberalismo” não assimila resultados positivos no campo governamental. Sempre há o pecado “neoliberal”, a falha pode vir na ausência de liberdades políticas, estagnação ou baixo crescimento econômico, ou total ausência de políticas destinadas a base

¹⁷⁹ANDERSON, Perry. O balanço do neoliberalismo. In SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.) **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23. p. 1.

¹⁸⁰BOAS, Taylor C., GANS-MORSE, Jordan. neoliberalism: From New Liberal Philosophy to Anti-Liberal Slogan. **Studies in Comparative International Development**. 44 (2). junho, 2009: 137-161. p. 152.

¹⁸¹Tal narrativa torna-se mais palatável diante das atrocidades ocasionadas durante a ditadura de Pinochet.

social. Sempre tachado como apenas voltado ao mercado, o “neoliberalismo” é rotulado como um eterno fracasso.

Nos anos 1990, o PT soube utilizar toda a carga negativa que este termo impreciso possuía para atacar seu opositor governista. Agora que chegava ao poder e recorria ao mercado como forma de alavancar suas políticas públicas e inserir na lógica do consumo as classes subproletárias, Lula e os dirigentes petistas que comandavam o país corriam o risco de também serem rotulados como neoliberais. Porém, ser “neoliberal”, naquele contexto, era o mesmo que ser fracassado. Um novo rótulo à essas práticas deveriam surgir para dar conta de explicar o que supostamente "havia de novo".

Capítulo três: “Neodesenvolvimentismo” petista e o “neodesenvolvimentismo” teórico.

3.1. Entre o novo e o “neo”: novas abordagens sobre o desenvolvimentismo no Brasil.

Quando o objetivo é falar sobre o “novo desenvolvimentismo” Bresser-Pereira é, sem dúvidas, visto pela intelectualidade política como a principal referência. Tendo em vista tal reconhecimento, recorreremos à sua obra com o intuito de produzir um panorama melhor detalhado sobre esta teoria. Segundo o autor, o processo de desenvolvimento ocorre em algumas condições: os países que almejam participar devem realizar uma acumulação primitiva de capital que permita a organização de uma classe capitalista; em segundo lugar, devem realizar uma revolução industrial com o intuito de se modernizar economicamente e socialmente; e, por fim, já estabelecidas as classes sociais – empresarial, média profissional e assalariada – devem se manter crescendo a ponto de atingirem os mesmos patamares dos países desenvolvidos.¹⁸²

Para tanto, o Estado deve se comportar como instrumento promotor da confluência entre as classes supracitadas que acabam por formar o conjunto da nação e, ao mesmo tempo, estabelece práticas, leis e políticas públicas que conduzem o país ao desenvolvimento. A estratégia de desenvolvimento deve ser, conforme o pensador, realmente nacional e englobar benefícios a todas as classes.¹⁸³ Assim, destaca o autor:

Uma estratégia nacional de desenvolvimento ganhará sentido e força quando suas instituições – sejam elas de curto prazo (políticas públicas) ou relativamente permanentes (leis, instituições propriamente ditas) – responderem a necessidades da sociedade, quando forem compatíveis com a dotação de fatores da economia ou, mais amplamente, quando forem compatíveis com os elementos que formam a estrutura da sociedade.¹⁸⁴

Esta nova abordagem macroeconômica buscava resolver problemas que assolaram as nações latino americanas até a primeira metade do século XX. A industrialização, com sua intensa modernização dos meios de produção, fez com que o trabalhador migrasse de um sistema "tradicional" para outro mais modernizado. Naquele momento, tal fator fez com que o salário do trabalhador, que então se encontrava em um novo ambiente de trabalho, aumentasse consideravelmente em relação ao que recebia nos setores tradicionais e menos desenvolvidos.

¹⁸²BRESSER-PEREIRA, Luiz C. **Do antigo ao Novo Desenvolvimentismo na América Latina**. FGV/EESP- Escola de Economia de São Paulo, Getulio Vargas Foundation (Brazil), 2010.

¹⁸³Ibid.

¹⁸⁴Ibid. p.30.

Todavia, dado os processos de migração internos e a conseqüente expansão da oferta de mão de obra, o acréscimo no número de trabalhadores fez com que houvesse um decréscimo no valor do salário. O problema do excesso de trabalhadores fez com que a América Latina produzisse em grande quantidade, mas sem que os salários acompanhassem o dinamismo da produção. Dessa forma, a produção não era aproveitada por um mercado interno, dado os baixos ganhos de seus empregados.

Um dos pressupostos do “Novo desenvolvimentismo”, então, é de que a política industrial deve seguir uma diretriz macroeconômica, na qual a produção e o salário cresçam proporcionalmente e que mercado interno e exportações sejam ambas contempladas com o desenvolvimento técnico e produtivo que se gera. Logo, o projeto pretendia atender a demanda de todas as classes que representam a nação, resultando num crescimento econômico capaz de promover equidade social.

Nesta concepção, o entendimento sobre desenvolvimento permanece o mesmo dos estruturalistas do pós-guerras, onde o acúmulo de capital com vias de se progredir tecnicamente, trazendo um aumento de salários e melhores condições de vida, transfigura-se em principal condição do Estado-Nação.¹⁸⁵ Assim, o modelo de importações que outrora se apresentava como alternativa às baixas produções industriais, deve abrir espaço para o de exportações, porém, sem que a produção nacional deixe de abastecer a demanda interna.

Logo, o desenvolvimento industrial se pauta em contemplar um fortalecimento da nação frente ao competitivo mercado globalizado e, concomitantemente, a geração do crescimento do mercado interno. Dessa forma, o Estado atuando como agente do desenvolvimento deve financiar, via investimento financeiro, os setores menos desenvolvidos da indústria nacional, sem se isentar de suas responsabilidades com o mercado e demonstrando sua grandeza e preocupação para com o desenvolvimento da nação.

Por sua vez, cabe aos setores mais desenvolvidos também o investimento em tecnologias e em outros setores que auxiliam o crescimento do país. Fica claro, como posto aqui, que o “Novo desenvolvimentismo” rejeita a ideia de um Estado sem recursos e isento de responsabilidades para com o mercado. Ambos devem crescer forte. Sobre o processo de produção e investimentos, destaca Marconi:

Deve-se frisar que esse processo de desenvolvimento econômico é liderado majoritariamente pela demanda, a qual estimula os investimentos que por sua vez resultam em ampliação da capacidade produtiva e inovação, melhorando

¹⁸⁵MARCONI, N.; BRANCHER, M. A política econômica do novo desenvolvimentismo. **Rev. Econ. Contemp.**, núm. esp., 2017. p. 1-31.

as condições de oferta de capital e oportunidades de empregos mais bem remunerados, estimulando inclusive a qualificação da força de trabalho.¹⁸⁶

Outro elemento importante, e que se mistura com uma política reforçada durante o governo Lula, é a do equilíbrio fiscal. Como o Estado deve ser forte e, da mesma maneira, agir com responsabilidade, o mesmo, nas ideias de Bresser-Pereira, não deve ser escravo de credores. Em outras palavras, a capacidade de investimento do estado não pode ser estabelecida pela lógica de gastos, mas de investimentos, na contramão daqueles que viam o endividamento estatal como déficit das contas públicas. Como explica o autor neste trecho: “O novo desenvolvimentismo defende o equilíbrio fiscal não em nome da ‘ortodoxia’, mas porque percebe que o Estado é o instrumento de ação coletiva da nação por excelência.”¹⁸⁷

Esta relação com os setores produtivos e de crédito, evidenciam que a teoria do “Novo desenvolvimentismo” tanto assume, como reconhece, certa dependência para com a burguesia, destacando seu papel no apoio ao desenvolvimento nacional. Nessa mesma linha, é possível dizer, que ao abrigar classes distintas em sua proposta teórica, o “Novo desenvolvimento” apregoa o desenvolvimento planejado com vistas a atender aos anseios das mais distintas classes sociais que formam a nação, a saber: classe empresarial, trabalhadores e burocratas. Tais classes possuem importantes papéis na formação do Estado “Novo desenvolvimentista”, todas as ações e práticas das mesmas devem ser conduzidas em prol do interesse estatal, sejam elas, por exemplo: o desenvolvimento tecnológico produtivo por parte da classe empresarial; o crescimento do consumo decorrente do aumento dos salários, destacando neste papel a massa trabalhadora; e aos burocratas, o avanço da administração pública em vistas de facilitar os objetivos estabelecidos. Posto isso, estas classes constituem uma representação civil dentro da organização estatal, o que dá à própria sociedade também um papel de responsável pelo fortalecimento do Estado.

A novidade deste modelo econômico, em relação ao “neoliberalismo” que espreitava o hemisfério sul do continente americano, é seu trato para com o Estado. Na leitura de Bresser-Pereira – e como já vimos, de muitos outros pensadores – o “neoliberalismo” está atrelado a uma perspectiva de isolamento do Estado, onde questões pertinentes ao mercado ficariam a cargo dos princípios que o fundamenta: a máxima do *laissez faire*. Para o autor a ortodoxia é

¹⁸⁶Ibid. p.5.

¹⁸⁷BRESSER-PEREIRA, Luiz C. **Do antigo ao Novo Desenvolvimentismo na América Latina**. FGV/EESP-Escola de Economia de São Paulo, Getulio Vargas Foundation (Brazil), 2010. p.49.

estranha à América Latina, uma vez que ela seria “importada” de países ricos que não ambicionam o crescimento do mercado no continente.¹⁸⁸ Sobre essa diferença, explica o autor:

Na medida em que a ortodoxia convencional é a expressão prática da ideologia neoliberal, ela é a ideologia do mercado contra o Estado. Enquanto o novo desenvolvimentismo deseja um Estado forte e um mercado forte e não vê nenhuma contradição entre eles, a ortodoxia convencional deseja fortalecer o mercado enfraquecendo o Estado, como se as duas instituições fossem parte de um jogo de soma zero.¹⁸⁹

Esse fundamentalismo de mercado apresentado pelo autor é recorrente em sua tentativa de desqualificar os "modelos neoliberais" e, por isso, a dualidade como as ideias são tratadas evidenciarão a supremacia do “Novo desenvolvimentismo”, posto sua capacidade de superar o problema de uma suposta ausência das prerrogativas sociais que, como dito por ele mesmo, o “neoliberalismo” não consegue superar. Neste ponto, o Estado aparece como um agente importante no desenvolvimento da nação, ou seja, ele passa, por meio do discurso, a ser um ator decisivo no avanço de uma sociedade que engloba o ouvinte.

Dito isto, o discurso do “Novo desenvolvimentismo” aparece para resolver problemas que o “neoliberalismo” criou, tornando mais fácil sua assimilação diante de um contexto de crescimento econômico como foi o do governo Lula. Sobre o desafio dessa nova visão econômica, explicam Malaguti, Haines e Cunha:

Não se trata de um retorno puro e simples ao nacional-desenvolvimentismo do pós-guerra, especialmente no que se refere ao papel do Estado como produtor de bens e serviços e fonte exclusiva de estímulos creditícios e fiscais, num ambiente marcado por um menor grau de abertura econômica. O desafio posto é o de combinar crescimento com equidade social levando-se em conta os processos mais gerais de globalização e de rigidez das relações de poder na esfera internacional.¹⁹⁰

Desta feita, logo situamos o “Novo desenvolvimentismo” com algo que se difere do desenvolvimentismo clássico e do “neoliberalismo”, atuando como uma terceira opção à América Latina, que por tanto tempo se viu dentro de uma polarização entre o discurso desenvolvimentista clássico e o “neoliberalismo”.

¹⁸⁸Ibid.

¹⁸⁹Ibid. p.50.

¹⁹⁰CUNHA, André. HAINES, Andrés. MALAGUTI, Mirelli. **A Argentina e o novo desenvolvimentismo**. 2007. p.4. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/4731574_A_ARGENTINA_E_O_NOVO_DESENVOLVIMENTISMO>

Como ato mais decisivo na definição de seu “Novo desenvolvimentismo”, Bresser-Pereira reforça a discrepância entre sua teoria e a do “social-desenvolvimentismo” que, segundo o mesmo, está atrelada ao governo lulista.

Tanto o “Novo desenvolvimentismo”, quanto o “social-desenvolvimentismo” carregariam a tradição etapista do “Desenvolvimentismo clássico”, onde seriam necessárias a execução de diversas condições para alcançarmos o objetivo final das políticas de crescimento econômico. Entretanto, o “Novo desenvolvimentismo” enxerga na Revolução Industrial um momento de ruptura para o avanço da estratégia de desenvolvimento nacional, que é uma estratégia organizada pela nação e coordenada pelo Estado.

A ideia que perpassa a arguição de Bresser-Pereira é de que o “social-desenvolvimentismo”, identificado com o modelo lulista, ainda estava ligado ao “Desenvolvimentismo clássico” e, como tal, sofreria com problemas que os teóricos do passado também sofreram. Deste ponto de vista, suas proposições se diferenciariam do modelo clássico por alguns motivos que apresentaremos a seguir. Suas diferenças, dessa forma, incorrem em alguns pontos, os quais abordaremos a seguir.

Para Bresser, o “social-desenvolvimentismo” carecia de uma melhor exposição teórica sobre seus fundamentos, pois suas propostas não foram organizadas de maneira sistemática, sendo um mal acabamento das ideias keynesianas, ou melhor dizendo, uma quase releitura do clássico desenvolvimentismo. Como demonstra Bresser-Pereira:

Para ser uma alternativa ao Novo Desenvolvimentismo, o social-desenvolvimentismo também deveria ter um corpo de conhecimento teórico novo e relativamente sistemático, mas ficou prisioneiro de uma versão vulgar do keynesianismo ou de uma versão populista do Desenvolvimentismo Clássico, principalmente porque seus defensores foram incapazes de criticar o populismo cambial e o populismo fiscal que acabou por levar a experiência desenvolvimentista de 2003 a 2014 no Brasil a fracassar.¹⁹¹

Em segundo lugar, a política durante o governo Lula teria beneficiado uma política focada em salários, ao invés de focar nas políticas de exportações. Seguindo a linha proposta pelo “Novo desenvolvimentismo”, a estratégia para o desenvolvimento deveria se pautar em políticas de expansão das exportações em vias de aumentar a produção de maneira equânime aos salários. Assim, teríamos um forte aquecimento do mercado interno com ampla vazão da produção.

¹⁹¹BRESSER-PEREIRA, Luiz C. Reflexões sobre o Novo Desenvolvimentismo e o Desenvolvimentismo Clássico. **Revista de Economia Política**, vol. 36, nº 2 (143), pp. 237-265, abril-junho/2016. p.246.

A terceira diferença advém da coalizão de classes que compõem o “Novo-desenvolvimentismo”, posto que esta é integrada por toda gama da sociedade: empresários, trabalhadores e burocratas, elementos que compõem a “nação”, enquanto o “social-desenvolvimentista” se reveste como negação ao empresariado nacional. Este ponto apresentado por Bresser, parece-nos uma leitura muito pautada no discurso elaborado pelo PT em contraposição a seus críticos, que defendiam o caráter “neoliberal” do partido. A negação de um viés voltado ao mercado parece ter mais respaldo enquanto narrativa política do que enquanto realidade prática. Assim, temos a impressão de que Bresser-Pereira elabora sua crítica em relação ao discurso do próprio partido (incapaz de aceitar sua coalização com a burguesia) e não em uma análise mais detida das políticas lulistas em si. Nitidamente, houve uma nebulosa a frente do alicerce político do lulismo. Como já exposto, a base política do PT foi difusa e muito contraditória, sendo muito mais propícia aos interesses do empresariado, do que ao do trabalhador. Diante disso, tal diferença se apresenta como inconclusiva no que concerne a diferença entre os pensamentos e demonstra a fragilidade da crítica de Bresser Pereira.

Entretanto, esta não é a única crítica inconsistente. Segundo o autor, no “social-desenvolvimentismo” verifica-se a ausência de um Estado como indutor do desenvolvimento, não figura como instituição apoiada pela nação e que dá prosseguimento à estratégia de condução. Assim, o Estado não pode servir como elemento ativo onde setores mais frágeis da economia devem se ancorar rumo ao crescimento. Conforme dito neste trabalho, trata-se da ideia de Bresser Pereira de que Estado forte é condição essencial para o desenvolvimento de um mercado igualmente forte, cabendo ao primeiro o financiamento de saúde, educação e previdência social. Porém, tais elementos, mesmo no caso de críticas ao governo Lula, sempre estiveram presentes.

Assim, Bresser-Pereira critica o “social-desenvolvimentismo” por não compreender que diante do capitalismo, um país só se desenvolve por meio da lógica do capital do lucro e competitividade. O lucro das empresas é o combustível para a expansão de novas tecnologias e mão de obra qualificadas, fortalecimento do mercado interno e decréscimo da desigualdade histórica que assola a América Latina. Como diz o autor:

Os social-desenvolvimentistas consideram “conservadora” essa política que visa tornar as empresas lucrativas ou competitivas. Com isso, ignoram o fato de que os formuladores de políticas, numa sociedade capitalista, precisam obedecer à lógica do capitalismo – a lógica da realização de lucros e acumulação de capital. Se o crescimento depende dos investimentos das empresas, os formuladores de políticas devem trabalhar por um meio-termo

entre os empresários e os trabalhadores, entre uma taxa de lucro satisfatória e salários que aumentem com a produtividade.¹⁹²

O fim da desigualdade social então, estaria atrelada ao desenvolvimento competitivo da indústria nacional, onde investimentos em novas formas de produção, levariam ao alcance maior do bem produzido, isto em conjunto com o aumento real dos salários da classe operária, visando sempre o crescimento da taxa de lucro industrial. Dessa forma, é assim que se configura um Estado forte, sempre conduzindo as indústrias a um mercado competitivo e dinâmico, onde as relações sociais seriam pautadas cada vez mais pela busca de aprimoramento técnico frente às demandas do capital.

Os elementos apresentados pelo autor como decisivos na discrepância entre as duas correntes, nos parece pouco efetivas, ao menos no que diz respeito às duas últimas. Uma análise das políticas lulistas que a afaste da burguesia, se baseia mais como uma idealização da legenda em sua atuação histórica na luta pelos trabalhadores, do que na realidade concreta, onde as lideranças políticas se colocaram ao lado do desenvolvimento industrial costurando acordos com o BNDES na fomentação dos anseios patronais. Assim, não nos parece conclusivo dizer que há tanta diferença, como aponta Bresser-Pereira, entre o “novo desenvolvimentismo” e o “social-desenvolvimentismo”, sendo este último, o qual autor alega ser a prerrogativa do PT.

3.2. A propaganda política enquanto moderação partidária, ou quando a classe operária não vai ao paraíso.

A mudança no discurso apresentado pelo PT em 2002 não é fruto de um momento exclusivo, e já vinha de alguns anos anteriores, como apresentamos no primeiro capítulo quando destacamos algumas resoluções de encontros e congressos do partido. Contudo, cabe ressaltar que a mudança na ordem discursiva se mantinha mais ligada ao interior do partido, e começou a se alinhar mais com a grande parcela da sociedade com o início do *marketing político* e, posteriormente, com o *marketing eleitoral*.

Quando analisamos a literatura que aborda o tema da propaganda eleitoral, torna-se mais evidente que tal componente exerce muita influência na política e nos resultados das eleições. Ao pensarmos em comunicação, logo temos que elementos de fora da campanha também podem passar uma mensagem eleitoral: o passado do candidato, sua vida pessoal, suas

¹⁹²Ibid. p.247.

relações políticas, por exemplo. Desta feita, a propaganda em si, acaba sendo um acontecimento de curto prazo, posto que é inerente ao processo eleitoral.¹⁹³

Pela perspectiva de Antonio Rubim,¹⁹⁴ o Brasil e sua mídia se desenvolveram e se estruturaram de maneira exponencial no período da redemocratização. O aumento significativo da importância da comunicação midiática nas relações políticas e sociais foi também afetada pelas recentes inserções do jornalismo na moderna realidade política eleitoral, desempenhando um importante papel nas eleições, com intensa cobertura dos candidatos. Tais fatores, segundo o autor, desembocam naquilo que denomina como “Idade Mídia”.¹⁹⁵

A propaganda política desenvolveu elementos e estratégias que influenciavam na formação da base eleitoral. A fotografia, por exemplo, mesmo não sendo algo novo no campo político acabou tendo um papel primordial nas eleições de 2002: desenvolveu-se no âmbito político um constante movimento de construção e desconstrução dos atores políticos, tendo a imagem fotográfica um significativo papel na narrativa fortalecedora da construção ideológica dos atores.

A fotografia passou a ser determinante no campo político, uma vez que ela “pausa” a infinitude do tempo, dando a um instante a possibilidade de ficar gravado pela eternidade. A imagem gravada tem enorme credibilidade com as massas que veem nela uma verdade absoluta.¹⁹⁶ Para passar maior credibilidade e desconstruir sua imagem de líder sindical radical e despreparado para governar, Lula “vestiu-se” de negociador e pacificador e em um instante deu ao público o candidato que queriam.

A imagem de um “Lulinha paz e amor” se perpetuou, em grande parte da campanha, por fotografias que não demonstravam todas as camadas do então candidato, somente uma superfície que apresentava mudanças – não havia mais espaço para um Lula despenteado, de barba por fazer, de camisa aberta e calça jeans, que fumava e irrompia com sua voz rouca a luta sindical -, onde se via um homem que se vestia como FHC; assim, o Lula “radical” pôde dar espaço ao Lula diplomático, num instrumento que prende a duração do tempo a um instante onde qualquer indivíduo pode se transformar. Lula, então, teve caminho aberto para se

¹⁹³FIGUEIREDO, Rubens; COUTINHO, Ciro. A eleição de 2002. **Opin. Pública**, Campinas, v. 9, n. 2, p. 93-117, Out. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762003000200005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 28 Jan. 2019.

¹⁹⁴RUBIM, Antônio Albino C. **Cultura política na eleição de 2002: As estratégias de Lula presidente**. Trabalho apresentado no 12º Encontro Anual da Compós, Recife, 3 a 6 de junho de 2003.

¹⁹⁵Ibid.

¹⁹⁶RODRIGUES, Célia de C. PÉREZ-NEBRA, Amália R. A mudança na imagem do presidente Lula nas campanhas eleitorais à Presidência da República. **Conexão – Comunicação e Cultura**, UCS, Caxias do Sul, v. 6, n. 12, jul./dez. 2007.

apresentar como o candidato da mudança, em contrapartida, teve que abandonar a imagem de “radical” e despreparado para governo. Em suma, sua figura tinha que se assemelhar ao oposto de um líder sindical do ABC, primeiro, em sua fisionomia, segundo, em sua mentalidade. Ao mesmo tempo que devia trazer consigo algo que conseguiu nas linhas de frente das greves dos metalúrgicos: seu caráter de negociador advindo das lutas sindicais. Sobre o tema, citam Rodrigues e Pérez-Nebra:

O ato de ser fotografado modifica o comportamento das pessoas. Não se pode ignorar a presença da câmera, que remete a um espaço cênico e convida as pessoas a representar um papel, nem que seja o papel de imitar a si mesmas.¹⁹⁷

A tentativa de representar algo novo foi significativo, o mote das eleições de 2002 foi a mudança.¹⁹⁸ Com todo desgaste ocasionado pelas políticas implementadas por FHC, toda a cobertura jornalística – a maior da história à época – foi contundente na exposição dos anseios populares e na apresentação dos candidatos. O principal adversário eleitoral lulista enfrentava uma crise de credibilidade: José Serra. Candidato da situação, foi importante ministro nos governos FHC – primeiro como ministro do Planejamento, depois como da Saúde; assim, boa parte dos eleitores se questionavam o porquê das mudanças que ele apregoava na campanha eleitoral não terem sido efetivadas na época em que esteve no governo.¹⁹⁹

A cobertura jornalística apresentou, entretanto, um aspecto interessante: a condução dos interesses populares em seus noticiários e periódicos, fator que construiu algo que denominaremos de “Agenda Pública”. Soluções e prescrições que fomentaram a opinião pública criando uma rede midiática que teve determinante influência nas eleições daquele ano. William Bonner, âncora do Jornal Nacional²⁰⁰, chegou a cobrar, ao vivo, uma ética moral dos candidatos no que concerne ao pagamento da dívida externa. A crise econômica acabou muito noticiada no jornalismo brasileiro, influenciando, conseqüentemente, o discurso dos candidatos à presidência. Muito se falava sobre “taxa de câmbio”, “bolsa de valores”, “Risco Brasil” e como os candidatos deveriam agir para combater a crise. Tudo isto impactou na formação das demandas do eleitorado, como também no *modus operandi* de todos os candidatos. Sobre isso, reforça Rubim:

[...] a mídia, através de sua atuação, buscou delimitar a agenda pública possível de debate político, estigmatizando qualquer posição de

¹⁹⁷Ibid. p.58.

¹⁹⁸ALDÉ, Alessandra. As eleições presidenciais de 2002 nos jornais. **ALCEU** - v.3 - n.6 - p. 93 a 121 - jan./jun. 2003.

¹⁹⁹CARREIRÃO, Yan. A eleição presidencial de 2002: uma análise preliminar do processo e dos resultados eleitorais. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, 22, p. 179-194, jun. 2004.

²⁰⁰Telejornal transmitido pela TV Globo; é apresentado desde 1969 e é um dos mais famosos telejornais do Brasil.

questionamento mais radical de aspectos do modelo econômico, tomados desse modo como acima do debate eleitoral, além de buscar compreender os candidatos com temas que considerava inquestionáveis nessa agenda.²⁰¹

Então, quanto a este aspecto, a mídia teria forçado aquilo que Rubim chamou de “Interpretação da Realidade”: quando canais midiáticos apresentam à população uma leitura que constrói a solução para os problemas enfrentados. Tal leitura termina sendo assimilada pelos eleitores que acabam buscando candidatos que também interpretem a realidade de igual maneira.²⁰² Posto isto, a propaganda lulista sobre o mercado financeiro pode ter sido influenciada também pelo forte apelo midiático sobre o tema, onde o mote econômico sobrepuja o social. Desta forma, a propaganda eleitoral – nas rádios, tvs e jornais impressos – eram pautadas em estratégias que andavam em consonância com a agenda pública, com vistas a se apresentar como candidato a disputa sobre a realidade concreta. Assim, a agenda midiática em conjunto com a agenda partidária são elementos muito importantes na formação do processo eleitoral.

Em consonância, os jornais sempre deram mais espaços para os candidatos que estavam à frente nas pesquisas, tendo em vista a relação audiência/número de eleitores, onde a preocupação política poderia render bons números de venda e audiência. Tudo isto favoreceu o candidato Lula, como destaca Aldé: “em busca do ‘leitorado’ majoritário, os jornais adotam uma estratégia noticiosa conservadora, reforçando as possibilidades dos candidatos que já detêm maior poder econômico e político.”²⁰³

Enquanto os outros adversários buscavam se desconstruir com o intuito de alcançarem o segundo turno com Lula, por meio do discurso negativo sobre o outro, este último, pouco fez uso deste recurso, podendo fazer melhor uso do tempo e espaço midiático para explorar a agenda pública. Assim, os eleitores indecisos enxergaram uma resposta na fala de Lula, mostrando a efetividade de seu marketing eleitoral, sendo cooptados pelo projeto lulista que, conseqüentemente, também carregava em si um projeto midiático. Dito isto, o candidato Lula só passou a existir socialmente como candidato real, quando se desvinculou do radicalismo que representava outrora. Lula começa sua campanha com 34% das intenções dos votos, terminando segundo turno com incríveis 59% dos votos. Efetivamente, lermos a vitória e a condução do lulismo em perspectiva da relação do marketing eleitoral e a agenda pública é

²⁰¹RUBIM, Antônio Albino C. **Cultura política na eleição de 2002**: As estratégias de Lula presidente. Trabalho apresentado no 12º Encontro Anual da Compós, Recife, 3 a 6 de junho de 2003. p.[5]

²⁰²Ibid.

²⁰³ALDÉ, Alessandra. As eleições presidenciais de 2002 nos jornais. **ALCEU** - v.3 - n.6 - p. 93 a 121 - jan./jun. 2003. p. 96.

importante para compreendermos como o Partido dos Trabalhadores se viu em meio a políticas tão incongruentes em relação a sua história.²⁰⁴

3.3. “Neodesenvolvimentismo”: Um discurso disruptivo, a luta pelo fim da continuidade.

Depois de nossa leitura sobre o conceito de “neoliberalismo” e seu rearranjo na América Latina, nos parece que “neoliberalismo” – mais precisamente o adjetivo “neoliberal” – tornou-se um termo ofensivo, de caráter pejorativo, ligado a políticas que fracassaram, como foi feito ostensivamente em relação ao governo e à figura pública de FHC. O ex-presidente tucano teria fracassado junto aos seus ideais para a macroeconomia, sendo taxados de impotentes diante da resolução em conduzir o país ao avanço econômico. Até mesmo, como vimos, os primeiros momentos de Lula na política como presidente não tiveram resultados efetivos na promoção do crescimento econômico, algo que foi atribuído à uma suposta continuidade das políticas econômicas anteriores, o que lhe rendeu também a alcunha de “neoliberal”. Com maior clareza, tal denominação nos parece muito menos ligado ao conjunto de suas ações políticas e muito mais com sua incapacidade de, num primeiro momento, alterar a realidade socioeconômica da nação; quando num momento posterior as projeções políticas passam a ser mais otimistas e o crescimento econômico tornou-se uma constante, vemos que houve um esforço por parte da intelectualidade atrelada ao partido em desvincular o lulismo do “neoliberalismo/FHC”. Um bom governo lulista, aparentemente, não poderia ser adjetivado como “neoliberal”, em vista disso, buscou-se uma maior aproximação do governo Lula com outras abordagens políticas, no caso, o “neodesenvolvimentismo”, ou, ao menos, tratando de atribuir-lhe uma maior proximidade a essa corrente. Como veremos a seguir.

Uma das mais importantes obras sobre o tema foi escrita – e apresentada como tese de doutorado na UNICAMP – por Aluizio Mercadante, à época Senador pelo Estado de São Paulo, sendo elevado ao cargo de Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação no governo Dilma. Com o título: *As bases do Novo Desenvolvimentismo no Brasil: Análise do governo Lula (2003-2010)*, o autor defende a ideia de que o governo Lula inaugurou uma nova etapa de desenvolvimento no país após anos de desgastes neoliberais assolando a economia brasileira. Tendo em vista que se trata de uma obra respaldada e reconhecida como tese e escrita por um

²⁰⁴FIGUEIREDO, Marcus. Intenção de voto e propaganda política: Efeitos da propaganda eleitoral. **LOGOS** 27: Mídia e democracia. Ano 14, 2º semestre 2007.

importante ator político petista, servirá como base para entendermos o contraponto daquilo que se confeccionou como “neoliberalismo” petista.

A obra, como não poderia deixar de ser, vai justificando e desqualificando as leituras que colocam o Partido dos Trabalhadores como um mero reprodutor de políticas ortodoxas. Assim, Mercadante, logo no início, compreende os primeiros passos do lulismo da seguinte forma:

[...] a ruptura com a agenda herdada do período de predominância do paradigma neoliberal iniciou-se logo no primeiro ano do governo Lula, muito embora tal ruptura e suas consequências econômico-sociais só tenham sido percebidas plenamente alguns anos mais tarde.²⁰⁵

Seguindo o argumento do autor, o Brasil passaria por um estágio de gradual caminhada rumo à uma nova leitura macroeconômica. A intervenção do Estado lulista conduziu a grande parcela da sociedade – outrora marginalizada – à sociedade de consumo, com o intuito de quebrar com um ciclo de desigualdade que permeia nossa sociedade a décadas, rompendo com as privações que as classes mais baixas sofrem ao buscar obter bens básicos de consumo. Tendo em seu desempenho o crescimento do salário real acompanhado de uma crescente formalização do emprego fixo.

Na mesma linha de Mercadante, José Silva destaca a dimensão do consumo nas políticas lulistas: “o crescimento apresentado no governo Lula (2003-2010) teve seu *driver* no consumo, estimulado por políticas de valorização do salário, expansão do crédito e de redistribuição de renda que contribuíram para reduzir a desigualdade da renda no país.”²⁰⁶

Alguns autores reverberam o conteúdo apresentado em defesa do novo-desenvolvimentismo, destacando a relação entre o aumento do salário mínimo real - que no Brasil tem direta implicação no valor da previdência social - e a diminuição da desigualdade social. Por exemplo, no período de 1995-2011, o valor do salário mínimo deu um salto de 100%, contudo de 1995-1998 o aumento foi de 7,5% no primeiro mandato de FHC, enquanto que o período de 2002-2006 - englobando o final do mandato de FHC e início do primeiro governo Lula - o salário mínimo viu seu valor saltar 30,9%. Quando olhamos os dados sobre a

²⁰⁵OLIVA, Aloizio Mercadante. **As bases do novo desenvolvimentismo no Brasil: Uma análise do governo Lula (2003-2010)** / Aloizio Mercadante Oliva. 2010. 537f. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas) Instituto de Economia – Campinas, SP: [s.n.], 2010. p.18

²⁰⁶SILVA, José Alderir da. O crescimento e a desaceleração da economia brasileira (2003-2014) na perspectiva dos regimes de demanda neokaleckianos. **Revista da sociedade brasileira de economia política**. 44 / junho 2016 – setembro 2016. p. 113.

desigualdade vemos que esta caiu em 13,3% entre 1995-2013, tendo destaque o período de 2002-2006 e 2006-2011, momentos em que a desigualdade caiu em 5,2%.²⁰⁷

Os contínuos esforços do governo federal para manutenção dos aumentos do salário mínimo parecem ter surtido efeito positivo na formação de uma expansão do consumo massificado. A variável do aumento beneficiava grande parcela da população que tinha tal valor como base de sua remuneração, cabendo aqui ressaltar que no Brasil a previdência social segue o valor do salário mínimo como base para estabelecer o piso de seus pagamentos, tal fator também foi importante para mobilizar uma grande parcela da sociedade ao consumo. Sobre isto, complementam Saboia e Neto:

Deve-se observar que o valor do SM [salário mínimo], variável fundamental para a determinação de grande parte das remunerações no país, recebeu contínuos reajustes acima da inflação no período 2004/13. Outro sinal que reforça este movimento de recuperação das remunerações foi a obtenção sistemática pelos trabalhadores organizados de aumentos salariais acima da inflação a partir da segunda metade da década de 2000.²⁰⁸

Assim como Mercadante, Márcio Pochman foi outro economista, alinhado aos quadros do partido, a sair em defesa da não-reprodução do “neoliberalismo” por parte do governo lulista. Conforme escreveu:

O fato de o governo Lula (2003-2010) não ter se distanciado do tripé da política macroeconômica introduzido na crise cambial de 1999, por meio do sistema de metas de inflação, do regime de câmbio flutuante e da manutenção de superávits primários nas contas públicas, não implicou a reprodução do pensamento neoliberal difundidos durante o governo Cardoso (1995-2002).²⁰⁹

Prosseguindo, as políticas de distribuição de renda e inclusão social se apresentam como o foco político do partido, em contraposição a visão do governo anterior que, segundo Mercadante, era focado no mercado e com medidas compensatórias no campo social, não transformando as políticas públicas em foco principal e na engrenagem essencial para o bom funcionamento econômico. Dito isto, reforça, novamente, Mercadante:

[...] o social passou a se constituir em um dos **eixos estruturantes** do Novo Desenvolvimentismo brasileiro. Na realidade, o social foi o principal eixo estruturante do Novo Desenvolvimentismo no Brasil, em seu primeiro momento. Tal característica representa, obviamente, como já afirmamos, uma profunda ruptura com as políticas do período em que predominava a hegemonia do paradigma “neoliberal” no Brasil e na América Latina. Mas

²⁰⁷BRITO, Alessandra Scalioni; FOGUEL, Miguel; KERSTENETZKY, Celia Lessa. “Afim, qual a contribuição da política de valorização do salário mínimo para a queda da desigualdade no Brasil? Uma estimativa para o período 1995-2013”. Texto para Discussão, **Cede**, n. 109, dez. 2015.

²⁰⁸NETO, João Hallak. SABOIA, João. Salário mínimo e distribuição de renda no Brasil a partir dos anos 2000. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 27, n.1(62), p.265-285, abr. 2018. p. 279.

²⁰⁹POCHMANN, Marcio. Políticas sociais e padrão de mudanças no Brasil durante o governo Lula. **SER Social**, Brasília, v.13, n.28, p. 12-40, jan./jun. 2011. p. 16

não apenas isso. Ela representa também o início de uma ruptura com o padrão de acumulação histórico do país, caracterizado pela concentração e pela exclusão.²¹⁰

Seguindo nessa linha interpretativa, a política de distribuição de renda no governo Lula teve um caráter multidimensional onde educação, saúde, segurança e um maior poder de compra alteraram radicalmente a dinâmica do consumo massificado e da produção industrial no país. Para Mercadante a relação produtiva, voltada quase toda à antigas políticas de exportação, mercadológica e com baixo fortalecimento do mercado interno, não conduziram efetivamente a sociedade à plena cidadania. O Estado brasileiro, de caráter patrimonialista e direcionado aos interesses do mercado financeiro, fora incapaz de reproduzir suas características republicanas, uma vez que o poder público abafava os interesses populares marginalizados. De outro modo, o Estado exerce seu papel republicano quando atende demandas populares, demonstrando seu aspecto representativo a toda população. Assim, para Mercadante, a cidadania está no Estado representativo, elementos que não reverberam no “neoliberalismo”, onde o Estado se auto fragilizava ao manter seu foco no mercado financeiro. O governo Lula seria, posto isto, a retomada da cidadania e, conseqüentemente, da verdadeira democracia. Portanto, a confluência entre o Estado como motor do desenvolvimento e provedor da cidadania representa o Estado republicano em sua tradição. O “neoliberalismo” afastou este Estado voltado para a nação, acarretando em um ambiente onde interesses privados se perpetuavam em detrimento de políticas sociais mais inclusivas. Sobre o Estado “neoliberal”, Mercadante completa:

[...] o Estado anêmico ou neoliberal é, quer pela renúncia em regular efetivamente o mercado, quer pela implementação de políticas que visam colocar os interesses dos ‘investidores’ acima do bem público, um reprodutor ativo das desigualdades sociais e um facilitador dos processos politicamente mais negativos da globalização assimétrica.²¹¹

A visão sobre o “neoliberalismo” na obra acende um alerta sobre um debate cíclico acerca do conceito: um Estado “neoliberal” gera grande desigualdade, pois responde somente aos anseios financeiros dos agentes que atuam no mercado, em cima disso visa com que a competitividade dos mesmos possa, em algum momento, alterar a realidade social – fator que não se completa, segundo Mercadante. Conseqüentemente, há uma ausência da noção de

²¹⁰OLIVA, Aloizio Mercadante. **As bases do novo desenvolvimentismo no Brasil**: Uma análise do governo Lula (2003-2010) / Aloizio Mercadante Oliva. 2010. 537f. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas) Instituto de Economia – Campinas, SP: [s.n.], 2010. p.20.

²¹¹OLIVA, Aloizio Mercadante. **As bases do novo desenvolvimentismo no Brasil**: Uma análise do governo Lula (2003-2010) / Aloizio Mercadante Oliva. 2010. 537f. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas) Instituto de Economia – Campinas, SP: [s.n.], 2010. p.26

cidadania na sociedade, posto a carência de ações afirmativas advindas sejam do Estado ou do mercado; posteriormente temos o aumento da fragilidade do Estado democrático, onde políticas públicas não estariam presentes no cotidiano e a organização da sociedade parece relegada ao mercado e sua autorregulação. Tal ambiente parece propício para o desenvolvimento das grandes empresas, contudo, não representam os interesses da Nação, descaracterizando-a como uma agenda verdadeiramente democrática. Visto esta reflexão, no pensamento do autor, tais pontos representam um ciclo “neoliberal”. Na contramão desse modelo, durante o governo Lula o foco foi o fortalecimento das instituições democráticas, reforçando o papel do Estado na tradição republicana, onde o mesmo responde aos interesses da Nação. Dito isto, Mercadante reafirma a dicotomia “Estado Nação x Estado anêmico”²¹², posta dessa forma: “Novo Desenvolvimentismo x neoliberalismo”. O social, assim, seria o eixo estrutural da democracia representativa e do Estado democrático de direito, onde o desenvolvimento – interesse geral da Nação – só se realiza por meio da democracia plena.

No âmbito das políticas internacionais o Brasil, ao longo dos anos 90, se colocou como personagem decidido a superar o isolamento causado pelo nacionalismo e, como decorrência disto, se inseriu no processo de globalização ditado pelos países desenvolvidos, sujeitando-se, na visão dos críticos, ao mero papel de potência regional, sem incorrer no risco de competir com grandes potências globais. Os interesses nacionais não eram mais projetados visando o crescimento do mercado brasileiro, mas, sim um acomodamento em vista da manutenção deste como agente subalterno no processo de globalização. Cabe aqui ressaltar que diferente do antigo nacional-desenvolvimentismo, a política lulista defendia uma posição mais internacionalista com uma maior integração latino-americana, diversificando cada vez mais as parcerias comerciais, acarretando num maior protagonismo nos encontros com lideranças globais – vale lembrar que foi durante o governo Lula a primeira participação brasileira no G8.

O governo Lula teria rompido com um histórico movimento de concentração de capitais e baixo crescimento econômico. A força do novo-desenvolvimentismo se deu em redistribuir e fortalecer o acúmulo de capitais visando o crescimento do mercado interno, segundo Mercadante, de maneira organizada, a boa performance do governo se deu porque:

O governo Lula rompeu essa lógica [baixo crescimento e incapacidade de acumulação de capital]. A retomada dos investimentos públicos, a reconstrução do sistema de crédito interno, as novas políticas de desenvolvimento industrial e tecnológico, os estímulos ao setor privado dirigidos à expansão dos investimentos, da produção e das exportações, e as políticas de renda e de inclusão social conseguiram, especialmente a partir de

²¹²Ideia cunhada por Mercadante para designar um Estado enfraquecido, em que a ausência de expressões democráticas em seu cerne, culminam na fragilidade governamental.

2004, romper a inércia e irregularidade do crescimento e reverter a tendência à concentração de renda e à ampliação das desigualdades sociais. O país passou a viver, assim, um processo que combina crescimento econômico e distribuição de renda.²¹³

Mérito das políticas lulistas o desendividamento do país com os atores econômicos internacionais foi de suma importância, o aumento das reservas de capitais fez com que a dívida externa líquida passasse de 32,7% do PIB em 2002, para -1,8% do PIB em 2008. O ponto de virada se completa com o Brasil deixando de ser devedor - como foi no governo FHC - para chegar em 2009 como credor. Junta-se a isso, o fato de que o processo de desenvolvimento englobava, também, um complexo sistema de redistribuição de renda, tencionando, como um dos elementos centrais da inclusão social, a criação de postos de trabalho com o objetivo de abaixar consideravelmente o número de desempregados na sociedade brasileira.²¹⁴ O salário mínimo real passou de simples reajustes inflacionários para um aumento real entre 2002 e 2010, adequando uma parcela significativa da sociedade ao sistema de consumo de massas. Em complemento, Kerstenetzky reforça o papel do consumo para o desenvolvimento econômico:

Já não é surpresa que o crescimento econômico brasileiro, sobretudo a partir do ano de 2005, baseou-se na expansão do consumo de massas de bens e serviços privados e que tal expansão, por sua vez, foi facultada por políticas de mercado de trabalho, como valorização do salário mínimo e a indução à formalização do emprego, transferências governamentais, como a aposentadoria rural e os benefícios sociais, e acesso ao crédito, seja direcionado rural e imobiliário, seja o consignado, seja ainda o derivado da melhora de renda.²¹⁵

Diante disto, o governo desenvolveu um ciclo com foco na ampliação de crédito: primeiro, a democratização do acesso ao crédito, microcrédito, crédito consignado e a simplificação de abertura de contas em bancos públicos; segundo, os elementos supracitados atuaram concomitantemente ao aquecimento da economia e o crescente número do trabalho formal, produziram, desta forma, um caminho aberto ao sistema de consumo; terceiro, fortalecimento do sistema de financiamento público, destacando o papel do Estado provedor do bem-estar social. Para isto, foi preciso forte mudança nos padrões econômicos no país, como reforçam Barros e Oliveira:

²¹³OLIVA, Aloizio Mercadante. **As bases do novo desenvolvimentismo no Brasil**: Uma análise do governo Lula (2003-2010) / Aloizio Mercadante Oliva. 2010. 537f. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas) Instituto de Economia – Campinas, SP: [s.n.], 2010. p. 156.

²¹⁴No início do governo lulista a taxa de desemprego era de aproximadamente: 13%. Ao final do segundo mandato de Lula, este número estava perto dos 6%. Vide em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9180-pesquisa-mensal-de-emprego.html?=&t=series-historicas>.

²¹⁵KERSTENETZKY, CELIA LESSA. Consumo social e crescimento redistributivo: Notas para se pensar um modelo de crescimento para o Brasil. **Rev. Econ. Polit.**, São Paulo, v. 36, n. 1, p. 29-45, Mar. 2016. p. 32.

A ampliação do crédito está associada a um contexto de aceleração do crescimento econômico, o controle da inflação, a elevação da renda, o aumento real do salário mínimo e a expansão dos programas sociais de transferência de renda, que estão produzindo no Brasil um fenômeno próprio de sociedades desenvolvidas: a criação de um mercado de massa, forte e cada vez mais complexo.²¹⁶

Diante dessas questões, enquanto FHC via no microcrédito um impulso ao produtor, com o intuito de aumentar a renda do mesmo, Lula foi além, expandiu seu acesso às mais diferentes camadas, sejam elas produtoras ou não, com foco na geração de mais renda.²¹⁷ Mais uma vez, no tocante ao crédito, Mercadante parte de uma comparação entre Lula e FHC para elucidar o tópico:

O contraste é marcante. Entre 1995 e 2002, o total de operações de crédito do sistema financeiro, como porcentagem do PIB, sofreu uma redução de 31,5%, caindo para um dos níveis mais baixos já registrados no país, inferior ao prevalecente na maioria dos países desenvolvidos ou de grau de desenvolvimento comparável ao nosso. A partir de 2003 e, em particular, a partir de 2006, quando se consolida o novo ciclo de crescimento da economia, a expansão do crédito muda de padrão, com um aumento de mais de 100% em relação ao nível prevalecente em 2002.²¹⁸

O BNDES passou a ser instrumento político essencial às perspectivas governamentais. Foi de extrema importância para os investidores no país, principalmente em setores estratégicos para o crescimento estrutural. A constante aplicação de recursos no setor produtivo auxiliou o crescimento do mercado interno e possibilitou que o mercado nacional avançasse rumo ao incremento de novas tecnologias. Dessa forma, a política industrial lulista já foi compreendida por si só como uma contraposição às políticas liberalizantes dos anos 1990, período onde se preconizou uma presença mínima do Estado e uma autorregulação do mercado. Assim, segundo Mercadante, as diferenças já se apresentam na própria existência de políticas que solucionam os problemas decorrentes desta autorregulação. Com o intuito de gerar uma maior inserção da produção do mercado nacional no complexo sistema de comércio globalizado, o desenvolvimento e difusão de tecnologias focadas no aumento da eficácia produtiva foi de imenso valor. Com o apoio do Estado (via BNDES) a política industrial ambicionou dar sustentação e um direcionamento às indústrias. Cabe, por fim, ressaltar que o requerimento de aportes financeiros do Estado – ligado às instituições – exigia que as indústrias assumissem

²¹⁶BARROS, Thiago de Sousa; OLIVEIRA, Felício de. Crédito, consumo e endividamento: Uma Análise Econômica do Segundo Governo Lula (2007-2010). *Revista Espacios*. Vol. 35 (Nº 5) Ano 2014.

²¹⁷Ibid.

²¹⁸OLIVA, Aloizio Mercadante. *As bases do novo desenvolvimentismo no Brasil: Uma análise do governo Lula (2003-2010)* / Aloizio Mercadante Oliva. 2010. 537f. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas) Instituto de Economia – Campinas, SP: [s.n.], 2010. p.203

metas pré-estabelecidas no acordo. Como reforça Ferraz, a política industrial lulista exigia o comprometimento das empresas que interagissem com as ações propostas:

O programa ressalta a necessidade de articulação de medidas e instrumentos horizontais de promoção da eficiência e do bom desempenho da atividade produtiva, com ações seletivas que concentrem esforços e exigindo o fornecimento de contrapartidas por parte das empresas beneficiadas, através de metas fixadas, evitando que a política seja compreendida como uma benesse.²¹⁹

Os acordos foram efetivos posto a dimensão que alcançaram as exportações brasileiras, como aponta Mercadante: “as exportações industriais, definidas de acordo com a classificação da OCDE, tiveram forte impulso durante o governo Lula, passando de US\$ 48,7 bilhões, no ano base (2002), para US\$ 141,9 bilhões, em 2008”.²²⁰

Quando abordamos a política industrial, o contraste entre o “Estado Nação x Estado Anêmico” fica mais claro na análise. Segundo Ferraz, durante toda década de 1990 passou por um processo liberalizante da economia - processo que teve início já na segunda metade da década de 1980 -, onde se viu um estímulo maior a competição com a abertura comercial, retirando certas amarras protecionistas do nacional-desenvolvimentismo, oferecendo ao empresariado brasileiro a oportunidade de se desenvolver a partir de um claro objetivo de estimular o avanço tecnológico no campo produtivo. Dessa maneira, o autor coloca as bases de tais ações:

[...] uma política de liberalização comercial, a qual procurava remover a proteção construída nas décadas passadas e permitir a exposição da indústria brasileira à concorrência externa; e uma política de concorrência *stricto sensu* que buscava coibir práticas monopolistas e intensificar o processo de competição no mercado interno.²²¹

Contudo, em nossa leitura, as diferenças entre os anos Lula e de FHC começam, primeiramente, pela condução das políticas sem efetiva intermediação do Estado, agente histórico na promoção do desenvolvimento brasileiro, e em segundo lugar, já sob a ótica de Ferraz, pela total incapacidade das políticas tucanas em estabelecer o avanço proposto, tendo em vista que as políticas implementadas conduziram a retração das etapas de produção, uma vez que as indústrias nacionais, para competir com as estrangeiras - diante da abertura comercial -, recorreram ao contingenciamento de gastos para promover uma sobrevivência a suas

²¹⁹FERRAZ, Max B. Retomando o debate: a nova política industrial do governo Lula. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, v. 32, n. 2, 2009. p. 227-263. p. 241.

²²⁰OLIVA, Aloizio Mercadante. **As bases do novo desenvolvimentismo no Brasil**: Uma análise do governo Lula (2003-2010) / Aloizio Mercadante Oliva. 2010. 537f. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas) Instituto de Economia – Campinas, SP: [s.n.], 2010. p. 221.

²²¹ibid. p. 238

produções. Diante do apresentado, os avanços produtivos no período possuem muito mais relação com uma reorganização produtiva e redução de gastos, do que com um desenvolvimento tecnológico na estrutura das indústrias nacionais.²²²

Assim, sob a ótica do novo-desenvolvimentismo lulista, o papel ativo do governo na promoção de condições viáveis para o crescimento no setor produtivo, tanto no setor tecnológico, quanto nas condições de competir com o mercado externo, fez com que o Estado retomasse seu papel de promotor do desenvolvimento, em contraposição a um governo mais aberto as prerrogativas do mercado e que não estabeleceu as primordiais condições para o crescimento industrial.

Quando pensamos nos acordos que perpassam as políticas lulistas, suas relações partidárias com grupos e camadas da sociedade que pouca, ou nenhuma relação, tinham com o PT, desfrutamos de uma visão mais elucidativa sobre o quanto a legenda de fato mudou em comparação ao partido que surgiu no Colégio de Sion. Como já analisamos, tais acordos - como no caso da reforma da previdência, ou com o FMI - podem ser lidos como a conclusão de uma etapa de amadurecimento do PT, uma vez que representa o abandono de um radicalismo discursivo que o impedia de alçar voos mais altos. Ir contra as instituições na luta em prol de um pretense socialismo em nada resultaria. A prática de oposição a tudo que o mercado representa, tão pouco. Um partido integrado às instituições políticas e que entendeu como conduzir um projeto político nasceu desse entendimento. Isto fez do PT, na curta história da democrática do Brasil, um partido de tipo novo; um dos primeiros a compreender a importância destes acordos na condução política. Os acordos no lulismo configuram uma mudança de paradigma nos partidos de esquerda no Brasil, pela primeira vez na história, uma sigla de origem proletária a ascender ao poder, contudo, para a efetivação disso, foi preciso a consumação de relações que desmoronaram o partido tanto eticamente, como historicamente. *A priori*, os acordos com o FMI e com a classe empresarial, fato que danifica a imagem do partido historicamente, posto o conflito destas ações quando confrontadas com as bandeiras levantadas na gênese da sigla. *Posteriori*, eticamente, quando para a aprovação de projetos políticos, o partido teria consumado pagamentos ilegais a atores importantes na política.

Essa "evolução" na forma de entender a política como espaço de negociação e acordos por parte do PT também podem ser compreendidas sob a ótica do neo-institucionalismo que vê nas instituições os mecanismos pelas quais a mudanças políticas ocorrem. Dito isto, cabe aqui

²²²ibid.

explicarmos alguns elementos constituintes em sobreposição ao que antes foi representado como antigo institucionalismo e comportamentalismo.

O neo-institucionalismo é uma linha teórica das ciências políticas fruto de um amálgama entre o antigo institucionalismo e o comportamentalismo. O primeiro foi uma abordagem calcada na análise das instituições pelo viés das leis e não contemplava toda complexidade da sociedade, operando sua análise sem uma base empírica, o que motivou uma série de críticas. Como oposição a este método de abordagem acerca do político, surgiu o comportamentalismo. De caráter multidisciplinar, este se pautou na cientificidade para construir suas análises políticas e incorporou as classes populares por meio de pesquisas de opinião. No âmbito acadêmico o comportamentalismo foi um movimento de negação ao antigo institucionalismo e aos seus métodos de relacionar os comportamentos políticos às leis e estruturas administrativas.²²³

Contudo, a hegemonia comportamentalista durou até a década de 1960, quando as ciências políticas viram emergir a revolução neo-institucionalista. Tal movimento marcou uma dupla rejeição: à ausência de cientificidade do antigo institucionalismo e à carência de contexto institucional da abordagem comportamental. Dessa forma, quase que de maneira antropofágica, acabou tomando para si o “melhor” de cada um: o contexto institucional e uma maior preocupação científica.²²⁴

Os neo-institucionalistas retomaram uma prerrogativa de colocar no centro da análise as instituições e suas decorrentes influências sobre a sociedade, uma vez que os dados de seus estudos indicam uma socialização política: instituições que influem no processo de decisão de uma parcela da sociedade. A tomada de decisões tornou-se objeto de análise onde as variáveis explicativas seriam endógenas ao processo de decisão. Dito isto, as instituições restringiam as preferências, estruturando as decisões conforme essa limitação.²²⁵

Por meio dessa interpretação teríamos uma nova forma de abordar a transformação produzida no interior do Partido dos Trabalhadores. O PT ascendeu ao poder num contexto institucional onde acordos políticos bem estruturados podiam garantir maior tranquilidade na governança do país, em contraposição uma ruptura com a estrutura partidária só conduziria a ingovernabilidade. Portanto, os acordos políticos foram impostos ao PT em troca de uma governabilidade. Assim, boa parte das críticas ao PT apenas o considera um traidor da classe

²²³PERES, Paulo Sérgio. Comportamento ou instituições? A evolução histórica do neo-institucionalismo da ciência política. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 23, n. 68, p. 53-71, Out. 2008.

²²⁴ibid.

²²⁵ibid.

operária, mas sem levar em consideração o provável problema que a sigla teria se tivesse levado a cabo a ruptura institucional que parte de sua base esperava.

Quanto ao lulismo, cabe ressaltar que a teoria neo-institucionalista não prevê o personalismo dentro das instituições, tendo em vista que as decisões, como já posto, são limitadas e estruturadas pelas instituições. Em nações mais institucionalizadas, a fluidez eleitoral quase não acontece, ou seja, há uma relação mais profunda entre eleitores e partidos, uma vez que os últimos não existem para suprir a necessidade de um líder, mas de representar um conjunto de ideias que criam raízes no imaginário coletivo, desenvolvendo mais o laço entre eleitores propensos aos ideais propagados pela legenda, gerando, dessa forma, maior confiabilidade nas instituições políticas.²²⁶

O governo lulista pode ser visto como personalista? Em nossa opinião, não. Por mais que haja uma discrepância entre o lulismo e o petismo, além do primeiro ter muita relação com a figura do ex-presidente, ao final de nossa análise fica difícil dizer que o período de oito anos de PT não consolidou a sigla no cenário político nacional. As mudanças dentro do partido indicam não só uma força na figura de Lula, mas, também, do partido em si, que com suas ideias mais fixadas no imaginário social, terá mais forças para lançar novas lideranças políticas. As vitórias expressivas do PT nas eleições seguintes reforçam a força e impacto que os acordos - outrora rejeitados pela intelectualidade - foram preponderantes no fortalecimento do partido e conseqüentemente da narrativa “neodesenvolvimentista”.

3.4. A construção da “verdade histórica”. O que fica do governo Lula?

A opinião que se formou sobre o Partido dos Trabalhadores e o lulismo foi uma construção de contexto histórico específico, decorrente da história em si. Apresenta-se a nós a contribuição do tempo para a formação de uma memória (em sua dimensão coletiva) sobre ele. Isto, pois, ao longo dos anos houve o fortalecimento da memória de que o modelo econômico seguido por Lula e sua equipe se estabeleceu em negação ao “neoliberalismo”, seja em suas representações e em discursos que reforçam a ideia. Dessa maneira, descreve Pierre Laborie, assim, como os anseios do presente ajudam a edificar uma memória seletiva:

Através da rememoração de fragmentos do passado, cada memória social transmite ao presente uma das múltiplas representações do passado que ela

²²⁶MAINWARING, Scott; TORCAL, Mariano. Teoria e institucionalização dos sistemas partidários após a terceira onda de democratização. **Opin. Pública**, Campinas, v. 11, n. 2, p. 249-286, Out. 2005.

quer exprimir. Entre diversos outros fatores, ela se constrói sob influência dos códigos e das preocupações do presente, por vezes mesmo em função dos fins do presente.²²⁷

Como tal, como ideia que se naturalizou no imaginário coletivo, a preocupação com a validação do lulismo enquanto mudança em relação às políticas adotadas pelo governo anterior, ocupava os discursos do partido e de intelectuais que pensavam a sigla. As memórias que compunham as análises remetiam o partido ao anti-neoliberalismo. Tal ideia, então, convergiu no conceito de novo-desenvolvimentismo, ou “neodesenvolvimentismo”. Dessa forma a relação com o presente determina nosso olhar para o passado, e sendo este observado nas vitrines das memórias, esta última acaba sendo determinante acerca de nosso olhar sobre o presente, como reforça Laborie: “a opinião tem papel decisivo na validação social e na legitimação da memória ao dar credibilidade a seu discurso por meio de sua divulgação, processo que pode ser amplificado pela mídia.”²²⁸

Como as reações a opinião apresentada também dependem do tempo e contexto, o partido soube bem que sua relação com a população era a das mais saudáveis,²²⁹ o que corroborou com o discurso lulista. A memória “congela” o tempo e transporta do passado uma imagem que pode ser irrefutável quando apresentada no discurso, como quando enunciado a estagnação econômica no governo FHC e o crescimento econômico do governo Lula, ambos são apenas um aspecto dos governos, não representando toda complexidade política que envolve os contextos, mas servem quando querem apresentar a ideia de que Lula e FHC propuseram modelos políticos e econômicos distintos. Assim, o uso seletivo da memória cumpriu seu papel.

Laborie destaca o pretensível papel de verdade que a formação da opinião tenta assumir; ao nosso ver, o PT acima de tudo tentou construir uma verdade utilizando da seleção de uma memória e instigando a consolidação de uma opinião. Desta feita, assim, destaca o autor:

Ao ajudar o discurso da memória a sair de sua visibilidade limitada, a opinião aumenta a sua força, seu público e sua influência. Mas, e isso é importante, ela transforma sua natureza fazendo da verdade sobre o passado uma questão de opinião, conferindo às representações da memória um estatuto de verdade.

²²⁷LABORIE, Pierre. Memória e opinião. In.: **Cultura política, memória e historiografia**. / Orgs. Cecília Azevedo. [et. al.]. - Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009. 544 p. p. 80.

²²⁸ibid. p. 81.

²²⁹Lula termina seu mandato com 83% da população considerando seu governo como ótimo/bom, sendo o presidente com a maior taxa de aprovação da história. In.: <https://www1.folha.uol.com.br/infograficos/2013/08/19382-a-popularidade-dos-presidentes.shtml> acesso em: 16/06/2019.

Faz-se da autenticidade, justamente atribuída à memória, uma espécie de garantia e de certeza de verdade.²³⁰

E continua:

Quando a opinião se apropria da memória, e de certo modo apodera-se desta colocando-a em posição dominante, com todos os seus meios de persuasão a seu serviço, ela transforma uma questão de opinião referente à interpretação do passado numa verdade evidente sobre o passado.²³¹

Assim, o discurso altera o uso da memória e faz uso político e social da mesma no instável papel da opinião. Por sua vez, a opinião irrompe ao papel do debate e, por conseguinte, da ambiguidade, para o púlpito sagrado da verdade. O PT buscou desenvolver uma “cultura da memória ou mnemônica cultural”, onde sua identidade fosse reconhecida pelas próximas gerações como uma alternativa ao projeto “neoliberal”.²³²

Parte da construção de uma memória sobre si elaborada pelo PT foi estabelecida por meio de discursos e representações, como dito, mas, também, por meio da produção de documentos oficiais. Entre eles está o documento “Síntese - Brasil: 2003 a 2010”. À primeira vista, este serviria como base para a análise das políticas públicas implementadas pelo governo presidencial petista. Porém, logo na introdução, podemos perceber que o intuito do documento foi: “a determinação de registrar em cartório, ao final do seu mandato, a relação completa de todas as ações empreendidas pelo Governo Federal a partir de 2003”.²³³

Com base nesta fonte, podemos compreender melhor a relação entre as ideias trabalhadas pelos autores levantados durante a pesquisa e a agenda macroeconômica, tendo em vista a utilização de um vocabulário caracterizado pela negação veemente ao “neoliberalismo”, como forma de se distanciar das críticas recebidas oito anos antes. A fonte demonstra ser a expressão escrita de uma legenda que não compactuava com as designações dadas por alguns intelectuais a ela no início da década. Constituir-se-ia como a visão da sigla sobre si, sendo um olhar para dentro do partido e a constituição de uma história negando o que não convém. Ao mesmo tempo, trata-se de uma maneira de guiar os futuros leitores a ler o passado seguindo um roteiro pré-estabelecido.

Ressaltando a mudança e o compromisso com o povo brasileiro, oito anos depois da vitória de Lula em 2002, o processo de historização das políticas petistas tem início na “Síntese

²³⁰LABORIE, Pierre. Memória e opinião. In.: **Cultura política, memória e historiografia**. / Orgs. Cecília Azevedo. [et. al.]. - Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009. 544 p. p. 92.

²³¹ibid. p. 93.

²³²MENESES, Ulpiano T. Bezerra. Cultura política e lugares de memória. In.: **Cultura política, memória e historiografia**. / Orgs. Cecília Azevedo. [et. al.]. - Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009. 544 p.

²³³Brasil: 2003 a 2010. Brasília, DF, [2010].p. 5.

- Brasil: 2003 a 2010”, documento variado que faz parte de uma característica de nossa época: a da produção em grande escala de arquivos-memória - documentos que tem como objetivo documentar, seletivamente, um momento histórico -.²³⁴ Dessa forma, foi publicado em 2010 pela equipe política petista, edificando assim um partido que assumiu um compromisso - e com a efetividade da política econômica - com o Brasil, mudar o país era a meta, objetivo que, segundo o documento, foi alcançado: “o Governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva instalou-se sob a perspectiva e o compromisso de mudar o Brasil.”²³⁵

Fator preponderante no decorrer da obra são os momentos em que o modelo político-econômico é julgado como a inovação que gerou o crescimento nacional, a construção da memória se pauta em aspectos importantes acerca de como o próprio partido enxergava aquilo que tentava negar, o “neoliberalismo” não poderia ser bem-sucedido e nem se relacionar positivamente com a classe trabalhadora. Podemos nos atentar, dessa forma, a um detalhe discursivo, onde todo o documento apresenta as benéficas do governo Lula muito ligado ao novo modelo econômico:

Elas se somaram ao compromisso com a estabilidade, o crescimento e a expansão do emprego e estabeleceram as bases de um novo ciclo de desenvolvimento de longo prazo, fundado em um modelo de produção e consumo de massa.²³⁶

Como também:

Após oito anos de percurso, o Governo Federal pode avaliar como plenamente bem-sucedida a inauguração do novo ciclo de desenvolvimento e do mercado de produção e consumo de massa, que foi construído inicialmente pelo lado da demanda, com melhoria no rendimento e no consumo das famílias, e alguns anos depois também pelo lado da oferta, quando ocorreu a ampliação dos investimentos.²³⁷

Ambos os polos, o social e o financeiro, quando sobe as rédeas do que se pretendia “neoliberalismo” no Brasil, acabaram desenvolvidas em graus distintos. Entretanto, a eleição vencida pelo PT pode dar ares de novidade neste aspecto, tal qual expõe o documento:

Produziu-se um círculo virtuoso entre a melhoria na distribuição de renda e a redução da exclusão social e da pobreza, em um polo, impulsionando a competitividade econômica e a geração de emprego, renda e riqueza no outro, e assim sucessivamente.²³⁸

²³⁴NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Proj. História**, São Paulo, 10 ed., 1993.

²³⁵Brasil: 2003 a 2010. Brasília, DF, [2010].p. 11.

²³⁶ibid. p.11.

²³⁷ibid. p.22.

²³⁸ibid. p.11/12.

Destacar as bases do movimento desenvolvimentista é premissa primordial no decorrer da argumentação, ademais, pontuar a feição de novidade traz ao PT o pensamento de dever cumprido frente às adversidades que lhe foram impostas no início de 2003:

O balanço do percurso do Brasil 2003-2010 evidencia a consolidação do novo modelo de desenvolvimento, apoiado no tripé estabilidade econômica, crescimento com geração de empregos e distribuição de renda. Promoveu-se o fortalecimento do mercado interno, por meio de medidas que incentivaram o aumento do crédito, da renda, da massa salarial e especialmente da política de aumento real do salário mínimo – que cresceu, em termos reais, cerca de 58% no período de dezembro de 2002 a dezembro de 2009 –, além dos programas sociais de transferência de renda. A combinação desses fatores estimulou, de modo sustentável, o consumo das famílias. A nova política econômica trouxe como resultado uma mudança no patamar de crescimento do Brasil.²³⁹

Por assim, o partido se define como um agente que inseriu um novo elemento ao mercado de consumo. Atores que sempre foram renegados neste papel, puderam participar por meio do novo modelo econômico dito pelo PT, fazendo com que a sigla se consolidasse como aquela que expandiu a infraestrutura mercadológica ao projeto de desenvolvimento social:

A combinação de elevação nos rendimentos do trabalho, aumento nos recursos de transferências e assistência social, conjugados à evolução favorável nos preços dos bens de consumo popular e à grande expansão do crédito para consumo efetivamente estruturou um novo modelo de desenvolvimento, que se consolidou progressivamente, mantendo a inflação sob controle e com queda nos patamares das taxas de juros.²⁴⁰

Por último, intencionando se comunicar com setores financeiros, pôs em destaque um programa de expansão de crédito para o empresário nacional, dando suporte por meio de programas de desenvolvimento empresarial em prol da expansão da economia e de uma geração de empregos: “ao retomar a iniciativa desenvolvimentista, com investimento e financiamento de bancos públicos e projetos privados, o governo abriu novas possibilidades para a inclusão produtiva”.²⁴¹

Assim, pensar o PT nos momentos que concernem o mandato do ex-presidente Lula, equivale a estudar, também, escritos que foram apresentados pelo partido ao longo dos anos, tendo em vista que, a partir deles podemos ter uma leitura mais clara do que os próprios atores buscaram refletir sobre suas atuações no campo político. Também, suas reflexões servem de apoio para a definição do que seria o PT. Como o mesmo é visto hoje em dia, passa espelhado por análises e debates que ansiavam por conclusões que só o consenso há de dar.

²³⁹ibid. p.20.

²⁴⁰ibid. p.22.

²⁴¹ibid. p. 128.

Desta forma, dentro de determinado contexto histórico-social, o Partido dos Trabalhadores, numa tentativa de desvencilhar-se de seus críticos, desenvolveu junto as ideias propostas por alguns intelectuais, uma concepção de si como sendo uma negação ao “neoliberalismo”. Essa noção semântica-ideológica somente nos é possível compreender e pensá-la dentro do contexto específico de insurgência do PT nas eleições de 2002 e na forma como o partido lidou com o poder ganho e as reações que as classificaram. Logo, examinar o surgimento de tal vocábulo reconhece que devemos nos debruçar sobre o surgimento de uma ideia em um contexto da história político brasileira muito específico, onde o papel desenvolvido pelo intelectual foi de muita importância para a constituição de uma nova forma de pensamento petista.

3.4. Políticas trabalhistas, industriais e econômicas em prol do novo-desenvolvimentismo:

Quando Lula vence as eleições em 2003, o discurso de que era preciso reaver a confiança econômica no país foi um indicativo de que mudanças estariam por vir. Diante dos diversos ataques especulativos ao Real e ao aumento do risco de se investir no país, o governo reafirmou seu compromisso com o modelo econômico muito semelhante ao de FHC, como aponta o texto:

Para superar esse quadro, o Governo Federal reafirmou seu compromisso com o respeito aos contratos e obrigações do País, **a preservação do superávit primário, a manutenção dos instrumentos do câmbio flexível e do regime de metas para a inflação**, e a redução da vulnerabilidade externa.²⁴²

Curioso observarmos nesse trecho como o tripé macroeconômico anteriormente atrelado ao “neoliberalismo” é citado, mas sem fazer menção ao mesmo como um norte teórico. Além disso, é evidenciado como o papel do Estado enquanto investidor teve impacto no campo social, cenário que não se via durante o período FHC.

A Reforma da Previdência dos servidores públicos foi vista como apenas uma alteração necessária para superar o déficit das contas públicas e, conseqüentemente, sanar as dívidas. Em nenhum momento há uma reflexão crítica sobre a cooptação de líderes sindicais como influenciadores da opinião dos trabalhadores para a aprovação da reforma, ou sobre o aumento - em decorrência da reforma - dos adeptos dos fundos de pensão, sendo muitas destas instituições chefiadas por líderes sindicais ligados ao governo. O Governo Federal apresenta as seguintes justificativas para a aprovação da reforma:

²⁴²ibid. p.11. Nosso grifo.

No início de 2003, o Regime Geral de Previdência Social (RGPS) apresentava diversos problemas: baixo índice de cobertura previdenciária (atingia 62,9% da população ocupada de 16 a 59 anos), desequilíbrio entre despesas com benefícios previdenciários e receitas correntes, estrutura de fiscalização trabalhista e previdenciária inadequada, concessão de aposentadorias por tempo de contribuição em idades precoces, elevada renúncia de contribuições previdenciárias, em face do tratamento diferenciado dado a diversos segmentos econômicos, entre outros.²⁴³

A justificativa não é nova e diz querer combater alguns descompassos entre segmentos de contribuintes, elucidando: o setor público x setor privado. Tal perspectiva teve respaldo de sindicatos que viram seus líderes se pautarem nos anseios governistas por acreditarem estar participando do primeiro governo alinhado aos sindicatos da história deste Brasil.²⁴⁴

A crise de 2008 criou um clima de maior dificuldade no país. A saída de capital estrangeiro fez com que se desenvolvesse um ambiente mais hostil ao consumo, principalmente por conta da desconfiança do consumidor interno. O documento demonstra como o Governo Federal deu preferência ao campo social ao manter forte a distribuição de renda às camadas mais pobres da sociedade, demonstrando uma aplicação anticíclica na economia brasileira, fator que não é comum nos receituários “neoliberais”. Como podemos observar, isto tem uma importância maior no campo econômico ao favorecer o aquecimento do mercado interno:

Uma das mais importantes foi a transferência de recursos para as famílias mais pobres, que passou de 6,9% do PIB, em 2002, para 8,6%, em 2008. Esses recursos funcionaram como um estabilizador automático, evitando a flutuação excessiva da renda das famílias. Ao manter as transferências programadas para 2009, em plena crise global, o Governo Federal demonstrou a prioridade de seus compromissos sociais. Naquele ano, as transferências atingiram 9,3% do PIB, um acréscimo de 0,7 ponto percentual em relação ao ano anterior. A mesma preocupação social fez com que o Governo Federal mantivesse a política de aumento do salário mínimo prevista para 2009 (12%), o que representou também elevação das transferências por meio da Previdência Social e do seguro-desemprego.²⁴⁵

Todavia, o apoio a crise também veio com a ampliação do crédito para empresas e no ramo da infraestrutura terminada o período mais crítico, é reforçado o decisivo papel do Estado junto a sociedade:

Durante a crise financeira foram consolidadas mudanças gestadas desde 2003. O papel do Estado no combate à desigualdade de renda foi reforçado – metade do gasto primário do Governo Federal são transferências. Também aumentou a cooperação entre Estado e mercado na superação dos gargalos do

²⁴³ibid. p.161

²⁴⁴BRAGA, Ruy. Terra em transe: O fim do lulismo e o retorno da luta de classes. in.: **As contradições do lulismo: a que ponto chegamos?** / organização André Singer, Isabel Loureiro - 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2016.

²⁴⁵Brasil: 2003 a 2010. Brasília, DF, [2010].p. 18.

crescimento, na forma de desonerações, ampliação dos mecanismos de financiamento, planejamento e parcerias. A emergência de uma nova classe média – 53% da população brasileira – trouxe consigo um novo consumidor, com acesso mais fácil a crédito, a bens de consumo duráveis e à moradia.²⁴⁶

Ainda seguindo o documento do partido, quanto ao trabalhismo, as políticas lulistas, como não poderiam deixar de ser, são apresentadas e compreendidas numa análise que engloba toda política econômica, posto que faz parte de um projeto de desenvolvimento todo assentado num preponderante agente: o Estado. O investimento que partiu do Estado foi feito objetivando a criação de uma nova mão-de-obra. A ampliação da classe operária representou o alargamento do comércio interno, não mais restringindo a produção nacional ao capital estrangeiro.

Dito isto, uma das principais políticas apresentadas foi o de aumento de linhas de crédito destinadas às micro e pequenas empresas, uma vez que estas não tinham acesso facilitado aos financiamentos mais tradicionais. O governo Lula buscou alternativas e encontrou a solução dentro do próprio Estado, baseando sua estratégia no desenvolvimento tecnológico como primordiais ao crescimento da economia. Para nos pautarmos em números, o governo Lula investiu, segundo o documento:

Os investimentos totais no setor, que somaram R\$ 2,6 bilhões em 2003, atingiram R\$ 8,3 bilhões em 2010, um crescimento nominal de 214%. Os recursos aplicados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) em pesquisa científica, no desenvolvimento de tecnologias e em ações concretas para inovação industrial saltaram de R\$ 0,6 bilhão, em 2003, para R\$ 3,2 bilhões, em 2010, crescimento nominal de 402%.²⁴⁷

Em consonância, foram investidos quase R\$ 1,7 bilhões de reais em bolsas de apoio científico, distribuídas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), com o investimento percentual sendo maior em regiões com maior carência de recursos, visando o equilíbrio nacional no campo das pesquisas, a saber: Nordeste, Norte e Centro-Oeste.²⁴⁸ O país acabou se notabilizando por seus incentivos fiscais dispondo-se a financiar o crescimento científico tanto no âmbito público - visto nas universidades públicas -, quanto no campo privado, por meio do aprimoramento produtivo das indústrias. Em 2004 foi aprovado o Programa de Subvenção Econômica que aplicava recursos públicos - por meio de isenções fiscais, ou empréstimos facilitados - no desenvolvimento de inovações que gerassem benesses à sociedade civil. Assim, o tema é abordado no documento:

²⁴⁶ibid. p. 20.

²⁴⁷ibid. p. 48.

²⁴⁸ibid.

A inovação tecnológica opera como elemento fundamental para o crescimento da produtividade e da competitividade das empresas brasileiras, no cenário nacional e internacional. Neste sentido, o Governo brasileiro criou uma série de mecanismos para fomentar pesquisas científicas e tecnológicas voltadas à inovação, com apoio financeiro expressivo para atividades de pesquisa e desenvolvimento das empresas brasileiras.²⁴⁹

O próprio Estado, além de conduzir programas de apoio ao desenvolvimento empresarial,²⁵⁰ também agiu como um dos principais compradores da produção nacional - principalmente na área da saúde -, assegurando mercado para empresas que haviam se dedicado ao desenvolvimento produtivo. Ainda assim, o discurso evoca o caráter social que há no desenvolvimento científico, posto sua expansão nas escolas e universidades - no primeiro, conforme o texto, por conta das Olimpíadas de Matemática, e no segundo graças a crescente oferta de bolsas de pesquisa -, o interesse científico teria crescido enormemente, levando indivíduos que outrora não teriam contato com o ambiente acadêmico à vida de pesquisadores. Além dos benefícios gerados a partir do desenvolvimento científico dentro da sociedade como um todo. O governo lulista assim lê os acontecimentos:

Desse modo, o [Ministério da Ciência e Tecnologia] MCT procurou promover a popularização e o aperfeiçoamento do ensino de ciências nas escolas, bem como a produção e a difusão de tecnologias e inovações para a inclusão social. Além do Plano de Ação, o ministério buscou parcerias com outros ministérios e órgãos governamentais para se aproximar, de modo efetivo, das políticas sociais em curso. [...] O Governo Federal direcionou investimentos para a popularização da ciência, a melhoria da educação científica e a difusão de conhecimentos e tecnologias com o objetivo de contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população brasileira, especialmente das comunidades pobres.²⁵¹

Com base nessas ações, e como relata o documento, o governo Lula pôde gerar milhões de empregos: “o novo modelo de desenvolvimento impulsionado pelo Governo Federal criou, entre janeiro de 2003 e setembro de 2010, uma média de 1,9 milhão de postos de trabalho por ano”.²⁵² Junto da criação de empregos, também houve um empenho entre sindicatos e governo para um aumento real no valor do salário mínimo, assim, o valor passou de R\$200,00 em 2002, para R\$510,00 em 2010, caracterizando um aumento real na casa dos 67,4%.²⁵³ Inclusive,

²⁴⁹ibid. p.51.

²⁵⁰Alguns exemplos são: Primeira Empresa Inovadora (Prime), que auxiliava a nova empresária(o) a administrar seu novo empreendimento com cursos e financiamentos, sempre visando o crescimento produtivo; Programa RHAE - Pesquisador na Empresa, objetivava o crescimento de mestres e doutores dentro das indústrias, consequentemente uma mão-de-obra mais preparada e capacitada.

²⁵¹Brasil: 2003 a 2010. Brasília, DF, [2010]. p.56.

²⁵²ibid. p.24.

²⁵³ibid.

anuncia-se que foi em 2008 quando houve uma modernização da forma de se relacionar com as centrais sindicais, estas, agora, reconhecidas por lei e com a presença de seus dirigentes nos fóruns de debate do governo. O projeto de aumento do salário mínimo foi bem sucedido, visando o crescimento do consumo massificado, obteve vitórias no plano trabalhista, visto que a cooptação sindical para dentro do núcleo do partido parece menos atender a noção de democracia plena e mais aos interesses de uma casta empresarial - como também, ao interesse corporativista de líderes sindicais - que passou a produzir mais (e nisso não necessariamente há um salto de qualidade na produção), dependendo intensamente do aquecimento do mercado interno.

Junto ao crescimento do salário mínimo garantido por lei, o país assistiu a ampliação do número de trabalhadores com carteira assinada e, conseqüentemente, de um maior número de pessoas amparadas pela nova política trabalhista. O emprego informal diminuiu consideravelmente no governo Lula: Os números apontados no documento mostram que em 2002 havia cerca de 28.683.913 trabalhadores com registro na carteira de trabalho; teria sido graças ao programa Rede de Proteção ao Trabalho, organizado pela fiscalização do Ministério do Trabalho, que o contingente de trabalhadores registrados subiu para 43.408.952.

As políticas trabalhistas, dessa maneira, atuaram em consonância com um projeto de desenvolvimento que visava a ampliação do mercado interno, em vista de bancar o crescimento produtivo nacional, gerando certo ciclo produtivo no mercado brasileiro. Olhando em perspectiva, quando pensamos em toda luta contra a exploração apregoada na fundação do PT, a política trabalhista gera certo estranhamento, como se algo estivesse fora do lugar e foi assim que surgiu de um lado a crítica que observou nesses movimentos uma mudança que criavam laços com um “neoliberalismo”, enquanto do outro há um partido que tenta se desvincular dessa memória do “neoliberalismo” como um monstro que assola o proletário. Talvez, por isso, durante quase toda nossa explanação sobre o documento, seja improvável encontrarmos uma análise governista que não exalte os ganhos dos trabalhadores, posto que, na memória petista, isso não acontece no “neoliberalismo” e é fundamental para a imagem que cria de si, enquanto o partido dos trabalhadores.

Contudo, o novo modelo de desenvolvimento não somente apregoava o crescimento de um mercado interno, mas no âmbito das exportações, o governo federal fez uso de sua capacidade de investimentos para elevar a competitividade da produção nacional no mercado externo, sendo o BNDES o maior dos investidores neste campo de atuação. Entretanto, este modelo de investimentos - e de desenvolvimento - diferente do de FHC, também conseguiu atrair uma grande soma de capital estrangeiro ao Brasil, os recursos em 2008 chegavam a US\$

45,06 bilhões, contra os US\$ 16,59 bilhões de 2002. Dessa maneira, a participação brasileira no mercado internacional é detalhada no texto:

[...] as medidas adotadas ampliaram a participação brasileira no comércio mundial, que passou de 0,96%, em 2002, para 1,26%, em 2009, ao mesmo tempo que provocaram uma desconcentração dos mercados de destino das exportações nacionais.²⁵⁴

Com o intuito de atender as demandas internas e externas o mercado produtivo brasileiro seguiu algumas diretrizes:

- Ampliação da capacidade produtiva doméstica;
- Compromisso, por parte do Estado, com os contratos feitos com as instituições financeiras internacionais, para que isto não influencie num desprestígio do mercado brasileiro;
- Desenvolvimento do poder de inovação das indústrias, visando a inserção do país no comércio internacional;
- Apoio às micro e pequenas empresas, com o intuito de gerar mais empregos e inserir os novos trabalhadores num planejado campo do desenvolvimento social, evidenciando o importante papel do poder de consumo na sociedade que se almejava.

Dessa maneira, o Estado pôde influir positivamente no crescimento econômico tanto internamente, como externamente. Logo, o papel de agente do desenvolvimento que coube ao Estado no regime de expansão ao comércio externo foi, segundo o texto:

Para promover a competitividade dos produtos e serviços brasileiros, foram adotadas políticas de financiamento e garantia de crédito às operações de longo prazo, bem como medidas de desoneração tributária das exportações, desoneração do Imposto de Renda para promoção comercial e restituição de metade dos créditos tributários acumulados na exportação.²⁵⁵

3.4.1 - Políticas públicas, saúde e educação.

O Governo Federal traçou metas na educação, sendo a principal delas a superação da histórica exclusão das parcelas mais vulneráveis da sociedade do ambiente escolar. Tendo isto em vista, o governo pôde promover políticas públicas que auxiliassem na inserção desta significativa camada social nas escolas e universidades públicas espalhadas por toda a nação,

²⁵⁴ibid. p.38

²⁵⁵ibid. p.42.

com a colaboração dos estados e municípios. A saber, o documento apresenta os números do investimento público na educação no período do lulismo:

O investimento público direto em Educação em relação ao Produto Interno Bruto (PIB), que era de 3,9% em 2000, chegou a 5% em 2009, e o esforço governamental tem sido para alcançar os 7%. O orçamento do Ministério da Educação (MEC) aumentou mais de duas vezes em termos reais, indo de R\$ 27,2 bilhões em 2003 para R\$ 65,2 bilhões em 2010.²⁵⁶

Uma das principais ações no campo do investimento foi a alteração do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) para o Fundo de Manutenção e de Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), com um aporte financeiro chegando em cerca de R\$ 7,6 bilhões contra os R\$ 700 milhões em 2002. Por meio dele, o governo pôde auxiliar o desenvolvimento da educação básica com a ampliação do tempo escolar, ajudou na política de educação em tempo integral e conseguiu progredir com programas de educação especial.²⁵⁷

Para qualificar o sucesso das medidas adotadas, o Governo Federal desenvolveu algumas avaliações, entre elas, a mais conhecida: o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). A fim de servir como método avaliativo qualitativo do ensino médio nacional, o exame também cumpria o papel de seleção para o ingresso no ensino superior. Com efeito, o ingresso do estudante em uma universidade dependia de sua nota no ENEM. Dessa forma, o aluno poderia se inscrever em um dos programas federais destinado às universidades, fossem elas públicas (utilizando o programa Sistema de Seleção Unificada - Sisu), ou particulares (mediante ao Programa Universidade para Todos - Prouni, ou pelo Financiamento Estudantil - Fies). Políticas públicas como essas visavam gerar estudantes qualificados para um mercado de trabalho cada vez mais complexo - devido ao desenvolvimento de tecnologias produtivas -, dito isto, quando olhamos a fundo os interesses que a política educacional buscou atender, podemos entendê-las como ação política complementar à demanda por mão-de-obra qualificada por parte da esfera produtiva cada dia mais múltipla que se construiu no Brasil. Bem como o advento de novos estudantes em universidades, o governo do PT - integrado com seu projeto econômico de desenvolvimento - aprimorou o ensino técnico no Brasil. A educação técnica tem em sua finalidade atender a carência industrial com cursos voltados para a formação de jovens capazes de se integrarem ao maquinário do sistema produtivo, objetivando uma

²⁵⁶ibid. p. 131.

²⁵⁷ibid.

melhor realização da capacidade de produção industrial. Dito isto, o governo assim destaca seu papel na formação técnica:

No espaço de quase um século (de 1909 a 2002), foram implantadas no Brasil 140 escolas técnicas federais, ao passo que nos últimos oito anos foram entregues 214 unidades. A oferta de matrícula na rede federal, incluindo Educação Profissional integrada ao Ensino Médio, Educação Profissional de nível técnico, Proeja e graduação, aumentou de 113,6 mil em 2003 para 227 mil em 2009, segundo dados preliminares do Censo. A Pesquisa Nacional de Egressos dos Cursos Técnicos da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (2003-2007), divulgada em 2009, constatou que, dos alunos de nível médio que estudaram em escolas técnicas federais entre 2003 e 2007, 72% estavam empregados.²⁵⁸

Junta-se a isso a criação de 14 novas universidades federais espalhadas por todo o país. De 109,2 mil alunos em 2003, as universidades federais passaram a atender 222,4 mil alunos em 2010. Utilizando o Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes), segundo o texto, o governo auxiliou alunos de baixa renda a continuarem seus cursos nas universidades federais: “moradia estudantil, alimentação, transporte, assistência à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche e apoio pedagógico”.²⁵⁹ Políticas como esta, podem ter auxiliado dados que indicaram o aumento na porcentagem de jovens entre 18-24 anos cursando o ensino superior de 16,6% em 2002 para 26,7 em 2009.

As políticas sociais são o principal eixo de atuação do PT e evidente que o partido não deixaria de constatar como essas políticas acabaram sendo relegadas durante a década de 1990, onde o “neoliberalismo” foi o modelo econômico que se seguiu. Dessa forma, consta no documento:

A Carta Magna brasileira, no contexto da redemocratização do País, inaugurou e consolidou relevantes direitos sociais. A década 1990, entretanto, sob a influência da economia internacional e da valorização dos princípios do Estado Mínimo, caracterizou-se por modelos de desenvolvimento que colocaram as políticas sociais em plano secundário. Assim, houve uma descontinuidade de políticas públicas, inclusive de seguridade social, sendo a prestação de serviços no âmbito da assistência social parcialmente transferida para instituições privadas.²⁶⁰

No início de seu mandato, o que gerava preocupação ao PT era a enorme parcela da população brasileira que enfrentava em seu cotidiano a condição de extrema pobreza - menos de ¼ de um salário mínimo per capita -, sendo o Brasil uma das nações com um dos maiores índices de concentração de renda no mundo. Desta maneira, na mentalidade governista, as

²⁵⁸ibid. p. 142.

²⁵⁹ibid. p. 144.

²⁶⁰ibid. 115.

políticas sociais deveriam deixar de ser algo supérfluo, relegado, para tornar-se estruturante no novo modelo econômico.

O *Programa Fome Zero* foi o primeiro movimento do lulismo contra a miséria; foi resultado da união de programas já existentes que deu origem ao programa. Buscou levar alimentos àqueles com dificuldades para angariar recursos, além de atender a merenda de toda educação pública nacional.²⁶¹ O segundo movimento - talvez, o mais bem-sucedido - planejou distribuir renda direta a parcela menos abonada da sociedade, desta maneira nasceu o *Bolsa Família*. É importante ressaltar que o Bolsa Família também nasceu da junção de antigos programas criados durante o governo de FHC, a saber: Programa Bolsa Escola, Programa Bolsa Alimentação, Auxílio Gás e Cartão Alimentação.

A política social parece amparar a economia no momento mais complicado em que o país se encontrava. A nova fonte de renda fornecida pelo Estado garantia ao mercado nacional um novo nicho de mercado. O consumo fortalecia o desenvolvimento do mercado brasileiro e o valor do *Bolsa Família* - que em 2004 girava, em média, em torno de R\$80,00 mensais - não era o suficiente para muitos investimentos, além daqueles que garantiam elementos básicos a sobrevivência. O projeto, contudo, era um planejamento a longo prazo, uma vez que foi exigido, para receber o benefício, que os filhos destas famílias tivessem o mínimo percentual exigido nas escolas, além de um bom rendimento nas mesmas. Ademais, havia também que se cumprir a agenda básica de saúde, isso com o propósito de se garantir saúde e educação mínimas a famílias que poucas oportunidades recebiam, garantindo uma mudança de perspectivas em regiões outrora pauperizadas. Para a efetivação do programa, o valor destinado em 2010 ultrapassou os R\$ 13 bilhões, valor muito acima do destinado no início do programa, quando seu repasse alcançou, em 2004, cerca de R\$3,8 bilhões.²⁶² É notório como tais ações ajudaram a diminuir a histórica discrepância de classes no país, além de dar condições destas famílias de ascenderem socialmente nas gerações futuras por meio da aplicação de algo elementar a qualquer governo: a quebra da concentração de renda nas mãos de poucas pessoas. Também é importante ressaltarmos como o programa tem origens em ideias neoliberais. Com maior precisão, podemos detectar essas ideias em Milton Friedman - tido, como um dos pais do “neoliberalismo”-, onde o mesmo destaca que um dos meios para se combater a desigualdade social é na distribuição direta de renda do Estado para as camadas mais pobres

²⁶¹ibid.

²⁶²Brasil: 2003 a 2010. Brasília, DF, [2010].

da sociedade.²⁶³ O Bolsa Família, dessa forma, pode ser lido como “neoliberal” a medida em que suas bases se centram na liberdade do beneficiado em optar por como ele designa o capital que lhe foi destinado, sem a interferência estatal e sem a criação de uma burocracia destinada a distribuição dessa renda. O acordo é simples e direto, cabendo somente ao Estado repassar um montante às contas bancárias destes indivíduos.²⁶⁴

É importante deixar registrado de como o documento ainda trata sobre o combate ao racismo e a desigualdade de gênero. Quanto ao primeiro, houve a criação de projetos como a obrigatoriedade do ensino de “História e Cultura Afro-brasileira” nas escolas, além do crescimento das cotas raciais. Quanto ao segundo, a luta pela igualdade de gênero se ampliou em centros de discussões, além do combate contra a violência doméstica e a inserção de mais mulheres no mercado de trabalho.²⁶⁵

No documento, todos os projetos sociais se apresentam como uma extensão do papel da democracia plena na formação de um país mais igualitário. Há, em todos os campos de atuação, uma ideia da participação popular na construção de um novo país. O intertexto implícito no discurso lulista nos conduz a realização de uma nova forma de governar, muito distante da propaganda no governo anterior, agora havia participação popular, como detalha o documento:

Os conselhos nacionais de políticas públicas garantiram a participação da sociedade civil na formulação, implementação e avaliação das políticas. Nestes oito anos, diversos conselhos foram criados, tais como: Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial, Conselho da Transparência Pública e Combate à Corrupção, Conselho Nacional de Combate à Discriminação, Conselho das Cidades, Conselho Nacional de Segurança Pública, Conselho Nacional de Juventude, Conselho Nacional de Economia Solidária, Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca, entre outros. Muitos foram inteiramente reformulados e **democratizados**, por exemplo: Conselho Nacional dos Direitos do Idoso, Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência, Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, Conselho Nacional de Saúde, Conselho Nacional do Meio Ambiente e Conselho Nacional de Recursos Hídricos, entre outros.²⁶⁶

²⁶³FRANK, Robert H. O outro Milton Friedman: o avô do Bolsa Família. **Mercado Popular**. Disponível em.: <<http://mercadopopular.org/economia/o-outro-milton-friedman-o-criador-do-bolsa-familia/>>, 06/07/2015. Tradução: Stefan Rotenberg. Acesso em: 13/08/2019.

²⁶⁴GÓES, Carlos. As raízes liberais do Bolsa Família. **Mercado Popular**. Disponível em.: <<http://mercadopopular.org/economia/as-raizes-liberais-do-bolsa-familia/>>, 04/11/2013. Acesso em: 13/08/2019.

²⁶⁵Brasil: 2003 a 2010. Brasília, DF, [2010].

²⁶⁶ibid. p. 275. Grifo nosso.

Democratizar os conselhos era dar voz a parcela da sociedade atendida, contudo, sempre com a tutela do Estado como promotor do encontro e da mudança. A prerrogativa principal do desenvolvimento era o campo social e, neste sentido, o foco na distribuição de renda direta entre Estado e cidadão, minava o conflito de classes. Não há menção do partido acerca da tomada dos meios de produção, fator que talvez exista no imaginário daqueles que pensam no partido dos trabalhadores. O que se têm são meios de suavizar a experiência da mais-valia e potencializar o consumo, efeitos resultantes dos aumentos salariais. Pouco se discutiu - como outrora foi mote da criação do PT - a exploração da força do trabalho do operariado, consumir era ter e ter era ser. E no discurso lulista todos eram - no sentido de participar e consumir. Sentir-se parte importante do projeto de desenvolvimento era essencial, um projeto que foi conduzido pelo Estado e não pelo mercado, afinal antagonizar estes dois agentes do desenvolvimento era prática de neoliberais, e isto o PT não foi, ou, ao menos, disse não ser, com o intuito de construir uma espécie de roteiro para que sua história fosse lida segundo a sua ótica.

O “Síntese - Brasil: 2003 a 2010” equivale a um documento autorreferencial, que constrói uma imagem de si, no caso do partido, tal qual a um projeto de memória. Por conta disso, deixa de lado alguns paradoxos e controvérsias na aplicação de vários dos projetos que narra em suas páginas. A absorção dos sindicatos à zona de influência do Estado, o benefício fiscal a grupos de empresários “burgueses”, o aquecimento do mercado financeiro de crédito e a incorporação de antigas políticas sociais do adversário “neoliberal”, entre outros, são cauterizados para que a imagem do partido a ser rememorada fosse aquela que, mesmo tendo incorrido em equívocos, o fizera em nome de um bem maior: a melhoria de vida dos brasileiros trabalhadores.

Conclusão

Como consequência da força discursiva na formação de sua base, o PT se consagrou na mentalidade coletiva como um importante partido da esquerda brasileira. A distópica visão de um PT “neoliberal”, tem base na própria ótica negativa que se construiu ao redor do conceito. Ideia que se propagou ao longo da implementação do “neoliberalismo” na América Latina.

O PT, historicamente, se posicionou contrário às ditaduras militares na América Latina, sendo antagônico, também, a ausência de uma democracia plena dentro da representatividade burguesa no cenário político. Concomitantemente, as ideias de Hayek e Friedman, de um aprofundamento nos princípios liberais, chegavam ao Chile durante a ditadura de Pinochet. A novidade de um Estado enxuto, até concatenavam com os pensamentos petistas à época (lembrando a vontade dos líderes do partido numa menor intervenção estatal nas negociações trabalhistas com o empregador), mas não se relacionavam quando o assunto era a participação popular em uma democracia plena. A ideia que foi se desenvolvendo quanto ao “neoliberalismo”, foi a de um Estado excludente, que dava mais liberdades econômicas como benefício ao patrão, dando autonomia para um mercado voltado ao lucro e não ao trabalhador. Um fundamentalismo de mercado que se isentava de políticas sociais. Um exemplo de propagação desta visão fundamentalista e de caráter antidemocrático do “neoliberalismo”, acontece num debate preparatório para o 7º Congresso Nacional do PT, com a fala de Marilena Chauí:

O neoliberalismo não é apenas uma mutação histórica do capitalismo. Ele é a nova forma do totalitarismo. Nós estamos acostumados a encarar o totalitarismo na figura de um líder de massas, o autocrata. Eles desapareceram. O discurso do ódio agora está sob controle do próprio sistema que rege esses governos [...] A eficácia desse novo totalitarismo é a sua invisibilidade.²⁶⁷

O “neoliberalismo” foi, então, excluído da mentalidade petista. O discurso do partido passa a ter como mote a representação política dos interesses da classe operária, englobando a luta contra os desmandos das ditaduras, pautando-se em sua luta pela democracia plena.

Quando, enfim, o PT vence as eleições de 2002, o discurso de representatividade da classe operária, já está mais amplo. O partido passou, como estratégia para ampliar sua base

²⁶⁷Agência PT. Marilena Chauí: neoliberalismo é a face oculta dos novos governos autoritários. 12/08/2019. Disponível em: <<https://pt.org.br/marilena-chauí-neoliberalismo-e-a-face-oculta-dos-novos-governos-autoritarios/>>. Acesso em: 19/08/2019.

eleitoral, a abarcar outras camadas da sociedade, incluindo a burguesia. Confundindo aqueles que acreditavam em um socialismo petista.

Como foi dito, o PT não podia ser “neoliberal”, e sua histórica base trabalhista e intelectual sempre acreditou nisso. A ação do partido, entretanto, deu um choque de realidade em uma parcela da intelectualidade da legenda. Acordos com instituições financeiras, reforma da previdência e a manutenção do tripé macroeconômico, parecem ter despertado as críticas ao partido. As apreciações sobre o PT, dessa forma, ganharam força de ofensa ao designarem a sigla como “neoliberal”.

Cabe aqui dizer que os signos e símbolos que construíram o “neoliberalismo” jamais fizeram parte do imaginário petista, e de repente, passam a ser aceitos como condições de governabilidade a um presidente com o maior número de votos da história do país. Estes elementos da prática “neoliberal” surgem, então, como alteração da realidade social e passam a ser o mote do partido. Dessa forma, acompanhar a transição do PT do radicalismo, para um PT consciente das possibilidades políticas, é observar um transformismo muito rápido das ideias que formaram a legenda, para aquelas que consolidaram Lula como um dos maiores presidentes da história do país, ao menos quando pensamos na popularidade do governo. E aí que entra a chave de explicação do porquê o não-alinhamento do partido ao “neoliberalismo”.

Ser “neoliberal” influía, então, em alguns pontos:

- A difícil aceitação em ser “neoliberal”; o conceito carrega consigo um teor pejorativo, como vimos, atrelado a sua aplicação na América Latina.
- Implica, dentro do contexto petista, na aplicação de um continuísmo político com a agenda de FHC. Sendo um dos discursos que fortaleceu o PT nas eleições, o de representar a mudança.
- Uma desvinculação do partido com sua base e bandeiras históricas, colocando a prova, justamente o sentido político que deu luz a sigla.
- A impossibilidade da aplicação de uma agenda “neoliberal” como políticas de desenvolvimento da nação, uma vez, que só contempla a atuação de atores financeiros. Os anseios burgueses em detrimento da classe operária.

Diante deste cenário, o PT viu nascer uma contra crítica. Como respostas as resoluções que se propagavam, e sincronicamente ao crescimento econômico, viu-se facilitada o surgimento de um “neodesenvolvimentismo petista”, conceito que se difere do “neodesenvolvimentismo” teorizado por alguns economistas, e que só possui aplicação dentro do lulismo. O tema que se priorizava foi a do emprego de uma agenda capitalista, mas com intensa participação do Estado no campo social. Justamente o contrário do “neoliberalismo”.

Como podemos observar nestas entrevistas do ex-presidente Lula, o dogma “neoliberal” teria sido superado nos governos petistas:

Adotámos um novo modelo de desenvolvimento baseado na distribuição do rendimento e na inclusão social. O Brasil libertou-se do absurdo dogma neoliberal de que é impossível crescer ao mesmo tempo que se distribui riqueza. Fizemos justamente isso, com políticas ativas de transferência de rendimento e subida do salário real. Foi o facto de 36 milhões de pessoas terem saído da pobreza e de 40 milhões terem ascendido à classe média que fez aumentar a faturação das empresas produtivas e dos bancos. Nestes dez anos, todos os sectores da sociedade brasileira tiveram aumento de rendimento, mas o dos mais pobres cresceu o triplo dos mais ricos.²⁶⁸

Ou quando perguntado sobre se o PT teria propagado o “neoliberalismo”, Lula responde:

[...] eu comecei dizendo que o grande problema do PT não foram os erros do PT, o grande problema do PT foram os acertos do PT. Ou seja, na América Latina, toda vez que apareceu um presidente que tentou fazer política social, ele foi derrubado, todas as vezes. A elite brasileira e a elite de outros países não aceitam uma política de desenvolvimento que tem inclusão social. Então, o PT conseguiu fazer – isso não é dito por mim, é dito pela ONU – o PT conseguiu fazer a maior política de inclusão social da história deste país. É importante lembrar que o nosso governo foi o único momento na história em que os mais pobres tiveram um crescimento percentual acima dos mais ricos.²⁶⁹

O “neodesenvolvimentismo” foi, então, facilmente assimilado ao PT, a ligação do partido a um conceito tão voltado à participação popular na política era muito mais tragável que o PT voltado ao mercado. O lema do partido tornou-se esse: crescimento econômico com equidade social, ou “Brasil: um país de todos”. A representação política de uma democracia plena, voltada a todas as classes, onde todos teriam voz e se sentiram representados.

Assim, o conceito funciona como antítese ao “neoliberalismo”: o social como motor do desenvolvimento da economia. E como projeto de desenvolvimento, carrega consigo o histórico do crescimento durante o lulismo, ao contrário do “neoliberalismo” no Brasil. A utilização lexical do termo “neodesenvolvimentismo”, então, é menos importante do que os signos que carrega, uma vez que, o imaginário petista o consolidou como negação ao “neoliberalismo” e se fortaleceu diante ao esforço de uma coletividade intelectual que assumiram o importante papel de formadores da opinião pública.

²⁶⁸ TREFAUT, Maria da Paz. Fala, Lula: "nos libertamos do dogma “neoliberal”". 24/10/2013. Entrevista concedida ao jornal português “Expresso”, reproduzida por “Brasil 247”. Disponível em: <<https://www.brasil247.com/poder/fala-lula-nos-libertamos-do-dogma-”neoliberal”>>. Acesso em: 19/08/2019.

²⁶⁹ GREENWALD, Glenn. Glenn Greenwald entrevista Lula: ‘Bolsonaro é a velha política, eu sou a nova’. 21/05/2019. The Intercept Brasil. Disponível em: <<https://theintercept.com/2019/05/21/greenwald-entrevista-lula-bolsonaro-nova-politica/>>. Acesso em: 19/08/2019.

O PT construiu e alicerçou sua base política nas greves trabalhistas, na luta contra os desmandos patronais e como alternativa à democracia burguesa. Contudo, o partido se consolida como aquele que ampliou o acesso ao consumo, introduziu milhões de jovens às universidades e retirou o Brasil do mapa da fome, por meio de práticas lidas à época como “neoliberais”. Estes dois polos são distintos no imaginário petista, uma vez que o partido age como uma instituição que se alinhou a um discurso anti-neoliberalismo. A fortalecimento da ideia de um PT “neoliberal” é impensável a toda uma base eleitoral que sustenta a sigla.

O Partido, dessa forma, quis unir estes polos em uma só linha de pensamento, contudo, sem se retirar do núcleo da esquerda brasileira e, ao mesmo tempo, que este núcleo aceite a ideia por trás do desenvolvimento econômico proposto, além de não conduzir a classe trabalhadora – em pleno crescimento durante o lulismo – a amantes do “neoliberalismo”.

Assim, nasce o “neodesenvolvimentismo”, uma forma branda de capitalismo – se é que há isso -. O “neodesenvolvimentismo” lulista nos apresenta um olhar mais simplista das relações políticas. Nele há uma redução do “neoliberalismo”, entendido, naquele cenário, como simples ações que se afastam do que se praticava no lulismo. No PT, o inferno são os outros, as práticas “neoliberais” só existem em outros governos. Há nas ações do governo Lula, aquilo que não havia no governo FHC e vice-versa. O PT, dessa maneira, reforça o problema de memória que se construiu ao redor do “neoliberalismo”. Vê o conceito como aquele que foi desenvolvido durante a ditadura de Pinochet, sem perceber que, ao mesmo tempo, que tentava se esquivar da alcunha que caracterizavam aspectos econômicos do governo chileno, agia como propagador do verdadeiro “neoliberalismo” da Escola de Freiburg, por meio de suas políticas sociais e uma maior intervenção do Estado na economia. No fim, apareceu como tarefa ao PT, atar as duas pontas da vida: a infância como catalisador das lutas operárias e a fase adulta “neoliberal”. Culminando em um conceito antitético-assimétrico: “neodesenvolvimentismo”.

Referências Bibliográficas.

AGACINO, Rafael. **Hegemonía y contra hegemonía en una contrarrevolución neoliberal madura**. La izquierda desconfiada en el Chile post-Pinochet, Documento de trabajo (Buenos Aires: CLACSO). 2006. En <www.plataforma-nexos.cl>.

Agência PT. Marilena Chauí: neoliberalismo é a face oculta dos novos governos autoritários. 12/08/2019. Disponível em: <<https://pt.org.br/marilena-chaui-neoliberalismo-e-a-face-oculta-dos-novos-governos-autoritarios/>>.

AGGIO, Alberto. **A cultura política do petismo**. Gramsci e o Brasil. Dezembro, 2004. Disponível em: <<https://www.acessa.com/gramsci/?page=visualizar&id=410>>

ALDÉ, Alessandra. As eleições presidenciais de 2002 nos jornais. **ALCEU** - v.3 - n.6 - p. 93 a 121 - jan./jun. 2003.

ANDERSON, Perry. O balanço do neoliberalismo. In SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.) **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23.

ANGELO, Vitor A. de. **A trajetória da Democracia Socialista: da fundação ao PT**. / Vitor Amorim de Angelo. – São Carlos: EdUFSCar, 2008. 198p.

ARAÚJO, Elizeu Serra. As reformas da previdência de FHC e Lula e o sistema brasileiro de proteção social. **Rev. Pol. Públ.** São Luís, v. 13, n. 1, p. 31-41, jan./jun. 2009.

ARDITI, Benjamín. El populismo como periferia interna de la política democrática. In.: **El populismo como espejo de la democracia** / compilación a cargo de Francisco Panizza – 1ª ed. – Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2009.

BALBACHEVSKY, Elizabeth. HOLZHACKER, Denilde. Classe, ideologia e política: uma interpretação dos resultados das eleições de 2002 e 2006. **Opinião Pública**, Campinas, vol. 13, nº2, Novembro, 2007, p. 283-306.

BANDEIRA, Luiz Alberto M. As políticas neoliberais e a crise na América do Sul. **Rev. Bras. Polít. Int.** 45 (2): 135-146 [2002].

BARROS, Thiago de Sousa; OLIVEIRA, Felício de. Crédito, consumo e endividamento: Uma Análise Econômica do Segundo Governo Lula (2007-2010). **Revista Espacios**. Vol. 35 (Nº 5) Ano 2014.

Brasil: 2003 a 2010. Brasília, DF, [2010].

BELLUZZO, Luiz G. (2009). “Um novo estado desenvolvimentista?”. **Le Monde Diplomatique Brasil**, ano 3, n.27, p. 4-5.

BERSTEIN, Serge. A cultura política. In.: RIOUX, Jean-Pierre. SIRINELLI, Jean-François. **Para uma história cultural** /direção de Jean-Pierre Rioux, Jean-François Sirinelli; tradução de Ana Moura. - Lisboa: Estampa, 1998. 432 p.

BETTO, frei, 1994- . **O que é comunidade eclesial de base** / frei Betto. – São Paulo: Abril Cultural: Brasiliense, 1985.

BIELSCHOWSKY, Ricardo, 1949-. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. -4. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

BOAS, Taylor C., GANS-MORSE, Jordan. neoliberalism: From New Liberal Philosophy to Anti-Liberal Slogan. **Studies in Comparative International Development**. **44** (2). junho, 2009: 137–161.

BOFF, Leonardo, 1938- . **Igreja, carisma e poder: ensaios de eclesiologia militante** / Leonardo Boff. – Lisboa: Inquerito, c1981.

BOITO JR, Armando. A burguesia no Governo Lula. En publicación: **neoliberalismo y sectores dominantes**. Tendencias globales y experiencias nacionales. Basualdo, Eduardo M.; Arceo, Enrique. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires. Agosto 2006.

BOITO JR. Armando. **A hegemonia neoliberal no governo Lula**. Crítica Marxista, n.17, Rio de Janeiro, Editora Revan, 2003.

BOTELLA, Joan. Em torno al concepto de cultura política: dificultades y recursos. In.: **Cultura política: enfoques teóricos y análisis empíricos** /Editores Pilar Del Castillo e Ismael Crespo. - Valencia: Tirant lo Blanch, 1997. 278 p.

BRAGA, Ruy. **A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista** /Ruy Braga. - São Paulo: Boitempo, 2012.

BRAGA, Ruy. Terra em transe: o fim do lulismo e o retorno da luta de classes. In. **As contradições do lulismo: a que ponto chegamos?** / organização André Singer, Isabel Loureiro. – 1ª ed. – São Paulo: Boitempo, 2016.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. A crise na América Latina: consenso de Washington ou crise fiscal?. **Pesq. Plan. Econ.**, Rio de Janeiro, v.21, n.1, p. 3-24, abril, 1991.

BRESSER-PEREIRA, Luiz C. Do antigo ao novo desenvolvimentismo na América Latina. **Textos para Discussão** – Escola de Economia de São Paulo - FGV, n. 274, nov. 2010.

BRESSER-PEREIRA, Luiz C. Reflexões sobre o Novo Desenvolvimentismo e o Desenvolvimentismo Clássico. **Revista de Economia Política**, vol. 36, nº 2 (143), pp. 237-265, abril-junho/2016.

BRITO, Alessandra Scalioni; FOGUEL, Miguel; KERSTENETZKY, Celia Lessa. “Afinal, qual a contribuição da política de valorização do salário mínimo para a queda da desigualdade no Brasil? Uma estimativa para o período 1995-2013”. Texto para Discussão, **Cede**, n. 109, dez. 2015.

CANO, Wilson. SILVA, Ana Lúcia Gonçalves. Política Industrial do Governo Lula. **Texto para Discussão**. IE/UNICAMP, Campinas, n. 181, julho 2010.

CARDOSO, F.H. **Política e desenvolvimento em sociedades dependentes**: Ideologias do empresariado industrial argentino e brasileiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

CARDOSO, F.H. & FALETTO, E. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

CARDOSO, F. H., WEFFORT, F. C., et al. **Estudos 1**: Sobre teoria e método em sociologia. São Paulo:Edições Cebrap – Editora brasileira de ciências Ltda, 1971.

CARREIRÃO, Yan. A eleição presidencial de 2002: uma análise preliminar do processo e dos resultados eleitorais. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, 22, p. 179-194, jun. 2004.

CASTRO, Henrique C. de O. de. Cultura política: a tentativa de construção de um conceito adequado à América Latina. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, Vol. 2, Nº 1, Janeiro-Junho (2008).

CASTRO, Jorge A. de; CARDOSO JR, José C. **Dimensionamento e análise das finanças sociais do governo federal**: 1995 a 2002. Brasília: Ipea, 2006. (Texto para Discussão, n. 1312).

CERRONI, Umberto, 1926. **Teoria do partido político** / Umberto Cerroni; tradução de Marco Aurélio Nogueira e Silvia Anette Kneip. – São Paulo: Ciências Humanas, 1982.

CHARLOT, Jean. **Os Partidos políticos**. Trad. de Carlos Alberto Lamback. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

CIOFFI, Felipe. CONTI, Bruno De. OLIVEIRA, Giuliano C. de. Os fundos de pensão e o financiamento de longo prazo no Brasil: possibilidades e limites. **Revista Pesquisa & Debate**. São Paulo. Vol. 28. Número 1 (51). Jul. 2017. p. 19.

CUNHA, André. HAINES, Andrés. MALAGUTI, Mirelli. **A Argentina e o novo desenvolvimentismo**. 2007. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/4731574_A_ARGENTINA_E_O_NOVO_DESENVOLVIMENTISMO>

Dicionário UNESP do português contemporâneo / organizador Francisco S. Borba e colaboradores. – São Paulo: UNESP, 2004.

DRAIBE, Sônia. A política social no período FHC e o sistema de proteção social. **Tempo Social** – USP, São Paulo, vol.15, no.2, Nov. 2003.

DRUCK, Graça. Os sindicatos, os Movimentos Sociais e o Governo Lula: Cooptação e Resistência. OSAL, **Observatório Social de América Latina**. no. 19. Jan./Abr. 2006. Buenos Aires. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. 2006.

DUVERGER, Maurice, 1917. **Os partidos políticos** / Maurice Duverger; tradução de Cristiano Monteiro Oiticica – Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

Economia brasileira no período 1987-2013: relatos e interpretações da análise de conjuntura no Ipea / organizador: Fernando José da S. P. Ribeiro; Estêvão Kopschitz Xavier Bastos ... [et al.]. – Brasília: IPEA, 2015.

ENGELMANN, Solange I. GIL, Aldo Duran. A questão agrária no Brasil: a política agrária do governo Lula e a relação com o MST. **Revista Eletrônica do CEMOP** - Nº 02 - setembro de 2012.

FERRAZ, Max B. Retomando o debate: a nova política industrial do governo Lula. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, v. 32, n. 2, 2009. p. 227-263. p. 241.

FIGUEIREDO, Marcus. Intenção de voto e propaganda política: Efeitos da propaganda eleitoral. **LOGOS 27**: Mídia e democracia. Ano 14, 2º semestre 2007.

FIGUEIREDO, Rubens; COUTINHO, Ciro. A eleição de 2002. **Opin. Pública**, Campinas, v. 9, n. 2, p. 93-117, Out. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762003000200005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 28 Jan. 2019.

FONSECA, Pedro C. D. Desenvolvimentismo: a Construção do Conceito. In: Calixtre, A. B.; Biancarelli, A. M.; Cintra, M. A. C. (Org.). **Presente e Futuro do Desenvolvimento Brasileiro**. Brasília: IPEA, 2014.

FRANK, Robert H. O outro Milton Friedman: o avô do Bolsa Família. **Mercado popular**. Disponível em: <<http://mercadopopular.org/economia/o-outro-milton-friedman-o-criador-do-bolsa-familia/>>, 06/07/2015. Tradução: Stefan Rotenberg.

FREITAS, Maria Cristina Penido de; NEGRÃO, Daniela Magalhães. A abertura financeira no governo FHC: impactos e consequências. **Economia e Sociedade**, Campinas, (17): 84 81-111, dez. 2001.

GALVÃO, Andréia. A reconfiguração do movimento sindical no governo Lula. **Revista Outubro**, n. 18, 1º sem. 2009.

GARCIA, Marco A. Esquerdas: rupturas e continuidades. In.: **Os anos 90**: política e sociedade no Brasil / Evelina Dagnino, (org.) – São Paulo: Brasiliense, 2004.

GIAMBIAGI, Fábio. 18 anos de política fiscal no Brasil: 1991/2008. **Econ. aplic.**, São Paulo, v. 12, n. 4, p. 535-580, OUTUBRO-DEZEMBRO, 2008.

GIAMBIAGI, Fábio. A política fiscal do governo Lula em perspectiva histórica: qual é o limite para o aumento do gasto público? **IPEA**, 2006. (Texto para Discussão, n.1169).

GIANNOTTI, J.A. Tráfico de Esperanças. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, n. 26, p. 25-38, mar. 1990. Disponível em: <http://novosestudios.org.br/v1/files/uploads/contents/60/20080624_trafico_de_esperancas.pdf>. acesso em: 05 fev. 2018.

GÓES, Carlos. As raízes liberais do Bolsa Família. **Mercado popular**. Disponível em: <<http://mercadopopular.org/economia/as-raizes-liberais-do-bolsa-familia/>>, 04/11/2013.

GOMES, Ângela C. Brisola e o trabalhismo. **Anos 90**, Porto Alegre v. 11, n. 19/20, jan./dez. 2004.

GREMAUD, Amaury Patrick. **Economia brasileira contemporânea** / Amaury Patrick Gremaud, Marco Antonio Sandoval de Vasconcellos, Rudinei Toneto Jr. – 7.ed. – 6.reimpr. – São Paulo: Atlas, 2011.

IASI, Mauro Luis. **As metamorfoses da consciência de classe** (o PT entre a negação e o consentimento)/ Mauro Luis Iasi – 2ªed. – São Paulo: Expressão Popular, 2012.

IBRAHIM, José. **Perspectivas do novo sindicalismo**/ apresentação de José Ibrahim – São Paulo: Loyola/CEDAC, 1980.

KERSTENETZKY, CELIA LESSA. Consumo social e crescimento redistributivo: Notas para se pensar um modelo de crescimento para o Brasil. **Rev. Econ. Polit.**, São Paulo, v. 36, n. 1, p. 29-45, Mar. 2016.

KOSELLECK, Reinhart, 1923-2006. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos / Reinhart Koselleck; tradução do original alemão Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira; revisão da tradução César Benjamin.- Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

LABORIE, Pierre. Memória e opinião. In.: **Cultura política, memória e historiografia.** / Orgs. Cecília Azevedo. [et. al.]. - Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009. 544 p.

LEOPOLDI, Maria A., PRADO, Luiz C. O fim do desenvolvimentismo: o governo Sarney e a transição do modelo econômico brasileiro. In.: FERREIRA, Jorge, DELGADO, Lucília de A. N. **O Brasil Republicano**, 5º vol. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2018. No prelo.

LLERA, Francisco J. Enfoques en el estudio de la cultura política. In.: **Cultura política**: enfoques teóricos y análisis empíricos /Editores Pilar Del Castillo e Ismael Crespo. - Valencia: Tirant lo Blanch, 1997. 278 p.

MACHADO, Eliel. Governo Lula, neoliberalismo e lutas sociais. **Lutas Sociais**, n. 21/22, p. 23-34, 2009.

MACIEL, David. De Sarney a Collor: reformas políticas, democratização e crise (1985-1990). 2008. 387 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2008. Disponível em: https://pos.historia.ufg.br/up/113/o/MACIEL__David.pdf.

MAINWARING, Scott; TORCAL, Mariano. Teoria e institucionalização dos sistemas partidários após a terceira onda de democratização. **Opin. Pública**, Campinas, v. 11, n. 2, p. 249-286, Out. 2005.

MARCONI, N.; BRANCHER, M. A política econômica do novo desenvolvimentismo. **Rev. Econ. Contemp.**, núm. esp., 2017. p. 1-31.

MARIANI, Édio João. A trajetória de implantação do neoliberalismo. **Revista Urutágua** - revista acadêmica multidisciplinar – Nº 13 – ago./set./out./nov. 2007.

MARQUES, Rosa Maria. MENDES, Áquilas. O governo Lula e a contra-reforma previdenciária. **São Paulo em perspectiva**, 18(3): 3-15, 2004.

MARQUES, Rosa Maria. MENDES, Áquilas. O Social no Governo Lula: a construção de um novo populismo em tempos de aplicação de uma agenda neoliberal. **Revista de Economia Política**, vol. 26, nº 1 (101), pp. 58-74 janeiro-março/2006.

MARQUES, Rosa Maria. MENDES, Áquilas. Servindo a dois senhores: as políticas sociais no governo Lula. **Rev. Katál.** Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 15-23. Jan/jun. 2007.

MARX, K. (1991), Manuscritos Econômicos Filosóficos e Outros Textos Escolhidos – Karl Marx, seleção de textos de José Arthur Giannotti, São Paulo, Nova Cultural (Coleção os Pensadores).

MENESES, Ulpiano T. Bezerra. Cultura política e lugares de memória. In.: **Cultura política, memória e historiografia.** / Orgs. Cecília Azevedo. [et. al.]. - Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009. 544 p.

MICHELSONS, Robert. 1876-1936. **Sociologia dos Partidos políticos.** Trad. de Arthur Chaudon. Brasília, Editora Universidade de Brasília.

MOISÉS, José A. Qual é a estratégia do Novo Sindicalismo? In.: MOISÉS, J. A. [et al.]. **Alternativas populares da democracia:** Brasil, anos 80/ José Álvaro Moisés, [et al.]. – Petrópolis: Vozes; CEDEC, 1982.

MUELLER, Charles C. Agricultura, desenvolvimento agrário e o Governo Lula. **Revista de Política Agrária**, Ano XIV – Nº 2 – Abr./Maio/Jun. 2005.

NAKAHODO, Sidney N., SAVOIA, José R. A reforma da previdência no Brasil: Estudo comparativo dos governos Fernando Henrique Cardoso e Lula. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, Vol. 23 nº. 66 fevereiro/2008.

NETO, João Hallak. SABOIA, João. Salário mínimo e distribuição de renda no Brasil a partir dos anos 2000. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 27, n.1(62), p.265-285, abr. 2018.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Proj. História**, São Paulo, 10 ed., 1993.

NUNES, Henrique. Há 16 anos, Lula lançava a “Carta ao Povo Brasileiro”. **Agência PT.** 22/06/2018. Disponível em: <<http://www.pt.org.br/ha-16-anos-lula-lancava-a-carta-ao-povo-brasileiro/>>

OLAVARRÍA, Fernando Farías. VÁSQUEZ, Juan Saavedra. Construcción neoliberal de la política social chilena en el discurso de Pinochet. **R. Katál.**, Florianópolis, v. 17, n. 1, p. 22-30, jan./jun. 2014.

OLIVA, Aloizio Mercadante. **As bases do novo desenvolvimentismo no Brasil:** Uma análise do governo Lula (2003-2010) / Aloizio Mercadante Oliva. 2010. 537f. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas) Instituto de Economia – Campinas, SP: [s.n.], 2010.

OLIVEIRA, Francisco de. **O momento Lênin**. Novos Estudos, n. 75, Julho, 2006.

Partido dos Trabalhadores. Carta eleitoral: Carta-compromisso dos candidatos proporcionais e majoritários do Partido dos Trabalhadores. Disponível em: <http://csbh.fpabramo.org.br/uploads/cartaeleitoral.pdf> [p. 1].

Partido dos Trabalhadores, **Resoluções de Encontros e Congressos** / Organização: Diretório nacional do PT / Secretaria nacional de formação política e Fundação Perseu Abramo / Projeto memória. – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.

PAULANI, Leda Maria. Sem esperanças de ser país: o governo Lula, dezoito meses depois. In.: SICSÚ, João. PAULA, Luiz F. MICHEL, Renaut. **Novo-desenvolvimentismo: um projeto nacional de crescimento com equidade social** / organizadores: João Sicsú, Luiz Fernando de Paula e Renaut Michel. – Barueri: Manole; Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2005.

PERES, Paulo Sérgio. Comportamento ou instituições? A evolução histórica do neo-institucionalismo da ciência política. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 23, n. 68, p. 53-71, Out. 2008.

PINHEIRO, Armando Castelar. Privatização no Brasil: por que? Até onde? Até quando? **A economia brasileira nos anos**, v. 90, n. 1, p. 147-182, 1999.

POCHMANN, Marcio. Políticas sociais e padrão de mudanças no Brasil durante o governo Lula. **SER Social**, Brasília, v.13, n.28, p. 12-40, jan./jun. 2011.

REMOND, René. Uma história presente. In.: REMOND, René (dir.). **Por uma história política**; tradução Dora Rocha. – 2.ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

RICCI, Rudá, 1962 -. **Lulismo: da era dos movimentos sociais à ascensão da nova classe média brasileira** / Rudá Ricci.- Brasília: Fundação Astrojildo Pereira; Rio de Janeiro: Contraponto, 2010.

RODRIGUES, Célia de C. PÉREZ-NEBRA, Amália R. A mudança na imagem do presidente Lula nas campanhas eleitorais à Presidência da República. **Conexão – Comunicação e Cultura**, UCS, Caxias do Sul, v. 6, n. 12, jul./dez. 2007.

ROMANO, Clayton Cardoso. **Do ABC ao Planalto: a cultura política do petismo** /Clayton Cardoso Romano. - Franca: [s.n.], 2008, 170 f.;

RUBIM, Antônio Albino C. **Cultura política na eleição de 2002: As estratégias de Lula presidente**. Trabalho apresentado no 12º Encontro Anual da Compós, Recife, 3 a 6 de junho de 2003.

SALLUM JR., Bráilio; CASARÕES, Guilherme Stolle Paixão e. **O impeachment do presidente Collor: a literatura e o processo**. Lua Nova, São Paulo, n. 82, p. 163-200, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452011000100008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 05 Fev. 2018.

SALLUM JR. B. & KUGELMAS, E. 2004. Sobre o modo Lula de governar. In: SALLUM JR. B. (org.). Brasil e Argentina hoje: política e economia. **Bauru: USC**. p.266.

SANTANA, Mateus Ubirajara Silva. **Fundos de pensão e estratégia de desenvolvimento nos governos do PT**, 2017. 146f. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, SP. p. 105.

SARTORI, Giovanni, 1924-. **Partidos e sistemas partidários** / Giovanni Sartori; tradução de Waltensir Dutra; apresentação à edição brasileira do Prof^o David Fleischer.- Ed. Brasileira ver. e ampl. – Rio de Janeiro: Zahar; Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1982.

SECCO, Lincoln. **História do PT: 1978-2010** / Lincoln Secco. – Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2011.

SEILER, Daniel- Louis. **Os partidos políticos** / Daniel-Louis Seiler; tradução de Renata Maria Pereira Cordeiro. – Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa oficial do Estado, 2000.

SILVA, José Alderir da. O crescimento e a desaceleração da economia brasileira (2003-2014) na perspectiva dos regimes de demanda neokaleckianos. **Revista da sociedade brasileira de economia política**. 44 / junho 2016 – setembro 2016.

SILVA, Luiz Inácio da. **Carta ao povo brasileiro**. São Paulo, SP, 2002. Disponível em: <<http://novo.fpabramo.org.br/uploads/cartaaopovobrasileiro.pdf>>. Acesso em: 22/03/16.

SINGER, André. **O PT**. São Paulo, SP: Publifolha, 2001.

SINGER, André Vitor. **Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador** / André Vitor Singer. – 1^o ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SINGER, Paul. **Dominação e desigualdade**. Estrutura de classe e repartição da renda no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **O batismo de fogo: A reforma “neoliberal” do governo Lula na previdência dos servidores públicos em um contexto de crise e restauração burguesa**. 2006. 199f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2006.

TAVARES de A., Maria H. **Crise econômica e interesses organizados: o sindicalismo no Brasil dos anos 80**/ Maria Hermínia Tavares de Almeida. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996. p. 48.

TEIXEIRA, Rodrigo Alves; PINTO, Eduardo Costa. A economia política dos governos FHC, Lula e Dilma: dominância financeira, bloco no poder e desenvolvimento econômico. **Econ. soc.**, Campinas, v.21,n.spe,p.909-941,Dec.2012.

TOLEDO, Caio N. As esquerdas e a redescoberta da democracia. In.: **Os anos 90: política e sociedade no Brasil** / Evelina Dagnino, (org.) – São Paulo: Brasiliense, 2004.

VENCESLAU, P. T. Entrevista com o General Apolônio de Carvalho. **Teoria e Debate**, São Paulo, n.6, abr./mai./jun. 1989.

VIANNA, Luiz Werneck. **A modernização sem o moderno**: análises de conjuntura na era Lula. / Luiz Werneck Vianna: Brasília: Fundação Astrojildo Pereira; coedição – Rio de Janeiro: Contraponto, 2011.

VIANNA, Luiz Werneck, 1938-. **Esquerda brasileira e tradição republicana**: estudos de conjuntura sobre a era FHC-Lula / Luiz Werneck Vianna. – Rio de Janeiro: Revan, 2006.